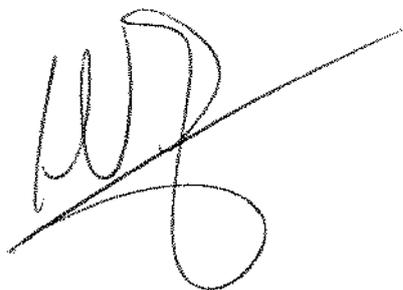


*Alberto Tosi Rodrigues*

MOBILIZAÇÃO E CONFLITO POLÍTICO:  
A CAMPANHA DAS "DIRETAS JÁ"



Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação, defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 5/11/93.

*Alberto Tosi Rodrigues, Universidade Estadual de Campinas, 1993*

Novembro de 1993

*A meus pais, por tudo.*

*A memória do Profº José Albertino R. Rodrigues,  
que me iniciou na pesquisa acadêmica.*

## S U M Á R I O

*Agradecimentos*

*Introdução*

*Capítulo Primeiro: A Dinâmica das Mobilizações*

A Atividade Tática dos Protagonistas - Contexto Conflitual, Mobilização e Crise - Crise e Mobilização Multi-setorial - O Recorte do Social e a Questão dos Setores - Retomando a Caracterização das Mobilizações Multi-setoriais - As Conjunturas Fluidas.

*Capítulo Segundo: A Plasticidade Societária*

As Transformações Estruturais - Liberalização Política e Mudanças Institucionais - A Configuração Societária - O Conflito Ampliado.

*Capítulo Terceiro: A Crise*

Política Econômica e Desagregação Política - Ampliação da Arena, Negociação e Crise da "Coordenação" - A Mobilização como um Parêntese.

*Capítulo Quarto: A Massa na Praça*

Boca Maldita, Praça da Sé - A Primeira Reação do Regime - Depois de Belo Horizonte, a "Lógica de Situação" Consolidada.

*Capítulo Quinto: Os Contornos do Indefinido*

Mais uma Vez, a Lógica da Negociação - A Articulação dos Lances Decisivos.

*Capítulo Sexto: Na Vertigem do Efêmero*

A Vitória das "Diretas Já" - A Derrota das "Diretas Já" - Fechando Parêntese.

*Considerações Finais*

*Bibliografia*

## AGRADECIMENTOS

No início de 1989, aluno ingressante no Programa de Mestrado em Ciência Política da UNICAMP, no curso sobre "Economia e Política no Brasil Pós-64", do Profº Sebastião Velasco e Cruz, tive a oportunidade de uma primeira aproximação analítica com o momento político que havia vivido em 1984.

Pude então realizar uma revisão factual da conjuntura e entrar em contato com a bibliografia de referência. Em seguida, no decorrer de um semestre, estudei uma certa literatura sobre mobilizações, ação coletiva, crises e análise de conjuntura, sob a coordenação do mesmo professor, já orientador da pesquisa. Daí resultou o projeto "Mobilização e Conflito Político: a Campanha das Diretas Já".

Este trabalho se beneficiou, é importante dizer, do

ambiente intelectual e das amizades que me cercaram na UNICAMP.

Os melhores amigos - Bia, Cabrera, Candinha, Roberto, Lú, Regina, Alexandre, Carlinhos, Pedrinho, Vilela, Marcos Vinicius, Ricardo, Sérgio, Tadeu, Denise - fizeram de Campinas mais que um lugar agradável. Zé Geraldo, Martha e Paulinho, pela amizade e estímulo intelectual, têm sido presenças constantes, apesar das distâncias.

Tive também o privilégio de ver as primeiras versões do Projeto lidas e discutidas por colegas de diversas áreas nos seminários coordenados pelo Profº Sérgio Silva entre 1989 e 1991.

Roberto Fukumaru e Juarez Guimarães me cederam vasto material primário, inicialmente coletado para suas pesquisas ou extraído de seus acervos pessoais.

Os funcionários do arquivo da *Folha de São Paulo*, do *Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro* (CPV) e do *Arquivo Edgar Leuenroth* (UNICAMP), foram também bastante prestimosos.

Os comentários feitos e as questões suscitadas por Marco Aurélio Garcia e Décio Saes, por ocasião do Exame de Qualificação, foram fundamentais para a definição da forma final do trabalho.

Regina Camargos, Alexandre Alvarenga e os colegas do Deptº de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) ofereceram-me apoio e acolhida calorosa, quando de minha transferência para Vitória, onde esta dissertação foi concluída.

O Jason, por sua disponibilidade e boa memória, foi um

auxiliar indispensável na redação do texto. Eu não o trocaria nem por um quatro-oito-meia.

CNPq, CAPES, FAEP-Funcamp e FAPESP garantiram, cada qual a seu tempo, a manutenção do pesquisador.

E este trabalho contou ainda com o apoio do Programa de Dotações FORD-ANPOCS, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, com recursos da Fundação FORD. Além do dinheiro, enviaram pareceres substantivos que me permitiram avaliar altos e baixos no andamento da pesquisa.

A todas as pessoas e instituições citadas, e a outras que devo ter esquecido, meus sinceros agradecimentos.

E, finalmente, um agradecimento especial ao Prof<sup>o</sup> Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz, orientador desta dissertação, que acompanhou cada passo da pesquisa empírica, cada desdobramento na elaboração do referencial analítico e cada trecho da redação do texto, da primeira à última linha, sempre com a mesma minúcia e acuro. Como de praxe, assumo todos os erros, falhas ou deslizos que o texto possa conter, mas não cumpro nenhuma formalidade em dizer que sem o concurso do Sebastião este trabalho certamente não seria possível.

*"Valeu a pena. Se para testemunhar e viver este momento vital de civismo era necessário ter vivido e testemunhado anos de silêncio forçado, valeu a pena tê-los testemunhado e vivido.*

*"Os donos do regime podem temer as eleições diretas a ponto de impedi-las. O Congresso pode temer o regime a ponto de recusar as eleições diretas. Pouco importa: uma confirmação a mais ou a menos nada significa para uma velha regra, como esta da dissociação entre a pequena parcela que detém os instrumentos institucionais e os meios de coerção e, de outra parte, a vastidão renegada que se chama Brasil"*

Jânio de Freitas  
em 11.04.84

## INTRODUÇÃO

Captar, do ponto de vista das ciências sociais, o historicamente fugaz, é tarefa, para dizer o mínimo, complexa. Exige o tratamento simultâneo de uma miríade de variáveis, e requer, em contrapartida, que isso se faça a partir do modo particular pelo qual uma conjuntura específica as revela.

A sensação do investigador que se propõe semelhante exercício é, antes de tudo, de frustração. No início da pesquisa, o objeto - por maior que tenha sido o investimento em circunscrevê-lo adequadamente - se mostra perceptível apenas por via da mediação de um grande número de evidências empíricas, que muitas vezes se apresentam como conflitantes entre si, e que parecem comprazer-se em desmentir cada versão laboriosamente construída para "dar conta" dos acontecimentos em pauta. Ao

final, relendo o texto produzido, é inevitável considerá-lo insuficiente. A essa altura, o que frustra é não ter sido capaz de incorporar toda a riqueza que, de início, o investigador intuía estar presente naquele retalho de história.

Não menos exasperante é o trabalho de concatenar o quadro analítico de referência com a vertiginosa dinâmica dos eventos, que em tão pouco tempo se sucederam. O quadro de conceitos deveria servir para organizar o real. E, pelo menos no caso desta pesquisa, procurou fazê-lo. Ao final, porém, havia sofrido tantas avarias que, de fato, não era mais o mesmo. A conjuntura se incumbiu de adaptá-lo, embora o rosto que é aqui imputado à conjuntura traga em suas feições as marcas deixadas por aquele referencial.

Estas, creio, as impressões que, em primeiro lugar, devem vir à pauta, no que tange à feitura da presente análise de conjuntura.

Em segundo lugar, é preciso especificar que seu objeto é *a dinâmica do conflito político deflagrado na conjuntura em que se desenvolveu a campanha das "Diretas Já", a partir da inter-relação entre suas dimensões societária e institucional.*

Uma análise assim, desde logo, requer a averiguação de um tipo de fenômeno sócio-político relativamente pouco estudado: *a mobilização.*

Neste caso específico, requer também a abordagem das relações entre mobilização e *crise política*, à luz do contexto conflitual no qual se desenvolveu a campanha.

A campanha pelo restabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República, que atingiu seu ápice entre janeiro e abril de 1984, foi o maior processo de mobilização da história política brasileira. Sua importância como fato político e sua dimensão singular - que contrasta com o perfil geralmente parcializado de outras mobilizações mais rotineiras - podem ser aferidas, senão pela memória, por uma simples verificação da imprensa no período. Grandes passeatas de protesto, comícios gigantescos - que se realizaram não só nos grandes centros urbanos mas em inúmeras cidades espalhadas pelo interior do país - foram a marca registrada da campanha. Nela, uma motivação estritamente política - pressionar o Congresso Nacional pela aprovação de emenda constitucional que restabeleceria o pleito direto - incorporava vários segmentos sociais à prática reivindicativa e fazia com que muitos dos que participavam extrapolassem sua atividade política usual (os que tinham alguma) para entrar na mobilização. A campanha foi, por cerca de quatro meses, a figura absolutamente central da cena política brasileira.

Porém, apesar da óbvia (e frequentemente citada) importância desse evento político e da relevância dos seus desdobramentos sobre a crise do regime autoritário e a transição, há um imenso vácuo, na literatura de cunho acadêmico, no que diz respeito ao assunto.

Na quase totalidade dos principais textos de referência sobre a transição política brasileira e sobre os problemas da

consolidação da democracia nesse período, a campanha das "Diretas Já" não tem merecido mais que curtas menções.

Não caberia aqui a tentativa de um balanço crítico exaustivo dessa literatura. É suficiente no momento citar alguns dos textos que não enfrentam a questão da mobilização ou que tangenciam o tema da campanha. O panorâmico *De Castelo a Tancredo*, de Thomas Skidmore, por exemplo, se limita a resumir as "Diretas Já" em algumas páginas que pouco acrescentam ao material bruto coletado na imprensa. As importantes coletâneas *Democratizando o Brasil* e *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*<sup>1</sup>, apesar de reunirem estudos sobre a dinâmica da "abertura", a política econômica do período, e mesmo sobre as contribuições da chamada "sociedade civil" à democratização, não superam a segmentação da análise dos diferentes movimentos e não reservam esforços significativos para traçar os vínculos entre a mobilização societária e o conflito político institucional na crise do regime. Mesmo um estudo mais específico sobre a crise do regime autoritário e a sucessão presidencial, como o de Walder de Góes<sup>2</sup>, publicado no calor dos acontecimentos, não vai além de referências em notas de pé de página à campanha das "Diretas Já". O mesmo se pode dizer dos muitos textos de Guillermo O'Donnell sobre a transição a partir de regime autoritário no caso brasileiro.

---

<sup>1</sup> *Respectivamente Stepan (1988) e Reis & O'Donnell (1988).*

<sup>2</sup> *Góes (1984).*

É flagrante, portanto, a disparidade entre a relevância histórica de uma mobilização do porte da campanha das diretas e o paupérrimo (quase inexistente) material bibliográfico de cunho analítico produzido sobre ela<sup>3</sup>.

Creio que essa grande lacuna se deve a duas razões básicas, indissociáveis uma da outra:

Em primeiro lugar, ocorre que a quase totalidade dos trabalhos afins ao tema aqui tratado fixa como eixo central da investigação a dimensão institucional do conflito político, e se detém quase que exclusivamente sobre ela. Isto é, os acontecimentos que conformam as conjunturas, a influência da economia e mesmo as intervenções das classes e dos "grupos de pressão" são analisados do ponto de vista do Estado, do regime político ou do governo. As luzes costumam recair sobre o que se convencionou chamar de "grande política". Por outro lado, as análises existentes sobre a dimensão política dos movimentos sociais são setoriais e particularizam os casos de atuação deste ou daquele movimento. É inegável a importância e a densidade de muitos desses estudos sobre as transformações do regime, sobre a configuração do Estado, sobre as indas e vindas de um dado governo ou de um dado movimento social, etc, mas a centralidade desse enfoque tem feito com que quase nada se produza de substancial sobre as complexas relações entre as dimensões

---

<sup>3</sup> Exceções que confirmam a regra são o curto artigo de Meyer & Montes (1985), que traz um enfoque atropológico do tema, e os inéditos de Velasco e Cruz (1983a;1983b), que projetam com precisão os cenários políticos de 1984.

societária e institucional do conflito político no período em questão, justamente um período sacudido por importantes mobilizações. Dito de outra forma: no que se refere ao grosso da literatura disponível, ou as análises sobre as mobilizações são extremamente segmentadas ou a relação entre o conflito político institucionalizado e a dimensão social que por vezes ele assume simplesmente não é traçada em todas as suas múltiplas possibilidades. De fato, quase sempre ocorrem as duas coisas ao mesmo tempo.

Em segundo lugar e em decorrência dessa postura, não se tem trabalhado com um *referencial analítico* ou conceitual capaz de tratar a ação política enquanto prática coletiva, na qual estão envolvidos os sujeitos políticos situados dentro ou fora do campo institucional. Isto é, não se tem trabalhado com um referencial analítico onde a ação política seja vista como *mobilização*.

Já no Capítulo Primeiro, portanto, apresento as linhas básicas do quadro conceitual e do modelo analítico concebidos para a presente pesquisa.

O Capítulo Segundo sumaria as principais mudanças na estrutura econômica, na institucionalidade política e na configuração societária brasileiras nas duas décadas que precederam a conjuntura em questão.

No Capítulo Terceiro, são reconstruídos os lances políticos mais importantes dos últimos meses de 1983, e que resultaram na armação da crise que eclodiria no ano seguinte.

O Capítulo Quarto apresenta o impacto das manifestações de massa da campanha das diretas sobre a institucionalidade política, e o conseqüente redirecionamento da ação política que esse fato provocou.

O Capítulo Quinto trata da radicalização da instabilidade e da indefinição do quadro político no momento de maior intervalo entre as grandes concentrações de massa.

O Capítulo Sexto expõe os lances decisivos desferidos pelos sujeitos políticos pró e contra as diretas, e procura captar a vertiginosa aceleração do tempo político observada nos últimos dias anteriores à votação da Emenda das diretas pelo Congresso Nacional, sumariando o desfecho do episódio.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

## A DINÂMICA DAS MOBILIZAÇÕES

Para situar, no contexto mais geral da teoria política, o ponto de vista conceitual ora adotado, podemos recorrer, de início, à tipologia de enfoques analíticos coligida por Philippe Schmitter<sup>1</sup>.

Segundo ele, as principais tentativas de delimitação do campo de investigação da ciência política podem ser reduzidas a quatro perspectivas básicas, pelas quais a política, em geral, poderia ser definida a partir de: (1) suas instituições (Estado,

---

<sup>1</sup> Schmitter (1982).

governo, etc); (2) seus processos (*decision-making* ou *policy-formation*); (3) sua função (basicamente a resolução não violenta dos conflitos) ou (4) seus *recursos* (os meios usados, na ação política, pelos "atores").

Esta última perspectiva é a que informa mais diretamente o presente trabalho, embora essa opção não deva obscurecer o fato de que os "atores" concretos desenvolvem sua "ação" tanto no plano a que se convencionou chamar "sociedade" quanto no chamado "Estado", entendidos ambos, como espaços da atividade política.

Definindo a questão mais adequadamente, conforme a lição de Weber, pode-se partir do seguinte ponto:

"Por 'ação' (incluindo a omissão e a tolerância) entendemos sempre um comportamento compreensível em relação a 'objetos', isto é, um comportamento especificado ou caracterizado por um sentido (subjetivo) 'real' ou 'mental', mesmo que ele quase não seja percebido. (...) A ação que especificamente tem importância para a sociologia compreensiva é, em particular, um comportamento que: 1) está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento dos outros, 2) está co-determinado no seu decurso por esta referência significativa e, portanto, 3) pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental

(subjetivamente)"<sup>2</sup>.

As ações políticas - ainda com Weber - que interessam no nosso caso, são ações sociais de tipo racional, sejam seus sentidos orientados com relação a fins ou com relação a valores.

A partir daí, é importante lembrar que toda ação política implica um conflito - entre interesses de indivíduos ou grupos - e, ao mesmo tempo, se dá no interior de um quadro de restrições mútuas (*framework*) - isto é, de reconhecimento, pelos "atores" (ou melhor, *sujeitos políticos*<sup>3</sup>), dos limites a eles impostos pelo próprio conflito. Assim, é importante frisar que:

"Os elementos componentes de uma sociedade política são heterogêneos, isto é, estão ao mesmo tempo em conflito e em interdependência (...). Segundo essa concepção, o estudo da política compreenderá dois focos distintos mas altamente relacionados. De um lado, o estudo do *conflito*: tipos, fontes, padrões e intensidades; e, de outro lado, o estudo da *integração*: autoridade, estruturas, formulação de decisões e crenças comuns"<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Weber (1992:315).

<sup>3</sup> Prefiro a expressão "sujeitos" a "atores" políticos. Como observa Francisco de Oliveira, "a velha lição gramatical ensina que, na oração, sujeito é quem faz a ação ou a comanda, enquanto 'atores' representam um script previamente ensaiado, na tradição clássica; na moderna, a assimilação ou a elevação do 'ator' a um conceito-categoria analítica corre os riscos do teatro moderno ou do cinema: os atores mudam de papel, improvisam dentro do script ou o elaboram dentro da própria representação". Oliveira (1990:33).

<sup>4</sup> Schmitter (1982:33).

Com base nessa delimitação genérica, é possível especificar o caráter da ação política numa conjuntura (como a da campanha das diretas) em que o *conflito* e a *interdependência* dos sujeitos políticos se inscrevem num cenário particular, marcado pela presença de *crise* e de *mobilização*.

### A ATIVIDADE TÁTICA DOS PROTAGONISTAS

O primeiro ponto a esclarecer é que a crise não será entendida como um momento em que a atividade política muda sua natureza - crise como "desequilíbrio" do sistema ou como resultado de alguma "irracionalidade" coletiva.

Os meios empregados pelos protagonistas do jogo político (os *recursos políticos*), dado fundamental do conflito, são de mesma natureza em momentos de crise ou em situações rotineiras. O que singulariza a ação política no momento de crise é que o contexto ao qual ela está referida - contexto esse que pode ser entendido como um estado particular do sistema político respectivo - pode alterar o *peso* ou a *eficácia* dos recursos, conforme será especificado mais adiante.

Para empregar esses recursos, os sujeitos políticos se valem de sua capacidade de cálculo, levando em consideração seus interesses específicos, em contraste com os dos demais<sup>5</sup>. Portanto,

---

<sup>5</sup> "Interesse" não deve ser entendido aqui de modo utilitarista, mas como "investimento específico nos processos de lutas, que é ao mesmo tempo a condição e o produto da vinculação a um campo" (Bourdieu, 1982:94). A questão dos "campos" será discutida

a atenção fundamental recairá sobre a compreensão da *atividade tática dos protagonistas do conflito*.

A prioridade é decifrar as variáveis que estão em jogo *no interior do próprio processo de crise*, e não "causas" ou determinações que pretendam explicar os eventos a partir de um ponto de vista globalizante e externo.

#### CONTEXTO CONFLITUAL, MOBILIZAÇÃO E CRISE

A ação política verificada na crise de 1983/84 teve por referência um determinado *contexto conflitual*, ou seja, uma dada configuração conjuntural do jogo político na qual se moviam os protagonistas da crise. Contexto esse que esteve sujeito à ação da própria mobilização. É nesse sentido que a conjuntura da campanha das diretas deve ser entendida como um "estado particular" do sistema político brasileiro naquele momento. Em suma, deve ser vista como uma *conjuntura crítica, uma crise política*.

Mobilizações, nesse sentido, são processos "à la fois *générateurs et constituants des `crises`*"<sup>6</sup>. O conceito de mobilização a ser empregado neste trabalho, portanto, pressupõe uma íntima relação entre *crises e mobilizações*.

O contexto conflitual é, então, o espaço no qual se

---

*abaixo.*

<sup>6</sup> Dobry (1986:17).

articulam a mobilização e a mudança política. É a relação entre os contextos em mudança e as mobilizações que constrói a ponte entre "conjuntura" e "processo". É a partir dela que se torna possível, numa perspectiva comparada, singularizar os diversos tipos de conjuntura, entre os quais as conjunturas críticas (crises políticas). Por sua vez, a especificidade das crises políticas está justamente na relação entre as mobilizações e a mudança política.

"(...) il s'agit de penser les crises à la fois en tant que mobilisations et en tant que transformations d'état - passages à des états critiques - des systèmes sociaux. A l'encontre de toutes les formes de réification des institutions, il s'agit dès lors d'aborder les 'structures', 'organisations' ou 'appareils' en tenant compte de leur *sensibilité* aux mobilisations, aux coups échangés, à l'activité tactique des protagonistes des crises. Mais il s'agit aussi de déchiffrer simultanément les *logiques de situation* qui, dans de tels contextes, tendent à s'imposer à ces acteurs et tendent à structurer leurs perceptions, leurs calculs et leurs comportements"<sup>7</sup>.

Indicar essa estreita relação entre mobilização e crise pode parecer, à primeira vista, banal, mas na maior parte da

---

<sup>7</sup> Dobry (1986:39-40).

literatura especializada sobre mobilizações, elas são entendidas como o acúmulo, por parte de grupos, de um determinado estoque de recursos políticos (recursos mobilizados) a serem empregados em algum momento na ação coletiva. "Mobilização" e "ação política coletiva" são geralmente tidos como dois momentos distintos<sup>8</sup>.

O uso do conceito de mobilização num contexto de acirrada crise, como no nosso caso, faz, no entanto, com que ela não seja vista apenas como o momento da aquisição e do controle de recursos. A mobilização, aqui, é - a um só tempo - a condição pressuposta da ação política coletiva na conjuntura de crise e a própria ação política coletiva, ou seja, a *mobilização é parte da crise*. Dito de outro modo, a mobilização está diretamente referida às três variáveis básicas da crise: os recursos em jogo, o contexto conflitual e a atividade tática dos protagonistas.

Aqui a mobilização é *própria* do conflito político.

"On ne parlera de mobilisation que lorsque des ressources données s'insèrent dans une ligne d'action, ou mieux, un *coup* (*move*), et ce uniquement dans un contexte conflictuel"<sup>9</sup>.

Os *lances políticos* (a que Dobry chamou *coups*, para traduzir *moves*) - que são decorrência direta da atividade tática dos protagonistas do conflito político - podem ser definidos como

"... les actes et les comportements individuels ou collectifs qui auront pour

---

<sup>8</sup> Ver, p. ex., Tilly (1978).

<sup>9</sup> Dobry (1986:21).

propriété d'affecter soit les attentes des protagonistes d'un conflit concernant le comportement des autres acteurs, soit ce que Goffman appelle leur "situation existentielle" (c'est-à-dire, en gros, les rapports entre ces acteurs et leur environnement), soit encore, bien entendu, les deux simultanément, la modification de cette situation existentielle s'accompagnant presque toujours d'une transformation des attentes et des représentations que se font de la situation les différents acteurs"<sup>10</sup>.

*A mobilização sempre coincide com um lance político, embora não se limite a ele, justamente na medida em que é indissociável da atividade tática dos sujeitos em conflito.*

Além disso, a mobilização de que tratamos não deve ser confundida com uma atividade de oposição ao regime. Não há razão para se conceber as mobilizações como ato de "descontentes", "opositores" ou "dominados". Não faz sentido pensar numa contraposição entre a ação do Estado, do regime ou do governo, de um lado, e as "mobilizações", de outro, ou a oposição entre a atividade tática dos "dominantes", de um lado, e a dos "dominados", de outro (ainda que a prudência mande atentar para as diferenças entre os estoques de recursos e os repertórios de ação de uns e de outros).

O que ocorre é que o cálculo racional empreendido por

---

<sup>10</sup> Dobry (1986:21-22).

cada um dos sujeitos políticos exerce pressões sobre a ação tática dos demais sujeitos mobilizados - alocados no espaço institucional ou no societário.

As mobilizações não são, em suma, a contraface da política institucional. Na verdade, *é a interação e o entrelaço das lógicas de ação política dos diferentes sujeitos (com participação institucionalizada ou não) que constitui um elemento decisivo para a apreensão da dinâmica das conjunturas de crise política*<sup>11</sup>.

Todos os elementos envolvidos na ação se referem ao contexto conflitual, inclusive os recursos políticos em jogo. Os recursos não serão vistos como "bens" disponíveis que possam ser utilizados a qualquer momento. Sua eficácia e seu peso específico são dados pela conjuntura na qual são postos em jogo.

E a inserção dos recursos no conflito, como já se mencionou, depende do cálculo dos protagonistas.

"La dimension stratégique des mobilisations renvoie au fait que l'activation des ressources est un processus dans lequel intervient la médiation des *calculs* de la part des acteurs sociaux"<sup>12</sup>.

Esses cálculos não operam segundo construções intelectuais *ex ante*, mas se baseiam em referenciais ao nível social (como os estoques culturais de um dado setor ou de uma

---

<sup>11</sup> Dobry (1986:25-26).

<sup>12</sup> Dobry (1986:28).

dada sociedade), ao nível político (como as rotinas de uma dada institucionalidade e as "regras do jogo" a ela concernentes) e, principalmente, se baseiam na própria evolução do jogo, isto é, do conflito político.

O substrato desses cálculos é constituído por uma ampla rede de interesses e motivações heterogêneas, razão pela qual as mobilizações não se dão sempre em torno de apostas comuns, visando fins comuns. A mobilização vivida na campanha das diretas é um exemplo contundente disso.

"Autrement dit, les mobilisations ne se réalisent pas nécessairement, loin de là, autour d'enjeux, d'objectifs ou de perspectives stratégiques pour tous les acteurs et segments sociaux mobilisés. Et comme on l'a déjà suggéré, il est extrêmement imprudent pour cette raison de rapporter les processus de mobilisation prioritairement à la poursuite de certaines fins collectives ou de certaines valeurs collectives"<sup>13</sup>.

Dai que a concepção de mobilização e de ação coletiva mais comum na literatura ("collective action is joint action in pursuit of common ends"<sup>14</sup>) tenha sido substituída aqui pela definição da mobilização como uma prática política "em ato", num contexto de conflito político. Os *meios* ("ativação dos recursos") e os *fins* - nunca concebidos como unívocos nem como comuns a

---

<sup>13</sup> Dobry (1986:31).

<sup>14</sup> Tilly (1978:84).

todos os sujeitos - são mediados pelo cálculo político, num dado contexto conflitual.

### CRISE E MOBILIZAÇÃO MULTI-SETORIAL

A crise política brasileira em 1983-84 pode ser caracterizada, de um ponto de vista sociológico, pela incidência de um tipo particular de mobilização (que perpassa sujeitos políticos situados em diferentes posições do espaço social). Este tipo particular de mobilização será chamado de *mobilização multi-setorial* e a conjuntura específica que se define a partir dela, *conjuntura fluida*.

O nível de abrangência dessa crise, portanto, extrapolava o plano institucional e promovia uma ampliação dos *espaços de confrontação* dos sujeitos políticos.

Tratava-se certamente de uma *crise de governo* - vivenciada através de uma sensação generalizada de perda de autoridade por parte dos governantes, dada a gestão errática da política econômica, suspeitas de corrupção, etc - e também de uma *crise de regime* - pela evasão crescente de legitimidade do arcabouço institucional autoritário.

Mas o fator que singularizava aquela conjuntura é que, superposta a essas duas crises, configurava-se uma terceira:

"(...) aquél en que grupos, partidos, movimientos y/o personal gubernamental realizan interpelaciones a clases o sectores sociales apuntados a establecer

identidades colectivas conflictivas con las de los participantes ya establecidos en la scena política"<sup>15</sup>.

De modo que, além de crise ao nível do governo e do regime, nossa conjuntura poderia ser caracterizada - a partir da conceituação de O'Donnell - como uma *crise de expansão da arena política*. É o que chamarei de *emergência da dimensão societária* do conflito.

A seguir, veremos como será concebida essa dimensão. Em seguida, retomarei a caracterização da mobilização multi-setorial e da conjuntura fluida.

#### O RECORTE DO SOCIAL E A QUESTÃO DOS SETORES

Em suma, o até aqui exposto visa destacar que: (1) a atividade política será analisada a partir dos recursos postos em jogo pelos sujeitos políticos; (2) o cálculo racional desses sujeitos (sua atividade tática) é a chave para compreender as mobilizações; (3) o conceito de mobilização empregado pressupõe um contexto de conflito e é indissociável das crises políticas; (4) a crise presente na conjuntura política brasileira em 1983-84 promoveu a entrada no conflito de segmentos sociais novos, ampliando o alcance da mobilização.

---

<sup>15</sup> O'Donnell (1982:50). Ressalve-se que a tipificação das crises feita por O'Donnell é uma generalização conceitual que teve como base empírica a passagem de regimes democráticos para regimes Burocrático-Autoritários na América Latina e não o contrário, como no nosso caso.

Assim, é essa emergência da dimensão societária do conflito, essa ampliação das arenas de disputa, que fez com que a luta política naquela conjuntura não se restringisse totalmente à institucionalidade autoritária, conforme o projeto dos estrategistas da liberalização do regime.

Tal fato exige que, no plano conceitual, os instrumentos de análise sejam capazes de apreender essa nova dimensão do conflito.

Comumente, esse dado tem sido interpretado - fazendo coro a uma visão de senso comum - como um "renascimento da sociedade civil". Ou seja, a chamada sociedade civil, depois de desarticulada pelo regime autoritário, estaria ganhando corpo num movimento que abrangeria manifestações tão diversas quanto as greves dos metalúrgicos do ABC, a campanha contra a carestia, o ressurgimento dos movimentos sociais urbanos, a campanha pela Anistia, a própria campanha das diretas, etc.

Dessa forma, a "sociedade" estaria sendo capaz de contrapor-se ao poder do "Estado".

É claro que não se pretende aqui negar a reorganização verificada em importantes segmentos da sociedade, mas é necessário chamar a atenção para o fato de que, no plano conceitual, a distinção entre Estado e sociedade, ou entre regime e oposição, não é capaz de captar toda a complexidade do conflito que, conforme se viu acima, não obedece a uma simples lógica binária.

Há quem perceba com clareza essa dificuldade:

"...privilegiando a percepção do espaço público como o continente do conflito político, a chamada 'sociedade civil' apresenta um espectro difuso de formas associativas, caracterizado por um padrão de dispersão de demandas. Em outras palavras, a idéia de 'sociedade civil' se torna falaciosa e, com alto grau de anonimato, se supõe que a multiplicidade de demandas sociais configure uma aritmética de somas lineares ou uma geometria política unidimensional. Nesse caso, por mais distintos que sejam os objetivos políticos e sociais das diferentes formas organizadas, haveria um cálculo capaz de agregá-los no sentido de aferir um índice inequívoco de 'avanço da sociedade civil'. (...) A idéia de 'sociedade civil', tal como tem aparecido no debate político brasileiro, é uma figura de retórica que procura derivar da lógica interna e da transparência que manifesta enquanto conceito uma possível lógica do conflito político e social"<sup>16</sup>.

Eis o problema: o "social" não é portador de uma ou duas, mas de inúmeras lógicas a partir das quais se dá o conflito político. Seria extremamente empobrecedor restringir a análise do conflito presente na conjuntura das "diretas já" à queda de braço entre o Estado autoritário (ou regime) em decadência e a sociedade civil (ou a oposição) em ascensão.

---

<sup>16</sup> Lessa (1986:14).

Como, então, recortar o espaço social do conflito político de modo a perceber nele as múltiplas matrizes a partir das quais os sujeitos políticos inserem os recursos de que dispõem na mobilização?

"C'est l'existence, dans la plupart des systèmes sociaux modernes, d'une multiplicité de sphères ou de champs sociaux différenciés, inextricablement enchevêtrés et, simultanément, plus ou moins autonomes les uns par rapport aux autres qui constitue le fait structurel fondamental pour l'intelligibilité des processus de crise politique pouvant apparaître dans ces systèmes"<sup>17</sup>.

Compreender o espaço social do conflito como dotado de uma multiplicidade de esferas a partir das quais se produzem diferentes cálculos políticos a serem postos em confronto significa exatamente superar a simples contraposição de duas lógicas pretensamente contrárias.

"Aussi bien la distinction, d'allure archaisante, de l'Etat et de la société civile que celle, d'apparence plus moderniste, du système politique et de son environnement ont, en effet, pour point aveugle commun d'ignorer ce qui se joue justement dans la multiplicité des champs sociaux différenciés, ce qui se joue entre ces champs sociaux, ce qui fait, en somme, la complexité

---

<sup>17</sup> Dobry (1986:97).

*structurelle de ces systèmes sociaux*"<sup>18</sup>.

Resta definir, então, o que é que está em jogo *no interior* desses campos e *entre* eles.

Um *campo*, na definição de Pierre Bourdieu, é - enquanto corte sincrónico - uma estrutura de postos ou posições sociais mediante às quais seus ocupantes detém um "capital" específico a ser aplicado, normalmente, nas disputas internas ao campo. É condição de existência do campo a definição que seus membros façam dos próprios *objetos de disputa* e dos interesses específicos do campo, que passam a constituir leis imanentes do jogo interno. Os interesses fundamentais em comum dos membros de um campo são justamente os que se referem à manutenção do campo enquanto tal, o que gera uma cumplicidade subjacente ao antagonismo. Assim, a estrutura de um campo - isto é, a distribuição desigual de capital específico entre seus membros - está sempre em jogo, na medida em que as lutas internas ao campo visam sempre a detenção do "monopólio da violência legítima" (estoque de capital): os que num determinado estado da relação detém maior estoque de capital específico, segundo Bourdieu, tenderiam à conservação, os que detém menos, tenderiam à subversão<sup>19</sup>.

O campo é, em suma, um espaço social de auto-referência, com leis e objetos próprios de disputa.

Michel Dobry formulou uma tradução mais especificamente

---

<sup>18</sup> Dobry (1986:97-98).

<sup>19</sup> Bourdieu (1983a:89-91;1984:207-250).

política do conceito de campo: o *setor*.

Setor, tal como o entenderemos aqui, é um *espaço social* a partir do qual se conformam *lógicas de ação políticas* - quanto aos objetos e às regras do jogo - e que constituem o referencial básico (embora não exclusivo) para o cálculo dos sujeitos políticos, em situações rotineiras.

São dois os traços estruturais dos setores:

(1) As *lógicas sociais específicas* - característica de ordem interna ao setor - que dizem respeito à existência de um conjunto de "leis próprias" de funcionamento e organização do setor em *conjunturas rotineiras*, isto é, naquelas onde não há crises políticas.

Ao mesmo tempo em que tais lógicas são marcadas pela especificidade, o conjunto dos setores sociais apresenta uma grande variedade de lógicas, praticamente tão grande quanto o número de setores.

Tal especificidade se manifesta de duas maneiras.

(1.a.) A primeira é a forte influência que as lógicas setoriais exercem sobre os sujeitos políticos que agem a partir dos setores correspondentes, ou melhor, sobre o cálculo desses sujeitos no que concerne às atividades próprias a cada setor. Isso faz com que os setores se apresentem como *zonas limitadas de interdependência tática* dos sujeitos políticos.

"Les anticipations, appréciations, interprétations et, plus généralement, l'activité tactique de ces acteurs s'effectuent alors principalement en

fonction des enjeux, des règles du jeu (...), des catégories de ressources et de leur distribution particulière entre les divers acteurs individuels ou collectifs (...) et, surtout, des repères, indices et instruments d'évaluation, de prévisibilité et d'identification des situations spécifiques à chaque secteur"<sup>20</sup>.

É desse modo que a noção de setor visa designar os espaços sociais de interdependência entre os sujeitos políticos, ou seja, as zonas específicas e limitadas de "endodeterminismo" ou "auto-referência". Um *setor* se caracteriza, numa conjuntura rotineira, pela capacidade de delinear um espaço social de referência necessário aos cálculos, ou seja, pela capacidade de realizar a "*captação dos cálculos*" de seus membros.

(1.b.) A especificidade das lógicas próprias a cada setor se manifesta, em segundo lugar, pelo elevado *grau de objetivação* das relações sociais setoriais, nos sistemas complexos. A objetivação é caracterizada pelo fato de as relações sociais se apresentarem aos membros de um dado setor como uma *realidade exterior*, que constrange e conforma de maneiras determinadas sua própria prática. Por outro lado, é traço importante da objetivação a *impessoalidade* das relações sociais produzidas pelas lógicas setoriais.

(2) O segundo traço estrutural dos setores, dito

---

<sup>20</sup> Dobry (1986:101).

"externo", é a *autonomia* das lógicas próprias de um setor frente aos demais - sempre tendo como referência as conjunturas rotineiras. Essa autonomia diz respeito às relações que se estabelecem entre um dado setor e os outros, bem como aos *rítmos temporais específicos*, que individualizam o *timing* da ação de cada um.

Contudo, essa autonomia inter-setorial não implica na ausência de ligações estáveis entre os setores, em conjunturas rotineiras (*transações colusivas*), o que não configura contudo uma exceção ou anomalia: é um traço frequente na maior parte dos sistemas políticos contemporâneos, sem que isso signifique uma diluição das lógicas setoriais ou da autonomia inter-setorial<sup>21</sup>.

Características tão específicas como as do corte setorial podem ser visualizadas mais facilmente em estruturas reais. Tomemos, por exemplo, o "sistema de representação" e a estrutura de cargos a ele acoplada. Os traços essenciais de um setor estão ali: há um conjunto de lógicas sociais específicas que regem o comportamento dos que pertencem ao campo (as práticas de conquista dos votos, a rotina parlamentar, etc), assim como seus cálculos sofrem constrangimento direto em função desse pertencimento. Esses traços distintivos, por sua vez, configuram uma clara autonomia face a outros setores, e assim por diante. A criação desse espaço de endodeterminismo é que possibilita à "classe política" a capacidade de, por exemplo, enfrentar testes

---

<sup>21</sup> Cf. Dobry (1986:110-113).

ou obedecer rituais, e faz com que as "crises" (como crises ministeriais, de governo, etc), nas democracias estáveis, tornem-se fenômenos rotinizados nos quais a imprevisibilidade está circunscrita e, por assim dizer, domesticada<sup>22</sup>. A noção de setor pode, igualmente, ser aplicada ao campo econômico, às instituições universitárias, ao campo da representação sindical ou às estruturas que podem se organizar em torno de determinados partidos políticos. O mesmo seria verificado quanto à corporação militar, à hierarquia da Igreja Católica, etc: a constituição de espaços sociais de endodeterminismo e de conformação de lógicas próprias que balizam as ações.

Uma observação final sobre a noção de setores: seu traço distintivo básico é a forte *institucionalização*, mas isso não significa que, politicamente, estejam circunscritos à chamada institucionalidade. Por outro lado, o fato de abarcarem uma ampla gama de apresentações possíveis indica que há diferenças de grau, mas não de natureza, entre os níveis de autonomia, objetivação, etc, de diferentes setores. É assim que grupos sociais, e mesmo movimentos sociais podem, ao menos por curtos períodos, frequentemente se caracterizar por uma certa autonomia, uma certa capacidade de retenção de cálculos e pelo controle de instrumentos institucionais de objetivação de grupo (o movimento estudantil de maio de 1968, por exemplo)<sup>23</sup>. É também o que se

---

<sup>22</sup> Cf. Dobry (1983:404).

<sup>23</sup> Cf. Dobry (1983:406).

observou na campanha das diretas: a constituição do que será designado por *lógica de situação*.

Resta, por último, observar que não há pretensão de se apresentar a segmentação em setores como a única clivagem possível do que se tem chamado aqui de espaço social do conflito político. Uma sociedade complexa está submetida a vários cortes de natureza distinta, entre os quais - inclusive - a distinção de classe, esta uma categoria chave das abordagens sociológicas clássicas. Dado, inclusive, o carácter multidimensional das personalidades individuais, nas sociedades complexas, tanto o pertencimento a um setor quanto o pertencimento a uma classe ou fração de classe social poderiam, em tese, informar, a partir de perspectivas diversas, a conformação das lógicas de ação política e dos cálculos dos protagonistas diretos do conflito (*os sujeitos políticos*, individuais ou coletivos), conforme a natureza e as características específicas desse conflito. Mas o que está em jogo, neste ponto, é a definição dos referenciais sociais no processo de constituição da *identidade política* dos sujeitos, e, quanto a isso, o mais adequado ao modelo analítico aqui proposto é discutir a desmontagem conjuntural de algumas identidades políticas setorialmente estabelecidas, bem como as maneiras pelas quais, no processo de crise, outras identidades são conjunturalmente construídas.

Como observou Ernesto Laclau<sup>24</sup> - ao sumariar aspectos da

---

<sup>24</sup> Laclau (1986:41-44).

insuficiência dos paradigmas tradicionais da análise sociológica frente à eclosão dos novos movimentos sociais - as conceituações tradicionais primaram sempre por: (1) determinar a identidade dos sujeitos dos conflitos sociais por categorias relacionadas à estrutura social (especialmente "classe"), postulando assim um nexo *a priori* entre pertencimento de classe e ação política; (2) caracterizar o tipo de conflito conforme uma perspectiva diacrônico-evolucionária ou teleológica (passagem do "tradicional" ao "moderno", ou do feudalismo ao capitalismo, por exemplo), significando implicitamente que os conflitos deviam ser tipificados antes pelos movimentos subjacentes da história que pela intervenção dos agentes; e (3) conceber o espaço do "político" unidimensionalmente (quase que exclusivamente circunscrito ao Estado), como um "nível" preciso do social. Ora, prossegue Laclau, mas o que caracteriza o conflito social e político contemporâneo é justamente o fato de que: (1) não é mais possível traçar sempre um vínculo estável entre a posição do indivíduo frente às relações de produção e suas outras posições sociais (como consumidor, morador, usuário de transporte, eleitor, etc), o que indica um deslocamento e uma pulverização dos espaços sociais de constituição das identidades políticas, razão pela qual as diferentes posições dos agentes sociais tornaram-se crescentemente autônomas e as articulações entre elas cada vez mais indeterminadas<sup>25</sup>; (2) do mesmo modo, não é mais

---

<sup>25</sup> Assim: "as categorias 'classe trabalhadora', 'pequeno burguês', etc, adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma

possível vincular cada posição individual de sujeito com uma "sucessão racional e necessária de estágios"; e (3) nem se pode mais conceber o "político" como um "nível" específico do social (sociedade versus Estado), uma vez que se trata de uma dimensão presente, em grau e qualidade diferenciados, ao largo de toda a prática social<sup>26</sup>. Em suma:

"As mobilizações populares não mais se baseiam num modelo de sociedade total ou na cristalização, em termos de um único conflito que divida a totalidade do social em dois campos, mas numa pluralidade de exigências concretas, conduzindo a uma proliferação de espaços políticos"<sup>27</sup>.

A clivagem em setores, portanto, tem o objetivo

---

*de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de 'luta de classes', por exemplo, não é correto nem incorreto - ele é simplesmente totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos" (Laclau, 1986:42). Isso porque, segundo o autor, a "remoção da centralidade do sujeito nas Ciências Sociais contemporâneas acarretou uma inversão na noção clássica de subjetividade. Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo, vemos cada posição de sujeito ocupando lugares diferentes no interior de uma estrutura" (Laclau, 1986:43). A noção de sujeito reivindicada no modelo analítico montado no presente capítulo, em substituição a "ator político", pode ser lida, para valermos-nos da sugestão de Laclau, como uma posição conjuntural de sujeito, na medida em que os recursos e lógicas de ação dos protagonistas do conflito denotam, no nosso caso, identidades conjunturalmente referenciadas.*

<sup>26</sup> Neste particular, seria ilustrativo consultar o verbete "Poder" em Raymond Boudon e François Bourricaud. Dicionário Crítico de Sociologia, São Paulo, Atica, 1993.

<sup>27</sup> Laclau (1986:47).

categorial de circunscrever espaços sociais "politizados", nos quais identidades políticas são conflitivamente estabelecidas.

O que importa é que aqueles a que aqui chamamos sujeitos políticos (entendidos como posições conjunturais de sujeito) sempre atuam a partir de espaços sociais *mobilizados*. Daí que o palco do conflito não seja visto simplesmente como um contraponto entre Estado e sociedade, ou coisa que o valha, mas como uma *relação de movimentos sociais entre si*, estejam os sujeitos alocados na institucionalidade política ou não<sup>28</sup>.

#### RETOMANDO A CARACTERIZAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES MULTI-SETORIAIS

Agora há condições de prosseguir definindo mobilização multi-setorial e conjuntura fluida.

Na definição dos setores como espaços de auto-referência, teve-se o cuidado de sublinhar sempre que as características ali enfeixadas se referiam a situações políticas *rotineiras*, isto é, situações de *ausência de crise*.

Por outro lado, foi dito que um processo de mobilização

---

<sup>28</sup> Note-se que a negativa em tratar o conflito como resultado do contraponto Estado-sociedade não inibirá, obviamente, a menção, ao longo da dissertação, a entidades ou movimentos da "sociedade civil", ao Estado, ao governo, ao regime, à oposição, etc, por duas razões: (1) sua existência, por certo real, não está sendo negada aqui. Apenas não serão tomados como fundamento da análise; (2) a linguagem corrente no período, fortemente presente nas fontes primárias (discurso das personagens, etc), está impregnada por essa terminologia.

está sempre conjugado a uma crise política.

Em consequência, temos que a incidência de uma mobilização (e a situação de crise a ela acoplada) altera a disposição das rotinas setoriais e o próprio comportamento dos sujeitos políticos ligados aos setores.

Antes de prosseguir, porém, um pequeno parêntese: poder-se-ia argumentar aqui que, no nosso caso específico, em vista da notória instabilidade política latino-americana em geral, brasileira em particular, a fronteira entre situações de normalidade e crise seria de difícil definição, ou ainda, que as situações de crise seriam, de fato, o estado "normal" dessas sociedades, e que isso traria problemas de adequação do referencial analítico. Ocorre que, conforme já assinalado, crises não são situações absolutas. Há níveis de crise. Segundo O'Donnell, o primeiro nível de uma crise política (crise de governo) poderia, de fato, se confundir com o padrão rotineiro dos sistemas políticos latino americanos. O mesmo não poderia ser dito, entretanto, de uma crise que se estendesse ao nível da ampliação das arenas de confrontação política, como no nosso caso<sup>29</sup>. A diferença entre uma situação e outra está no caráter da mobilização.

A conjuntura de que a campanha das "diretas já" foi o epicentro político teve como diferencial básica a presença de uma mobilização multi-setorial. Mobilização multi-setorial, por

---

<sup>29</sup> Cf. O'Donnell (1982:53).

definição, é aquela que envolve múltiplos setores de uma dada sociedade.

Na medida em que setor, também por definição, é um espaço social de endodeterminismo, pode-se calcular, apenas a partir desse dado, a profundidade e a abrangência de uma crise que envolva a ruptura conjuntural dos fortes mecanismos de auto-referência dos setores.

Efetivamente, *uma mobilização multi-setorial significa uma desmontagem conjuntural da institucionalização setorial*, no que se refere ao *objeto do conflito*, aos *interesses e regras do jogo* e aos *recursos mobilizados*.

Portanto, numa mobilização multi-setorial:

(1) a definição do(s) *objeto(s) do conflito* escapa ao controle de cada setor, na medida em que é compartilhada por todos os setores mobilizados.

(2) os *interesses em jogo* (determinantes das apostas dos protagonistas) deixam de ser especificamente setoriais, o que faz com que as "regras do jogo" deixem de ser as leis imanentes, próprias de cada setor. (Mas note-se que os interesses básicos em comum, os voltados para a existência do setor enquanto tal, permanecem válidos.)

(3) os *estoques de recursos* deixam de ser um "capital específico", na medida em que sua *origem* deixa de ser exclusivamente a posição institucional detida no campo ou setor e seu *fim* deixa de ser apenas a disputa interna.

(4) em consequência dessa *localização multi-setorial do*

*conflito*, o valor ou a eficácia dos recursos *flutua* conforme o peso relativo que as diferentes arenas adquirem ao longo do conflito<sup>30</sup>.

Quanto a este último ponto, Almond & Flanagan propuseram a distinção de três tipos básicos de recursos políticos: (1) as posições institucionais detidas pelos diferentes protagonistas do conflito; (2) sua influência; (3) os meios coercitivos à sua disposição. A esses tipos de recursos corresponderiam três tipos de arena, espaços de "tomada de decisões" ou de "resolução" do conflito: (1) arenas institucionais; (2) arenas onde os atores jogam sua influência; (3) arenas sobre as quais são confrontados os recursos coercitivos<sup>31</sup>. A cada momento do conflito, tais arenas ganham ou perdem importância com relação às outras e, em consequência, os recursos políticos em jogo perdem ou ganham eficácia relativa.

Com as mobilizações multi-setoriais, portanto, as relações entre as arenas se transformam. Em consequência, os cálculos dos protagonistas passam a se caracterizar por uma grande dificuldade em avaliar tais mudanças de relação, uma vez que a eficácia dos instrumentos de avaliação acessíveis a eles depende em grande parte da estabilidade das lógicas setoriais e da manutenção da autonomia dos setores.

---

<sup>30</sup> *Esse tema será posteriormente retomado em detalhe, à luz dos dados empíricos da pesquisa.*

<sup>31</sup> *Gabriel Almond & Scott Flanagan, Crisis, Choice and Change, Boston, 1973, apud Dobry (1983:407).*

É justamente o impacto, nos processos de crise, das mobilizações multi-setoriais, que provoca a constituição do tipo particular de conjuntura política a que nos referimos, a *conjuntura fluida*.

### AS CONJUNTURAS FLUIDAS

Ora, esse impacto das mobilizações multi-setoriais sobre um determinado processo de crise se traduz, no plano conceitual, num conjunto de características regularmente observáveis em tais situações e que podem ser apresentadas aqui como *propriedades tendenciais* das conjunturas fluidas.

As propriedades definem a conjuntura na medida em que permitem a apreensão dos principais traços e, sobretudo, da *dinâmica* característica da fluidez política.

Mas elas são chamadas *tendenciais* porque nunca aparecerão em toda plenitude nos casos concretos. O que se apresenta a seguir é um construto que, à maneira do tipo ideal weberiano, pressupõe uma série de condições jamais completamente satisfeitas em cada caso empírico particular. As características da dinâmica observada na conjuntura da campanha das diretas, portanto, tendem, em tese, a um comportamento semelhante, embora suas especificidades não permitam, naturalmente, identidade absoluta com o modelo<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> As condições ideais pressupostas no modelo a seguir seriam, por exemplo: 1) uma distribuição uniforme das mobilizações pelo

As principais propriedades tendenciais são três: a dessetorialização conjuntural do espaço social, a instabilidade estrutural e a ampliação da interdependência tática.

(1) A *dessetorialização conjuntural do espaço social*, isto é, a destruição momentânea do poder de endodeterminismo dos setores, na verdade se apresenta como um conjunto de vários aspectos da dinâmica das mobilizações multi-setoriais.

Trata-se de vários processos correlatos.

Em primeiro lugar observa-se, nas conjunturas fluidas, uma *redução da autonomia* dos setores ligados ao desenrolar das mobilizações multi-setoriais, isto é, uma *descompartimentalização* e uma *redução da capacidade de constrangimento* das lógicas setoriais sobre os sujeitos políticos, além da ocorrência de *lances políticos trans-setoriais*.

Ao mesmo tempo, têm-se um processo de *diversificação dos espaços de confrontação*, isto é, uma *ampliação das arenas* previamente definidas pelos setores para os conflitos internos, quando atingidos pelas mobilizações multi-setoriais. É um processo de *relachamento da ligação* entre algumas arenas setoriais (estabelecida nas conjunturas rotineiras) e das *apostas próprias às confrontações* que se desenrolam nessas arenas

---

*conjunto dos setores de uma sociedade; 2) uma simetria perfeita entre os lances políticos trocados; 3) uma homogeneidade dos setores no que concerne a sua autonomia, ao grau de objetivação de suas relações internas, etc; 4) uma ausência de colusão entre ao menos alguns dos setores; 5) uma uniformidade de efeitos das mobilizações no conjunto dos setores malgrado a diversidade de suas lógicas sociais, etc. Cf. Dobry (1983: 412).*

interligadas. Trata-se de um processo antitético à "especificação" das apostas, que tem importantes consequências sobre a tática dos sujeitos e a eficácia (o "valor") dos recursos utilizados.

Uma última componente analítica da dessetorialização é a *evasão dos cálculos setoriais*. Ocorre que, inversamente ao processo de captação dos cálculos mencionado acima,

"(...) les acteurs situés dans un secteur affecté par des mobilisations multissectorielles tendent à faire prévaloir dans leurs calculs pertinents (...) un univers de référence, des indices et repères pour l'évaluation de la situation largement externes à la logique sociale spécifique à ce secteur (... une *diminution de l'auto-référence des secteurs*)"<sup>33</sup>.

(2) A segunda propriedade tendencial das conjunturas fluidas é a *instabilidade estrutural*.

"Elle a pour principale composante l'effacement ou le brouillage des indices et repères et la perte d'efficacité des instruments d'évaluation qui, en tant qu'éléments des logiques sectorielles, servent de support aux appréciations et calculs routiniers des acteurs"<sup>34</sup>.

A instabilidade estrutural é consequência direta dos

---

<sup>33</sup> Dobry (1986:143-144).

<sup>34</sup> Dobry (1986:150).

processos já mencionados da descompartimentalização e da multi-setorialização das confrontações. Essa instabilidade gera dificuldades no cálculo político dos sujeitos, seja no que concerne à avaliação da eficácia dos recursos, seja na capacidade de antecipação da ação dos adversários, seja ainda na capacidade de identificar e definir a situação na qual está inserido. Em outros termos, ocorre uma *destruição das definições rotineiras das situações*, que gera, por sua vez, uma *inibição* da atividade tática dos protagonistas. São os *momentos de derrapagem* das crises, onde os protagonistas perdem momentaneamente a noção exata da importância ou do significado dos eventos políticos particulares e, conseqüentemente, a capacidade de um cálculo eficaz.

Mas note-se que, apesar de incidir sobre a compreensão dos sujeitos acerca da situação política, não se trata simplesmente de uma mudança no estado psicológico dos protagonistas individuais, mas de um processo de ordem racional.

"L'incertitude provient ici d'une transformation conjoncturelle des rapports entre les secteurs et des logiques internes aux secteurs, elle correspond à un *état particulier des 'structures' et des rapports sociaux*"<sup>35</sup>.

Os processos de desobjetivação também contribuem decisivamente, nas conjunturas fluidas, para a instabilidade da

---

<sup>35</sup> Dobry (1986:153).

situação e para a destruição dos parâmetros rotineiros à disposição dos sujeitos políticos.

O elevado grau de objetivação dos sistemas sociais complexos e a consolidação dessa objetivação através de transações colusivas inter-setoriais, já mencionadas, são também afetados pelas mobilizações multi-setoriais. É assim que, nas conjunturas fluidas, os sistemas complexos ficam expostos a bruscas perdas de objetivação das relações sociais.

Ou seja:

"(...) l'objectivation des rapports sociaux internes aux secteurs ou constituant les relations inter-sectorielles n'est pas à l'abri, n'est pas indépendante des coups échangés et des tactiques mises en oeuvre par les protagonistes des confrontations"<sup>36</sup>.

A desobjetivação pode ficar patente na forma de mobilizações vividas como momentos de grande "efervescência criativa", que remetem à imagem de "festa" na política - em função de um sentimento generalizado de "liberação" ou grandeza "cívica" - ou, numa versão menos evidente, pode se manifestar, por exemplo, pela perda gradual dos estoques de legitimidade ou de "sustentação difusa" de que se valem certos governantes ou regimes.

Essas propriedades tendenciais das conjunturas fluidas nada mais são, afinal, do que enfoques da mesma questão geral (a

---

<sup>36</sup> Dobry (1986:154).

plasticidade dos sistemas complexos frente à dinâmica das mobilizações multi-setoriais) a partir de pontos de vista diversos.

Numa visão remissiva, o que fica claro, pelas propriedades discutidas até aqui, é que a grande variedade das lógicas setoriais características das sociedades complexas *se dilui* nas conjunturas fluidas. Isto é, nota-se uma *simplificação do espaço social*, uma tendência à homogeneização das lógicas e dos cálculos políticos envolvidos na crise, sob a ação das mobilizações multi-setoriais.

Os próprios sujeitos políticos individuais sofrem a ação das conjunturas fluidas. O caráter multidimensional das personalidades individuais - característico das sociedades complexas e evidenciado na inserção múltipla desses personagens nas lógicas de diferentes setores fortemente objetivados - dificilmente pode ser mantido nessas situações. Ao contrário, nota-se um processo de *unidimensionalização da identidade pessoal*.

(3) Uma última propriedade diz respeito mais especificamente às táticas desenvolvidas pelos sujeitos sob o impacto das crises nas conjunturas fluidas. Trata-se da *interdependência tática ampliada*.

"Elle s'analyse comme une tendance à l'émergence d'une interdépendance croissante des activités tactiques d'acteurs localisés en des sites différents de l'espace social. Ce que

l'on peut formuler de manière plus rigoureuse en tant que passage d'une forme routinisée et, surtout, locale d'interdépendance des acteurs à l'intérieur d'un secteur particulier (forme d'interdépendance dans laquelle l'efficacité ou la valeur des ressources et lignes d'action à la disposition des divers acteurs est garantie par le cloisonnement relatif des secteurs les uns par rapport aux autres) à une forme d'interdépendance élargie qui tend à confronter directement les divers ressources et lignes d'action, cloisonnés jusque-là, et à déterminer dans cette confrontation leur efficacité ou "valeur"<sup>37</sup>.

De modo que, reafirmando o já observado, a eficácia dos recursos, elemento fundamental do cálculo político, não se prende, como esclarece essa propriedade das conjunturas políticas fluidas, a um valor intrínseco dos mesmos, nem a uma suposta disputa entre oferta e demanda por recursos no "mercado político". As flutuações de valor dos recursos devem ser compreendidas pela referência aos contextos - variáveis - de interdependência entre os sujeitos. Nas conjunturas rotineiras essa interdependência é mais localizada. Com a mobilização multi-setorial, ela tende a se ampliar, tornando-se a chave teórica para a explicação das *lógicas de situação* próprias a cada

---

<sup>37</sup> Dobry (1986:161).

caso<sup>38</sup>.

Sobre as conjunturas fluidas, resta fazer duas observações, derivadas das propriedades tendenciais apresentadas acima, a respeito do tempo político específico e do espaço relativo da dimensão institucional do conflito.

Em primeiro lugar, deriva da mencionada tendência à simplificação do espaço social e das demais características da fluidez política, uma tendência à *sincronização dos ritmos setoriais*, isto é, à entrada "em fase" das temporalidades ou "durações estruturais" próprias às diversas esferas autônomas (campos, setores) afetadas pelas mobilizações multi-setoriais. Mais especificamente, os ritmos temporais rotineiros, próprios aos setores, sofrem rupturas e descontinuidades por força da intervenção de eventos políticos próprios da lógica de situação estabelecida pelas mobilizações multi-setoriais e que ditam aos sujeitos políticos um *timing* mais ou menos unificado. Em suma: a sincronização do tempo é resultado direto do estabelecimento de um *eixo de atividade*, que se impõe aos diversos protagonistas de uma confrontação e que os constringe a organizar suas táticas, suas alianças, etc, em função da *aposta* (produzida pelo próprio conflito) que represente essa sincronização<sup>39</sup>.

Paralelamente a isso, o tempo político, nas conjunturas de crise, tende a *acelerar-se*, isto é, o conflito tende a

---

<sup>38</sup> Não serão detalhadas aqui as propriedades da interdependência tática ampliada. Veja Dobry (1986:173-210).

<sup>39</sup> Ver Dobry (1983:414) e Bourdieu (1984:207-250).

saturar-se de um número cada vez maior de eventos em espaços de tempo (cronológico) cada vez menores.

Em segundo lugar, a dimensão institucional do conflito, apesar de impactada pela emergência de uma mobilização multi-setorial e mesmo em meio a uma conjuntura fluida, permanece operando a partir de certas regularidades de caráter setorial. De fato, pode-se perceber uma tensão permanente nos processos de crise, em geral, e na conjuntura da campanha das diretas, em particular, entre as tendências de desfecho postas *pela mobilização* e as postas pelo estoque de "tecnologias institucionais" de que dispõem as instituições políticas e os sujeitos que operam rotineiramente a partir delas. Uma vez que nas crises as arenas do conflito são, também elas, objeto de disputa entre diversos setores, os objetivos de boa parte dos sujeitos localizados na institucionalidade política pode ser o de buscar a solução da crise na tentativa de circunscrever as disputas às instituições políticas estabelecidas. A campanha das diretas é um caso típico: de um lado, a tentativa de ampliar o engajamento popular, de outro a tendência às "negociações" de bastidores.

O fundamental nesse particular, no entanto, é que, enquanto dura a mobilização, por mais restritas e subterrâneas que sejam as "negociações" de cúpula que possam ocorrer em tais situações, *elas também estão sujeitas à interdependência tática*

*ampliada entre os sujeitos*<sup>40</sup>.

Éis aí o quadro conceitual e o modelo analítico que organizaram a abordagem do material empírico e que servirão de base aos capítulos que se seguem<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Cf. Dobry (1983:416).

<sup>41</sup> Duas observações finais: (1) o texto acima é resultado da confrontação da literatura teórica trabalhada, com os percalços proporcionados pela pesquisa empírica. Nesse sentido, creio que a empiria tenha informado o quadro conceitual de modo tão efetivo quanto o inverso; e (2) de outra parte, a ênfase do material analítico discutido e também da pesquisa empírica recaiu preferencialmente sobre o estudo da dinâmica do processo e menos sobre a tentativa de estabelecer determinações causais e conseqüências determinadas. O "como?" terá prioridade sobre o "por que?".

## CAPÍTULO SEGUNDO

## A PLASTICIDADE SOCIETÁRIA

Como se viu na discussão do quadro analítico, processos de mobilização política são momentos em que a conformação do sistema político vigente em uma dada sociedade e a institucionalidade a ele acoplada podem ser postos em xeque por um conflito protagonizado, simultaneamente, por sujeitos que atuam a partir da dimensão institucional e da societária.

As mobilizações multi-setoriais, já se frisou, se associam a conjunturas de *crise*. E a conjuntura na qual se desenrolou a campanha das diretas foi um momento assim.

Ela significou, em termos de ação coletiva e de

aceleração do tempo político, uma forte *descontinuidade* em relação ao desenrolar do processo político anterior, na medida em que radicalizou a crise do governo e do regime (ao mesmo tempo em que foi parte delas) e apresentou características peculiares quanto à dinâmica da ação política conjuntural.

No entanto, isso não obscurecerá o fato de que a densidade organizativa assumida pela dimensão societária e a grande variedade e diversidade de sujeitos políticos presentes na crise dos quatro primeiros meses de 1984 são dados que devem ser lidos como evidências da presença de uma forte linha de *continuidade* entre as "diretas já" e as mudanças sociais e políticas das duas décadas precedentes.

Se a conjuntura da campanha das diretas pode ser pensada como um "parêntese" em meio à crise do regime, no interior do qual se desenrolou um processo específico de mobilização, por outro lado as posições de sujeito (e as práticas a elas correspondentes) presentes nessa conjuntura não podem ser entendidas se não se tem em conta a experiência histórica dos anos sessenta e setenta, bem como dos primeiros anos da década de oitenta.

Ao longo desse período, embora com gênese em momentos distintos, verificaram-se três processos de suma importância para a análise da mobilização transcorrida na conjuntura da campanha das diretas, pelo papel que desempenharam na definição de padrões mobilizatórios e organizativos e na gestação de práticas sociais e políticas.

Em primeiro lugar, *mudanças estruturais* no padrão de modernização capitalista do país. Em segundo lugar, a *liberalização* do regime autoritário e as mudanças institucionais que a acompanharam, a partir de 1974. Finalmente, em terceiro lugar - e *pari passu* com os dois processos anteriores - a extrema complexificação e diversificação da *configuração societária*.

### AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS

Os processos de mudança econômica, política e social extraordinariamente agudos - desencadeados ou radicalizados a partir de 1964 - se desenrolaram de modo a encontrar, vinte anos depois, um país com outra face, nos aspectos que aqui nos interessam.

Alguns números, ainda que sumários e postos em grandes linhas, são necessários para se acompanhar o raciocínio geral.

De 1950 a 1980 a população brasileira passou de 51,9 milhões para 119,1 milhões de habitantes, mais que duplicando num intervalo de trinta anos. Enquanto isso, o país urbanizou-se rapidamente, sendo conhecido o fato de que a década de 1960 representa a virada nos termos da relação entre população urbana e rural: se apenas 45,1% viviam nas cidades em 1960, esse número passa para 56% em 1970 e 67,7% em 1980<sup>1</sup>. Desde 1940 a população das cidades - comparativamente - cresceu muito mais que a total,

---

<sup>1</sup> Cf. Merrick (1986); Katzman (1986).

tendência enfatizada a partir da década de 1960, como mostra o Quadro 1.

**QUADRO 1**  
População Presente e População Urbana  
Variações Percentuais entre Pontos Censitários (1940/60)

	40-50	50-60	60-70	70-80
.Pop. Presente	02,39	02,99	02,89	02,49
Pop. Urbana	04,90	08,60	11,20	11,70

Fonte de dados: Santos (1985:237-238)

No flanco econômico, depois de um período em que o Produto Interno Bruto (PIB) crescera acima dos dois dígitos anuais no auge do chamado "milagre", sua variação passou a ser negativa a partir do aprofundamento da crise, no início dos anos oitenta. Ao passo que a inflação, que apresentou recuo no primeiro momento, cresceu com força no segundo (Tabela 1).

**TABELA 1**  
PIB (total e per capita) e Inflação  
Variações Anuais (em %)

Ano	PIB Total	PIB p/c	Inflação
1963	1,5	-1,3	81,3
1964	2,9	0,0	91,9
1965	2,7	-0,1	34,5
1966	3,8	0,8	38,8
1967	4,8	1,9	24,3
1968	11,2	8,1	25,4
1969	10,0	6,8	20,2
1970	8,8	5,8	19,2
1971	12,0	9,3	19,8
1972	11,1	8,4	15,5
1973	13,6	10,8	15,7
1974	9,7	7,1	34,5
1975	5,4	2,9	29,4
1976	9,7	7,1	46,3
1977	5,7	3,2	38,8
1978	5,0	2,5	40,8
1979	6,4	3,8	77,2
1980	7,2	4,6	110,2
1981	-1,6	-4,0	95,2
1982	0,9	-1,5	99,7
1983	-3,2	-5,5	200,0

Fonte de Dados: Santos (1985:312-314)

Por outro lado, o crescimento brasileiro verificou-se num quadro de substancial modificação na estrutura do aparato produtivo do país: enquanto, por exemplo, a produção de bens de consumo não duráveis caiu de 56,7% para 34,4% do total entre 1959 e 1980, a de duráveis subiu de 5,1% para 13,5% no mesmo período. O PNB vinha crescendo em ritmo mais ou menos uniforme desde 1968. Paralelamente, esse crescimento - que envolveu sofisticação e diversificação produtiva aceleradas - subverteu a dinâmica tradicional da pauta de exportações, na qual os produtos industrializados, que respondiam por apenas 20% do total em 1968, passaram a representar 56,5% em 1980<sup>2</sup>.

Essas alterações têm como referência básica o processo de industrialização, que trouxe como indicadores mais incisivos o aumento da participação relativa do setor secundário no total do Produto Interno Líquido (PIL), em detrimento do setor primário - sobretudo durante a década de 1960 - e a vertiginosa redistribuição da População Economicamente Ativa (PEA) pelos setores de atividade, como se vê no Quadro 2.

QUADRO 2  
Participação dos setores no PIL e na PEA do Brasil em % (1960-80)

	A - Contribuição dos setores para o PIL		B - PEA por setor sobre total da PEA			
	1960		1970		1980	
	A	B	A	B	A	B
Primário	22,47	53,96	10,15	44,28	13,02	29,93
Secundário	25,20	12,92	35,87	16,90	34,02	24,37
Terciário	52,32	27,43	53,98	30,02	52,95	36,67

Fonte de dados: Santos (1985:240,251)

<sup>2</sup> Cf. Santos (1985:234,243).

O país também capitalizou-se: cresceu de forma consistente a produção de bens de capital<sup>3</sup>, a agricultura tecnificou-se intensamente - em especial a partir dos anos sessenta - e a mudança na estrutura de emprego assinala um processo de assalariamento veloz, tanto no campo quanto nas atividades industriais. E tome-se em conta ainda que cresceu a participação dos assalariados no total da PEA e que o crescimento desta foi maior do que o da população total a partir da década de 1970. Esse reordenamento ocupacional também envolveu uma redistribuição da participação dos sexos na PEA (em 1980 a proporção de homens e mulheres por setor de atividade era praticamente idêntica) e uma redistribuição do operariado entre os setores tradicional e moderno da indústria, em favor do último (a proporção se inverte radicalmente entre 1960 e 1980)<sup>4</sup>.

Mas não cresceu e diversificou-se apenas a economia. Para citar dados no campo das políticas públicas, note-se que cresceu também o acesso da população à educação no período em questão. A taxa de analfabetismo caiu de 39,37% para 25,5% entre 1960 e 1980. A discriminação de acesso à educação segundo o sexo caiu (em 1980, ao contrário das décadas anteriores, havia mais mulheres que homens na universidade), embora tenham permanecido barreiras ao acesso de negros e pardos<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> A taxa geométrica média do crescimento da produção de bens de capital entre 1947 e 1980 foi da ordem de 12,8%, segundo Santos (1985:244).

<sup>4</sup> Veja a esse respeito Faria (1986) e Santos (1985:264-265).

<sup>5</sup> Santos (1985:255-259).

Quanto ao caráter dessas mudanças estruturais - sobretudo na economia - importa atentar para duas questões:

Em primeiro lugar, coloca-se a questão de saber se a expansão do intervencionismo estatal na economia brasileira no período em questão implicou restrição à autonomia do setor privado ou se, pelo contrário, serviu de suporte à acumulação privada. Nesse particular, a segunda alternativa parece ser a mais provável<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, há o fato bastante conhecido - e de suma importância - de que o crescimento econômico e a acumulação dele decorrente se revestiram no Brasil de caráter extremamente concentrador (no que se refere à renda) e, portanto, promotor de desigualdades sociais.

Nos anos de 1969 e 70 consolidou-se um perfil profundamente concentrado no que diz respeito à distribuição de renda, que se manteria assim durante toda a década de setenta. O 1% mais rico da população detinha 11,9% da renda em 1960, 14,7% em 1970 e 16,9% em 1980. Ao contrário, a participação dos 20% mais pobres na renda nacional decresceu de 3,9% em 1960 para 3,4% em 1970 e 2,8% em 1980<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Sem entrar na polêmica a respeito, Santos assinala que os dados disponíveis sobre a participação dos setores público e privado no PNB permitem afirmar que, se entre 1940 e 1960 a participação estatal se fazia "às expensas da renda disponível no setor privado", o período 1960-80 assistiu a uma repartição que beneficiou fundamentalmente esse setor, apontando para uma dinâmica reprivatizante, cf. Santos (1985:249-250;264-265).

<sup>7</sup> José Serra "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra", paper apresentado no seminário

Apesar da diminuição nominal do número de famílias na faixa de pobreza extrema nos anos sessenta e setenta, é importante especificar que aumentou consideravelmente a sobrecarga de trabalho e o número de membros da família empregados - praticamente dobrou o número de famílias com todos os membros empregados durante a década de 1970. Segundo dados do DIEESE (Tabela 2), o número de horas de trabalho (em médias anuais) que um trabalhador precisava para comprar a "ração essencial" passou de 107h,52min em 1970 para 243h,58min em 1983. Neste ano, pela primeira vez, o preço da cesta básica (a chamada ração) ultrapassou o salário mínimo mensal<sup>8</sup>.

TABELA 2  
Valor do Salário Mínimo e da Ração Mínima Essencial

Ano	Sal.Min. (em Cr\$)	Ração (em Cr\$)	Tempo de Trabalho (em h. e min.)
1970	187,20	84,13	107,52
1971	225,60	101,18	107,38
1972	268,80	133,99	119,38
1973	312,00	216,90	166,51
1974	376,80	252,60	160,54
1975	532,80	348,10	156,48
1976	768,00	494,29	154,28
1977	1.106,40	582,56	126,22
1978	1.560,00	897,33	138,03
1979	2.268,00	1.586,17	167,51
1980	4.149,60	3.004,63	173,47
1981	8.464,80	5.774,83	163,44
1982	16.608,00	10.205,96	147,29
1983	34.776,00	35.349,85	243,58

Fonte de Dados: DIEESE; cit. in Keck (1988:406).

Políticas para el Desarrollo Latino-Americano - CECADE, México, julho de 1981, apud Faria (1983:160).

<sup>8</sup> Cf. Moraes (1986:14-16); Keck (1988:406).

Como observou de forma eloquente, naquele ano de 1984, Wanderley Guilherme dos Santos:

"A violenta transformação social ocorrida no Brasil nos últimos vinte anos acelerou a mutação da sociedade brasileira em aspectos básicos. Ela cresceu, industrializou-se, diversificou-se, capitalizou-se, privatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e burocratizou-se. Gerou ao mesmo tempo pressões simultâneas para a igualdade e para a desigualdade, sendo que as últimas levaram nítida vantagem no período. As distâncias sociais ficaram maiores, a renda concentrou-se, as famílias trabalham mais e mobilizam mais membros para o trabalho, e em larga medida apenas para permanecer no mesmo lugar"<sup>9</sup>.

#### LIBERALIZAÇÃO POLÍTICA E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Do mesmo modo que essas mudanças estruturais, a liberalização política do regime autoritário, desencadeada em 1974, ofereceu impacto importante sobre as mudanças verificadas na configuração societária e na redefinição das lógicas a partir das quais o conflito político se balizou em 1984.

Inicialmente a "distensão" do governo Geisel e em seguida a "abertura" do governo Figueiredo desencadearam um

---

<sup>9</sup> Santos (1985:275).

processo de descompressão política que, aos poucos, afrouxou as amarras institucionais do regime, num movimento por vezes contraditório, marcado por um sem número de avanços e recuos.

De acordo com o projeto inicial, os limites ao processo estariam postos claramente: a eventual extinção dos mecanismos de arbítrio se daria pela substituição destes por outros mais "adequados" à nova situação. Não se acenava para um retorno aos padrões anteriores a 1964. Nem tampouco se falava em Anistia, eleições diretas ou alternância de poder. "Mais que um programa de transição", tratava-se de "um projeto de institucionalização do regime autoritário" que previa "disposições liberalizantes", mas só à medida que servissem a tal propósito. Assim era a estratégia de distensão: "uma proposta de liberalização gradual e limitada, cujo tempo e direção o próprio governo encarregar-se-ia de fixar"<sup>10</sup>.

Já as eleições de 1974, no entanto, vieram frustrar as expectativas de controle total do processo por parte do governo. A oposição aproveitou-se da relativa liberalidade de que se cercou o pleito (aumento da representação da Câmara de 310 para 364 deputados, amplo acesso dos candidatos à cadeia nacional de rádio e TV, etc) e conquistou cerca de 60% dos votos, amealhando 16 das 22 vagas em disputa no senado e 44% das cadeiras da Câmara (contra 28% de que dispunha)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Velasco e Cruz (1986:43-44).

<sup>11</sup> Cf. Diniz (1985:336).

O regime buscava modificar sua estrutura legal, eliminando paulatinamente a legislação de exceção. Mas a necessidade de manter a liberalização sob controle fazia com que fossem criados novos instrumentos legais coercitivos.

Para as eleições municipais de 1976, o governo buscou precaver-se com a decretação da chamada Lei Falcão, que restringiu significativamente o uso dos meios de comunicação. A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) teve melhor desempenho global no pleito, embora o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) reafirmasse sua supremacia nos grandes centros urbanos.

Com a perspectiva de nova derrota em 1978, o governo utilizou-se das prerrogativas do AI-5 e baixou o "Pacote de Abril" em 1977. Esse mecanismo previa a manutenção da eleição indireta para governadores em 1978, por um colégio que privilegiava a representação municipal, esvaziando a maioria oposicionista em muitas Assembléias, além de criar a eleição indireta de 1/3 do senado ("biônicos"), entre outras disposições. Com isso as forças do regime mantiveram seu controle sobre os governos estaduais e conquistaram maioria folgada no senado, embora o MDB conseguisse 45% das cadeiras da Câmara.

Os altos custos que essa estratégia de liberalização controlada vinha trazendo para o regime (o fracasso em construir uma imagem liberal, a incapacidade de ampliar suas bases eleitorais e o fato da polarização provocada pelo bipartidarismo passar a lhe ser desfavorável) contribuíram para que o governo promovesse em 1979 uma nova reforma partidária, que extinguiu a

ARENA e o MDB e procurou segmentar a oposição. O objetivo foi, no geral, alcançado, apesar de alguns reveses: a criação do PT trouxe à cena uma esquerda mais radical e o partido de centro com dissidentes da ARENA e do MDB (o PP) não se consolidou como esperado. O governo ainda temia pelas eleições de 1982, e veio o "Pacote de Novembro", de 1981: proibição de coligações, voto vinculado, entre outros dispositivos. Em resposta, o PP se fundiu ao PMDB<sup>12</sup>.

O saldo das eleições de 1982 deu à oposição o controle dos principais estados da Federação. O Senado teve uma renovação de 36% de suas cadeiras e a Câmara de 55%. A bancada de deputados do PDS somou 235 deputados e a dos partidos de oposição 244 (200 do PMDB, 23 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT). Dos 479 deputados que chegaram à Câmara em 1983, 222 estavam em primeiro mandato. Destes, 96 eram pedessistas e 126 oposicionistas (98 do PMDB, 13 do PDT, 8 do PTB e 7 do PT)<sup>13</sup>. O governo, porém, em detrimento da renovação significativa, manteve maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o próximo Presidente da República.

Cabe aqui um parêntese na exposição para destacar uma característica da estratégia liberalizante do regime que é essencial para a inteligibilidade da disputa institucional posta

---

<sup>12</sup> É bastante extensa a literatura sobre a liberalização política. Para citar alguns títulos importantes: Skidmore (1988a, 1988b); Alves (1984); Stepan (1988); Reis & O'Donnell (1988); Martins, L. (1986); Velasco e Cruz & Martins, C.E. (1983); Velasco e Cruz (1974, 1983, 1986); Góes & Camargo (1985); entre muitos outros.

<sup>13</sup> Fleischer (1988:139-53).

pelas mobilizações de 1984. Trata-se dos *mecanismos institucionais voltados para a continuidade política do regime*. Notadamente dois mecanismos principais: a legislação destinada a regular as Convenções Partidárias e as sucessivas regulamentações relativas à constituição do Colégio Eleitoral.

Conforme se viu acima, para assegurar o controle da liberalização, processo permeado por intenso conflito, o regime autoritário se viu obrigado a lançar mão de certas regulamentações institucionais - regulamentações que, aliás, ampliavam sua ilegitimidade. A cada revés eleitoral, pois, era necessário alterar casuisticamente os dispositivos.

Foi assim com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (L.O.P.), artefato jurídico baixado originalmente com 130 artigos e que pretendia regulamentar toda vida partidária - atividades, organização, composição das direções, Convenções. A L.O.P. (Lei nº 5682) foi promulgada em 21.07.71 e logo em seguida reformulada pela Lei nº 5697, de 27.08.71.

Dispunha, em seu artigo 46, que as Convenções Nacionais dos partidos políticos seriam compostas pelos membros do Diretório Nacional, pelos delegados dos estados e territórios e pelos representantes do partido no Congresso Nacional. Da forma como determinava a lei, o número dos membros da Convenção não obedecia a qualquer critério de representação da população ou do eleitorado dos estados: a Lei 5682 fixou o número de delegados por estado como sendo igual ao de deputados e senadores eleitos pelo partido no estado; enquanto que a Lei 5697 ampliou esse

número para até o dobro da representação no Congresso, garantindo um mínimo de dois delegados por estado ou território<sup>14</sup>.

Se as Convenções de todos os partidos sofriam forte limitação no que toca à sua representatividade - e à legitimidade daí decorrente - o caso era mais grave na Convenção do PDS, partido majoritário que escolheria o candidato oficial à sucessão de Figueiredo, fosse ela via Colégio Eleitoral ou por voto direto.

Os 961 delegados, distribuídos muito desigualmente entre os estados, compunham da seguinte forma a Convenção do PDS: (1) deputados eleitos pelo PDS; (2) senadores do PDS, inclusive os biônicos; (3) dois delegados por deputado e por senador, inclusive os biônicos; (4) 121 membros do Diretório Nacional (D.N.). Os critérios permitiam ainda o voto múltiplo - alguém poderia votar, por exemplo, como membro do D.N. e como senador, cumulativamente.

A distorção na representação - no que tange às Convenções - fica clara na Tabela 3.

Mas o arcabouço institucional voltado especificamente para a continuidade do regime não se limitava à distorção da representatividade das Convenções partidárias. O mecanismo chave de todo o processo de liberalização controlada era o Colégio Eleitoral (C.E.).

---

<sup>14</sup> Os dados relativos à LOP e às Convenções estão em Soares (1984:80-91).

Tabela 3  
Número de Habitantes e de Convencionais e o  
Valor do Cidadão na Convenção do PDS

	nº hab.	Votos Convenc.	habs. por voto	Valor do Cidadão(*)
SP	25.036.000	60	417.000	1,00
RO	490.000	26	19.000	22,00
AC	301.000	20	15.000	28,00
AM	1.432.000	21	68.000	6,00
RR	79.000	14	6.000	69,50
PA	3.411.000	33	103.000	4,00
AP	175.000	14	12.000	35,00
MA	4.002.000	56	71.000	6,00
PI	2.140.000	27	79.000	5,00
CE	5.294.000	69	77.000	5,00
RN	1.899.000	28	68.000	6,00
PB	2.772.000	32	87.000	5,00
PE	6.147.000	54	114.000	4,00
AL	1.987.000	29	69.000	6,00
SE	1.141.000	30	38.000	11,00
BA	9.474.000	90	105.000	4,00
MG	13.389.000	92	146.000	3,00
ES	2.019.000	24	84.000	5,00
RJ	11.300.000	57	198.000	2,00
PR	7.629.000	45	170.000	2,00
SC	3.631.000	32	113.000	4,00
RS	7.778.000	56	139.000	3,00
MS	1.367.000	13	105.000	4,00
MT	1.138.000	20	57.000	7,00
GO	3.864.000	20	193.000	2,00
TOT.-RR	119.070.000	961	124.000	3,36

(\*) SP=1,00

Fonte: Soares (1984:88)

Concebido logo no início do ciclo militar, esse mecanismo trazia da origem seu caráter casuístico.

"O Colégio Eleitoral foi criado em 1967 e confirmado - a tempo de eleger o presidente Garrastazu Médici - pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, assinada pelos três ministros militares, que tinham declarado impedido o então presidente Costa e Silva, afastando seu substituto constitucional, o vice-presidente Pedro

Aleixo. Sua origem é, portanto, um ato de força modificando outro, a Constituição de 24 de janeiro de 1967 que, promulgada pelo próprio governo militar, previa a substituição do presidente pelo vice-presidente"<sup>15</sup>.

A Emenda nº 1 determinava, em seu artigo 74, que o Presidente da República passaria a ser eleito por um C.E. formado pelo Congresso Nacional acrescido de três delegados escolhidos por cada uma das Assembléias Legislativas (que teriam direito a mais um delegado por cada quinhentos mil eleitores do estado). O mínimo de delegados por Assembléia Legislativa era de quatro, o que beneficiava os pequenos estados (que tinham menos de quinhentos mil eleitores).

Oito anos depois, o já mencionado "Pacote de Abril" (Emenda Constitucional nº 8, de 14.04.1977) alterou a composição do C.E.. Manteve o Congresso (acrescido dos senadores "biônicos"), mas substituiu o representante por quinhentos mil eleitores por um representante para cada milhão de eleitores. Mantido o número mínimo de delegados por estado, essa alteração ampliava a sub-representação dos estados mais populosos.

Mas não era tudo. A possibilidade de perder a maioria no Congresso e em importantes estados nas eleições de 1982 fez com que o regime alterasse novamente a composição do C.E.. A Emenda Constitucional nº 22, de 29.06.1982, fez com que os delegados das Assembléias Legislativas não representassem mais o

---

<sup>15</sup> Soares (1984:100).

estado, mas apenas a bancada majoritária de cada Assembléia. Assim, o C.E. passou a ser composto pelos membros do Congresso e por seis representantes escolhidos pelo partido majoritário em cada Assembléia estadual<sup>16</sup>.

Isso ampliou de forma brutal as desproporções. O Quadro 3 exemplifica as distorções na representação entre os estados mais e menos populosos no C.E., de acordo com cada Emenda.

### QUADRO 3

Distorção da Representação na Composição do C.E.

Peso dos eleitores do Acre em relação aos de São Paulo

Emenda Constitucional nº 01 (1969)	15,7
Emenda Constitucional nº 08 (1977)	16,3
Emenda Constitucional nº 22 (1982)	114,0

Fonte: construído a partir de Soares (1984:103-104)

Finalmente, note-se que a discriminação não se limitou à desigualdade da representação proporcionalmente às populações ou ao eleitorado de cada estado. Em função dos mecanismos acima descritos, no C.E. também ficaram super-representadas, não por coincidência, as regiões com maior índice de analfabetismo e de menor taxa de urbanização e de industrialização, atendendo assim ao objetivo óbvio do regime em oferecer sobrevida institucional às clivagens tradicionais da política brasileira, em proveito de

<sup>16</sup> "De quase 49 milhões de eleitores brasileiros, apenas 20.941.000 eleitores estão representados por esses delegados: 27.514.000 não têm representantes. No Rio de Janeiro, por exemplo, de 5,5 milhões de eleitores, somente o 1,5 milhão que votou no PDT está representado; no Rio Grande do Sul, a representação se limita ao 1,25 milhão que votou no PDS - os demais, mais de 2,5 milhões, não têm representação" (Soares;1984:101).

sua própria continuidade.

O resultado dessa política fica claro quando se atenta para o fato de que o PDS obteve em média 36 ou 37% dos votos nas eleições de 1982 (para deputado estadual, federal, senador e governador), percentagem à qual o PMDB esteve bem próximo. As distorções, no entanto, deram mais de 50% dos votos ao PDS no C.R. que elegeria o sucessor de Figueiredo<sup>17</sup>.

Feito esse comentário sobre os mecanismos institucionais da continuidade política, resta ainda assinalar - a partir de um corte mais interpretativo - que a dinâmica da chamada "abertura" foi analisada na literatura disponível de formas bastante diversas.

Segundo Eli Diniz, há dois enfoques básicos:

Pelo primeiro, a abertura seria fruto de pressões sociais, notadamente do campo econômico, por sua vez visto como determinante da dose de apoio ao regime militar. A liberalização seria desencadeada, assim, pela crise pós-"milagre". Contra esse enfoque, no entanto, certamente pesaria o fato de que o governo Geisel se iniciou ainda com forte crescimento anual da economia e o de que o desfecho da crise, em 1985, dado pelo "restabelecimento de um governo civil e mais representativo, (...) em meio ao declínio econômico, lança dúvidas sobre as visões lineares da relação entre desempenho econômico e mudança

---

<sup>17</sup> Soares (1984:105).

política"<sup>18</sup>.

Pelo segundo enfoque, a abertura seria resultado imediato da iniciativa do regime e de sua capacidade de antecipação em relação às pressões sociais. Aqui se privilegia o papel das elites estratégicas endógenas ao regime.

Nesse quadro, afigura-se como mais condizente com a linha interpretativa assumida aqui a tentativa de perceber a liberalização do regime como a confluência de dinâmicas diversas. Basicamente:

"uma dinâmica de negociação e pacto conduzida pelas elites e uma dinâmica de demandas e pressões irradiadas da sociedade, articuladas através de movimentos sociais e traduzidas por organizações políticas"<sup>19</sup>.

Assim, apesar de se desencadear claramente como resultado de uma estratégia do regime, a liberalização sofreu forte influência e redefinição de rumos em função de pressões emanadas da dimensão societária. Ao mesmo tempo, seu avanço possibilitou a eclosão e a elaboração de novas fontes de pressão sobre seu curso.

#### A CONFIGURAÇÃO SOCIETÁRIA

Essas profundas transformações estruturais e a

---

<sup>18</sup> Fishlow (1988:140).

<sup>19</sup> Diniz (1985:333).

liberalização política - cujos desenvolvimentos foram timidamente esboçados acima - ocorreram ao mesmo tempo em que se delineavam os contornos de uma nova conformação social. Nesse sentido, as mudanças mencionadas se fizeram acompanhar por uma brutal complexificação societária - em termos de densidade organizacional e de *objetivação de lógicas de comportamento político*.

As mudanças sociais que acompanharam as transformações econômicas e políticas - mas que não são necessariamente resultado imediato delas - fizeram com que se tornassem visíveis no Brasil da primeira metade dos anos oitenta dois processos sociais correlatos: a *redefinição dos padrões de conduta* de alguns sujeitos coletivos e, concomitantemente, a *emergência de novos sujeitos sociais*, este último iniciado com força nos anos setenta.

Para ilustrar a mencionada redefinição de padrões de conduta pode-se atentar, por exemplo, para as mudanças na organização e nas formas de ação do empresariado. Se até os anos sessenta a estrutura organizativa das entidades empresariais seguiu, com poucas excessões, a estrutura oficial atrelada ao Estado (simétrica à estrutura sindical operária), as décadas de 1960 e 1970 assistiram a um florescimento das associações patronais independentes, paralelas às Federações e Confederações. A mudança na estrutura de representação de interesses dada pelo aumento do número de associações extracorporativas emprestou nova dinâmica à relação entre os diferentes segmentos industriais e

comerciais e entre esses e outros segmentos sociais (notadamente o movimento operário), bem como gerou uma maior diversificação dos interlocutores do empresariado (incluindo intelectuais e ativistas da oposição) e, conseqüentemente, uma politização de seu discurso - em especial a partir da liberalização do regime. Mudou também a relação do empresariado com o Estado e com a política em geral, sobretudo pela preocupação de influir eleitoralmente e conquistar representação direta no parlamento<sup>20</sup>.

A classe operária - embora a estrutura sindical permanecesse praticamente inalterada desde sua concepção nos anos trinta - também mudou substantivamente, tanto em escala quanto em relação ao padrão de ação política, em especial quando, no final dos anos setenta, entrou em cena o chamado "novo sindicalismo", cujo epicentro se desenvolveu no ABC paulista. Sua ação se diferenciava das práticas anteriores pela ênfase na organização de base, por um contato maior entre estas e a liderança, pela reivindicação de autonomia sindical frente ao Estado e pela disposição mesmo para a militância, para o "fazer greve", ainda que sob repressão.

A partir de 1978 observou-se intensa mobilização grevista, sendo que cresceu o número de greves por empresa - evidenciando mudanças no comportamento tático do novo sindicalismo. O padrão associativo e mobilizatório aberto com a emergência dessa nova prática sindical teve como diferencial

---

<sup>20</sup> Cf. Velasco e Cruz (1988:256-260); Santos (1985:277-280).

básica a transformação da reivindicação operária num autêntico movimento social, com fortes implicações políticas. Sua característica mais significativa, do ponto de vista que aqui nos interessa, foi ter assinalado forte politização e descorporativização das demandas, trazendo à pauta temas como os da cidadania plena, liberdade e autonomia.

"Sem dúvida, em 1979, a questão da cidadania e da participação dos trabalhadores estava na agenda dos debates sobre a democracia, não mais abstratamente, mas explicitamente".

Na verdade, as greves do final dos anos setenta fizeram com que a oposição frontal ao regime deixasse de ser apenas parlamentar, na medida em que o movimento operário, naquele momento,

"empolgou o país e ajudou a dar uma *dimensão social* à crescente oposição ao regime autoritário"<sup>21</sup>.

Foi assim que as greves de 1978, embora não tão numerosas quanto as dos anos subsequentes, e embora concentradas quase que exclusivamente no setor privado (91,5%), realizadas por metalúrgicos (53,4%) e localizadas em São Paulo (85,6%) transformaram-se num marco da luta pela democracia. Em 1979, além dos metalúrgicos (18,3% das greves, 31,1% das jornadas perdidas),

---

<sup>21</sup> Keck (1988:398-400), grifo meu. A diversificação de segmentos sociais e agentes políticos que adensavam então a oposição ao regime pode ser aferida das discussões do "Encontro Nacional pela Democracia", promovido pelo Centro Brasil Democrático em dezembro de 1978. Veja Painéis da Crise Brasileira - Anais do Encontro Nacional pela Democracia, 4 Tomos, Rio de Janeiro, Avenir/Paz e Terra/Civilização Brasileira, 1979.

outras categorias ingressaram na mobilização grevista, como os trabalhadores da construção civil (8,1% das greves e 10,5% das jornadas perdidas) e trabalhadores em transporte urbano (8,9% e 3,0%), ao mesmo tempo em que categorias do chamado sindicalismo de classe média surgiam de forma contundente no cenário do movimento paredista, principalmente médicos (67,7% e 2,7%) e professores (9,3% e 35,4%)<sup>22</sup>.

Além do que, como é bastante conhecido, o ressurgimento do sindicalismo naquele momento funcionou como pólo aglutinador de movimentos sociais, entidades da sociedade civil, políticos, etc em torno da resistência ao regime, bem como deu origem às articulações que resultaram na formação do Partido dos Trabalhadores (PT), este uma espécie de intermediador entre certas demandas societárias e a institucionalidade política<sup>23</sup>.

O movimento dos trabalhadores na primeira metade dos anos oitenta iniciou-se sob o signo da crise econômica, que vigiu de 1980 ao início de 1984. Somada às demissões em massa - a taxa de desemprego aberto subiu de 8,0% em 1981 para 9,2% no ano seguinte - a crise serviu para refrear as paralisações, fazendo com que a média de grevistas fosse declinante no período<sup>24</sup>. Diante do recrudescimento da repressão ao movimento grevista, os primeiros anos da década de oitenta apresentaram uma dupla tendência: ao mesmo tempo em que as categorias mais organizadas

---

<sup>22</sup> Cf. Noronha (1991:104-5).

<sup>23</sup> Cf. Meneguello (1989); Keck (1986).

<sup>24</sup> Cf. Noronha (1991:107-8).

buscavam ampliar as formas de mobilização nos locais de trabalho, começaram os primeiros debates (altamente politizados) em torno da formação de estruturas organizativas nacionais. A partir da tentativa frustrada de unificar o movimento (no 10 Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), organizaram-se em 1983 duas Centrais Sindicais: a CUT e a Conclat<sup>25</sup>.

Aliás, em 1983, ano em que a radicalização da crise política se associou à crise econômica, verificou-se uma revitalização da estratégia grevista, sobretudo em função da entrada em cena (de modo massivo e definitivo) dos servidores públicos: entre maio e junho 240 mil funcionários públicos federais dos principais estados realizaram uma greve de 38 dias por reajustes, 130, redução da jornada e direito à sindicalização. Naquele ano, 30% das greves e 82,5% das jornadas perdidas foram registradas no setor público. Também a definição de uma política salarial foi motivação importante das greves de 1983, destacando-se a paralisação dos petroleiros de diversos pontos do país, em junho, e a greve dos metalúrgicos do ABC em solidariedade aos petroleiros e contra a política salarial do governo. No entanto, as dissensões internas ao movimento sindical levaram ao fracasso da tentativa de Greve Geral articulada para 21 de julho<sup>26</sup>.

Ainda no que se refere à mudança de padrões de

---

<sup>25</sup> Cf. Keck (1988:409-417).

<sup>26</sup> Cf. Noronha (1991:108-12).

comportamento político e/ou associativo, cabe lembrar o fato de que as diversas faixas que compõem a chamada "classe média" também apresentaram alterações.

A mudança na estrutura ocupacional, vinculada ao retraimento de setores tradicionais da economia e concomitante desenvolvimento dos setores ditos modernos - já mencionada acima - fez crescer as ocupações técnico-científicas e administrativas. Ao lado disso, o ciclo expansionista do período do chamado "milagre" e a relativa proletarização de algumas faixas de renda mais altas no período recessivo do final dos anos setenta confluíram na formação de uma *nova classe média*. Extrato que, ao se constituir enquanto tal, se constituía também como agente político<sup>27</sup>.

Este último ponto fica claro ao se atentar para o crescimento contínuo do número de profissionais liberais sindicalizados entre 1960 e 1978 (de 40.491 para 147.307), bem como do número de associações profissionais e técnicas (sobretudo após 1978), que serviram como focos de organização e apoio às atividades grevistas dos setores médios (cite-se como exemplo que 41% das 228 associações técnicas e profissionais do Rio de Janeiro foram criadas entre 1978 e 1983). Diga-se de passagem que o aumento dessa atividade fez com que o número de greves dos setores assalariados de classe média ultrapassasse proporcionalmente o dos trabalhadores da indústria (enquanto a

---

<sup>27</sup> Cf. *Boschi (1990:163)*.

proporção de greves de classe média cresceu de 5,8% para 44,6% do total, as greves operárias decresceram de 75,9% para 29,7%, entre 1978 e 1981)<sup>28</sup>. Nesse sentido, não pode passar despercebida a importância do sindicalismo de classe média na formação das centrais sindicais, no início dos anos oitenta.

De modo que, ao contrário do papel preponderantemente conservador desempenhado pelas camadas médias em 1964 - traduzido no apoio ao golpe - seu novo padrão de ação política teve impacto bastante importante sobre a liberalização do regime. Na verdade, já na crise de 1968 - enquanto o movimento operário ensaiava um enfrentamento com o regime nas greves de Osasco e Contagem - as camadas médias tradicionais, arregimentadas sobretudo pelo movimento estudantil, se mobilizaram numa perspectiva "antiditatorial", a partir de aspirações "liberal-democráticas". Da mesma forma, as baixas camadas médias, através da atuação do sindicalismo vinculado ao setor, mobilizaram-se nesse sentido já naquele momento<sup>29</sup>.

Finalmente, observe-se que, além da confluência com o movimento operário no plano da luta sindical, é preciso destacar

---

<sup>28</sup> Cf. *Boschi (1990:163-165) e Noronha (1991:108)*.

<sup>29</sup> Cf. *Saes (1984:195-213)*. Note-se que para este autor seria um erro considerar que o conjunto da classe média se opunha ao regime: as "novas camadas médias", mesmo durante a liberalização, faziam parte da base social de apoio ao regime militar, segundo Saes (seu texto é de 1979). Para os fins deste capítulo, no entanto, interessa destacar o impacto positivo da mudança no padrão de ação política das camadas médias sobre a liberalização do regime e sobre as mobilizações que marcaram a crise de 1983-4.

a intersecção da ação política dos setores médios com a dinâmica dos movimentos reivindicativos urbanos. A deterioração da qualidade de vida nas cidades impulsionou as classes médias (mas não apenas estas) a intervirem no campo reivindicatório de modo a tentar restaurar os serviços públicos e as condições ambientais de vida. Cite-se como exemplo o fato de que, apenas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto no período 1974-78 foram fundadas cinco associações de moradores em bairros de classes média e alta, no período de 1979-81 foram fundadas trinta associações nesses mesmos bairros (cerca de um quarto do total das associações fundadas no município)<sup>30</sup>.

Assim, para observarmos o segundo processo social fundamental do período em questão - a *emergência de novos sujeitos sociais* - a primeira coisa a se dizer é que ele por vezes se confunde com as mudanças de padrão organizacional e de inserção política da classe trabalhadora ou das classes médias.

Ocorre que, com os desdobramentos da liberalização do regime, a partir de 1974, começaram a ter visibilidade uma série de movimentos - de caráter associativo e reivindicativo - que, livres da repressão extremada dos anos anteriores, passaram a apresentar (geralmente em confrontos com o aparelho de Estado em seus diversos níveis) novas formas de organização e mobilização. Eram os movimentos sociais urbanos ou os chamados *novos*

---

<sup>30</sup> Santos (1985:286-287).

*movimentos sociais*<sup>31</sup>.

Conformaram-se a partir de três matrizes discursivas e organizacionais básicas: a "ala progressista" da Igreja Católica, em busca de uma reciclagem da "clientela" da instituição; militantes de esquerda, dispersos pelo fato de seus partidos e organizações se encontrarem na ilegalidade; e o novo sindicalismo do ABC, com o qual se associaram<sup>32</sup>.

Os movimentos reivindicativos ganhavam razão de ser a partir da percepção das carências coletivas nos bairros (sobretudo, mas não apenas, os de periferia) das grandes cidades e calcavam-se na organização empreendida pelos moradores. Sua estruturação estava ligada, certamente, às novas possibilidades de expressão de demandas coletivas viabilizadas com a liberalização política, mas não se confundiu inteiramente com esse processo nem se esgotou nele.

O fundamental a apontar aqui é que surgiram com os movimentos novas formas organizativas, fortemente vinculatórias com relação às bases. Através de práticas como a assembléia de bairro, as camadas sociais assim organizadas tiveram a possibilidade de gerar novos padrões de valores e de promover uma vinculação de caráter político entre as necessidades coletivas e as condicionantes estruturais à sua satisfação.

---

<sup>31</sup> Já é extensa a literatura relativa a esse particular. Ver, por exemplo, R. Cardoso (1983), Jacobi (1990) e o excelente trabalho de Sader (1988), a mais importante referência sobre o tema.

<sup>32</sup> Cf. Sader (1988:passim).

O caso das Sociedades Amigos de Bairro é paradigmático com relação ao caráter dos movimentos sociais, uma vez que muitas delas surgiram a partir da presença de militantes da Igreja, militantes de esquerda de várias origens políticas, e eventualmente militantes operários ali residentes, "configurando uma articulação que se propõe mais política, na medida em que os pressupostos da ação transcendem as reivindicações locais"<sup>33</sup>. Esse é o terreno onde, por exemplo, os militantes de organizações clandestinas de esquerda procuraram efetuar uma transposição dos problemas mais amplos do país para a vivência dos bairros, com o objetivo de politizar o cotidiano das lutas, ampliar o objeto da mobilização popular e, ao mesmo tempo, instrumentalizá-la, dando-lhe um caráter de luta geral contra o regime - intento este último que dificilmente se viabilizou.

É certo que a ação política desses movimentos visava, via de regra, demandas concretas e pontuais, que colocavam em confronto a lógica burocrática das agências administrativas e a lógica dos setores sociais organizados. Mas tal confronto, por menos "político" que fosse a princípio, teve a função básica de quebrar o isolamento quase total em que se encontravam os segmentos populares no final da década de 1960 e meados da seguinte e de questionar, ainda que muito precária e parcialmente, a lógica administrativa do Estado burocrático, cuja gerência se pautava por princípios técnicos alheios às demandas

---

<sup>33</sup> *Jacobi (1990:230).*

mais concretas da população.

Gestou-se, em suma, uma "cultura política" dos movimentos, isto é, um conjunto de valores que configuraram a base do seu discurso e da sua prática política, desenvolvidos a partir de um forte sentimento de alteridade em relação ao "poder público". Sem perder de vista a tendência à efemeridade, ritineira nos movimentos, deve-se destacar que essa cultura política lhes permitiu cimentar uma forte identidade coletiva, que deu consistência a vários movimentos sociais e unificou seus participantes.

### O CONFLITO AMPLIADO

A emergência dos novos movimentos sociais e sua confluência com a redefinição de padrões de organização e conduta política de várias camadas sociais - tendo como pano de fundo as transformações econômicas e a mudança política verificadas - é o indicador mais radical do surgimento de novos sujeitos políticos ou, por outra, do surgimento de novos espaços possíveis para a alocação de *posições de sujeito*, no período que antecedeu a mobilização verificada na conjuntura da campanha das "Diretas Já".

De modo sumário, o importante a destacar acerca dos processos sociais tratados neste capítulo é que eles representaram um contraste profundo em relação à configuração societária até então consolidada, cuja origem remontava à década

de 1930. Essa antiga configuração havia estabelecido

"parâmetros segundo os quais organizava-se a identidade coletiva dos principais atores políticos e sociais, assim como balizavam a forma, a dinâmica e o escopo dos conflitos permissíveis e que permaneceu indisputada seriamente até a década passada (de setenta). Por contraposição, é justamente a *ruptura* dessa ordem que se revela através da macromorfologia e microdinâmica da sociedade brasileira contemporânea"<sup>34</sup>.

Do ponto de vista da análise dos processos de mobilização, a ruptura de antigos parâmetros que balizavam a dinâmica organizativa e mobilizatória teve dois significados fundamentais: (1) ampliar o alcance dos conflitos; (2) possibilitar uma ampliação - em número e importância - das arenas sobre as quais o conflito pôde se desenvolver. Numa palavra, observou-se uma politização do "social".

Note-se que essa redefinição de padrões, sobretudo no que tange às lutas de caráter econômico - em especial o movimento grevista - não foram aqui apresentadas com o intuito de demonstrar alguma relação automática entre as posições de sujeito dadas pela relação com o processo de produção e as identidades políticas constituídas. Muito pelo contrário: é a desmontagem conjuntural de algumas dessas identidades o que se evidenciará na dinâmica da conjuntura fluida de 1984. Por outro lado, é em

---

<sup>34</sup> Santos (1985:294).

função dessa mudança de padrões que as mobilizações em torno da conquista de eleições diretas puderam situar-se - para além das arenas postas no campo institucional - em arenas configuradas, conforme já se mencionou, a partir da *emergência da dimensão societária do conflito político*.

## CAPÍTULO TERCEIRO

## A C R I S E

Agosto de 1983.

Quando o Presidente Figueiredo retornou de Cleveland, nos Estados Unidos, onde se submetera a cirurgias para a implantação de pontes de safena, e, no dia 26, reassumiu o cargo, o Palácio do Planalto e parte do PDS esperavam que ele reassumisse também o que se convencionou chamar de a "coordenação" de sua sucessão.

Entendia-se por esse termo o exercício das "prerrogativas" de que deveria dispor o Presidente, a exemplo de seus antecessores militares, para escolher - com base nos

recursos políticos dos grupos em torno do poder - seu sucessor.

Essa tarefa, que para os presidentes militares anteriores se restringia a um embate extremamente circunscrito, exigia de Figueiredo a capacidade de viabilizar um nome (desta vez civil) que tivesse o condão de cimentar todas as fraturas internas do PDS e, por conseguinte, garantir a totalidade dos votos do partido majoritário no Colégio Eleitoral. Não era suficiente auscultar tendências e propensões. O conflito em questão pedia capacidade de angariar adesões, acomodar incompatibilidades, enfim, de negociação política.

As alternativas possíveis de desfecho do processo estavam, a essa altura, em aberto.

Lembremos que as sucessões presidenciais foram sempre os momentos políticos mais delicados para o regime durante todo o período militar, pelo caráter conflitivo de que se revestiram ao expor mais acentuadamente do que em outras circunstâncias as ambiguidades e contradições que permeavam as ações do regime.

A sucessão do presidente Figueiredo, tal como se apresentava ainda em 1983, guardava semelhanças e descontinuidades importantes com relação a esse padrão sucessório, se tomados em consideração o perfil e a dinâmica da liberalização que se desenvolvia.

Tal como nas sucessões anteriores, a expectativa era de que se verificasse então uma *dualidade de cenários* para o jogo: o conflito político substantivo ocorreria nos bastidores - onde os agentes portadores dos interesses que se reconheciam no regime

mediriam forças - enquanto que os espaços formais de decisão seriam a Convenção do partido majoritário (o PDS) e o Colégio Eleitoral. A estes últimos, de fato, caberia apenas referendar o já decidido nas disputas internas, realizadas sob a "coordenação" do Presidente. Também à semelhança das sucessões passadas, não havia procedimentos previamente definidos que organizassem o processo de escolha do sucessor. Não estava claro a quem seria dado participar e com que atribuições o faria.

Isso recolocava os elementos para que se fizesse presente novamente a chamada "crise sucessória", dado o alto grau de incerteza e de imprevisibilidade que os mecanismos institucionais da sucessão conferiam à situação política.

Entretanto, os desdobramentos da conjuntura, sobretudo após o final de agosto, tornariam logo claro que, desta vez, o conflito político extrapolava a simples "consulta interna" e adquiriria dimensões bem mais amplas.

Computadas a incerteza e a expectativa de diversificação das arenas do conflito, o quadro sucessório comportava, a rigor, três desfechos, materializados em três *linhas de mudança* possíveis:

Pela primeira, a escolha dos nomes se daria pelas disputas internas ao PDS, em confluência ou não com a "coordenação" do Presidente Figueiredo, e culminaria no Colégio Eleitoral;

Pela segunda, haveria um processo de negociação política - de conteúdo e amplitude a princípio em aberto - entre,

de um lado, membros do governo e do PDS e, de outro, parte da oposição. O horizonte dessa negociação seria, ainda, o Colégio Eleitoral;

Pela terceira, tornar-se-ia viável a proposta de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo<sup>1</sup>.

Os principais grupos políticos que protagonizariam as ações necessárias ao desenvolvimento de cada uma das linhas de mudança possíveis eram os seguintes.

No campo de operação delimitado a partir dos interesses do regime e do pertencimento dos protagonistas ao aparelho de Estado, observavam-se três posições básicas:

Em primeiro lugar, um grupo, predominantemente militar, refratário à ampliação de concessões à oposição - representado pelo chefe do SNI, Gal. Octávio Medeiros e pelo Ministro do Exército, Gal. Walter Pires - e seus aliados civis - como o Ministro da Justiça Ibraim Abi-Ackel. Para eles, a passagem do bastão aos civis já era tida como certa, mas a sucessão deveria necessariamente caminhar para a escolha de um candidato do regime, a ser referendado no Colégio Eleitoral. Desse ponto de vista seria possível aceitar inclusive que a escolha ficasse a cargo do PDS, desde que passasse ao largo de qualquer negociação substantiva com as oposições. Perfilados nessa perspectiva - em aliança, portanto, quanto a essas posições - havia partidários

---

<sup>1</sup> Para um desenvolvimento sistemático da linha de análise esboçada acima, ver Velasco e Cruz (1983).

das candidaturas de Paulo Maluf e Mário Andreazza<sup>2</sup>.

Uma segunda posição - partindo da constatação da insuficiência de uma alternativa exclusivamente governista e/ou pedessista - via como principal perspectiva a condução do processo através da viabilização de uma candidatura que encontrasse apoios por parte de forças do governo e da oposição, com base em negociações políticas tão amplas quanto possível, desde que as regras instituídas não se alterassem substancialmente para a presente sucessão. Seu principal mentor era o Prof. Leitão de Abreu, ministro-chefe do Gabinete Civil, com o apoio eventual dos ministros da Aeronáutica e da Marinha e dos líderes do PDS na Câmara e no Senado. O nome mais viável para o papel pretendido por eles entre os pré candidatos do PDS era,

---

<sup>2</sup> *Nesse momento os apoios se dispunham mais ou menos da seguinte forma: o grupo de Andreazza, além da preferência não assumida do Presidente da República, contava com "o Gal. Octávio de Medeiros, ministro-chefe do SNI; o comandante militar do Planalto (...), Gal Newton Araújo de Oliveira e Cruz; os ministros Murilo Macedo (Trabalho), Cloraldino Severo (Transportes), Delfim Netto (Planejamento), César Cals (Minas e Energia), o governador Jair Soares (RS), e os deputados pedessistas José Camargo (SP), Alcides Franciscato (SP) e Darcílio Aires (RJ), além do ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães e o governador de Rondônia Jorge Teixeira". O deputado Paulo Maluf arregimentara, além de vários deputados, "...o senador Amaral Furlan, biônico pedessista de São Paulo; o ex-presidente Garrastazu Médici; dona Yolanda Costa e Silva, viúva do ex-presidente Costa e Silva; o ex-ministro chefe do Gabinete Civil Gal. Golbery do Couto e Silva; o ex-secretário particular do Presidente Figueiredo, ex-capitão Heitor Aquino; os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, srs. Flávio Marcílio e Moacir Dalla; o Ministro Ibraim Abi-Ackel, da Justiça; o Gal. Coelho Neto, ex-chefe do Centro de Informações do Exército e do Gabinete do Ministro Válder Pires (...)" - "Candidatos Avaliam suas Chances", Folha de São Paulo (FSP), 16.11.83.*

então, o do vice-presidente Aureliano Chaves<sup>3</sup>.

Os recursos estocados a partir de cada uma dessas posições eram postos em jogo sobretudo para determinar o sentido da ação do chefe do executivo, nas decisões mais importantes. As quedas de braço entre Leitão de Abreu e Octávio Medeiros foram episódios paradigmáticos nesse particular.

O PDS, principalmente através de sua cúpula dirigente, pode ser considerado como um agente político em processo de autonomização com relação ao executivo. O grupo "Participação", liderado pelo próprio presidente do partido, senador José Sarney, nem sempre se limitava a seguir a orientação do governo, embora agisse ocasionalmente de comum acordo com o grupo do ministro Leitão. Os líderes do partido no Congresso, Nelson Marchezan e Aloísio Chaves, atuavam como ponte entre esses segmentos.

No espectro das oposições ao regime, situavam-se três vertentes principais:

Uma delas, que se organizava a partir do PMDB, maior partido oposicionista, entendia que a única estratégia viável para arrancar a sucessão do limite estrito de abrangência da Convenção do PDS e do governo era empreender, com segmentos

---

<sup>3</sup> "Dentre as personalidades simpáticas à candidatura do vice-presidente da República, Professor Aureliano Chaves, fazem parte o ex-presidente Ernesto Geisel, o ministro Délio Jardim de Mattos (Aeronáutica), o ministro Camilo Pena (Indústria e Comércio), o governador Luís Gonzaga Motta (CE), os ministros Jarbas Passarinho (Previdência) e Leitão de Abreu (Gabinete Civil da Presidência), o ex-governador Francelino Pereira (...), os dois líderes do PDS no Congresso (...)", entre outros. "Candidatos Avaliam suas Chances" (FSP:16.11.83).

destes, um processo de *negociação política* em torno de plataformas e nomes consensuais. Era o grupo moderado do governador de Minas Gerais Tancredo Neves, em torno do qual se articulavam os líderes do antigo PP e diversos outros parlamentares e governadores do partido. O objetivo básico era conquistar o controle político sobre o PMDB e qualificar-se como interlocutor pelo flanco das oposições, frente aos que pretendessem negociar em nome do regime. Já em março de 1983, no discurso de despedida do Senado para assumir o governo de Minas, Tancredo dava o tom da ação futura de seu grupo:

"União Nacional, diálogo, entendimento, negociação, trégua, são nomes de um estado de espírito que está-se formando na comunidade nacional ávida de segurança, temerosa em face dos acontecimentos, aflita e angustiada na ausência de perspectivas ensolaradas"<sup>4</sup>.

Por outro lado, posições de sujeitos de variadas matizes agrupavam-se tendo como diferencial básico a aposta na transformação do sentimento popular difuso de simpatia à proposta de eleições diretas "já" em uma campanha capaz de exercer pressão real sobre o Congresso para a alteração do sistema eleitoral previsto na Constituição. Nessa perspectiva atuavam principalmente os chamados "históricos" do PMDB, liderados pelo deputado Ulysses Guimarães, seu presidente nacional, a ala esquerda desse partido, o PT e o PDT.

---

<sup>4</sup> Veja (16.03.83).

Finalmente, agregavam-se ao jogo político - desde a perspectiva de efetivação de uma campanha popular pró-eleições diretas - *inúmeros sujeitos* sem atuação no sistema político institucionalizado. A *emergência da dimensão societária do conflito político*, variável fundamental da mobilização em curso na conjuntura, ampliou a abrangência das arenas políticas, mudou o peso relativo dos recursos em jogo e fez com que personagens até então alijados do processo se constituíssem como sujeitos políticos. No campo societário puderam ter visibilidade então desde entidades da assim chamada sociedade civil (a OAB foi referência, nesse sentido), Centrais Sindicais (CUT e Conclat), Igrejas, até movimentos sociais urbanos, associações de moradores, etc, e, ainda, indivíduos. A mobilização englobou, conjunturalmente, uma grande multiplicidade de agentes políticos, inclusive os que, de outra forma, não teriam motivações nem canais de atuação política.

Durante 1983, portanto, foi esta a situação política que se desenhou: *diferentes sujeitos políticos situados em diferentes espaços de ação (e a perspectiva de ampliação do alcance do conflito), interagiam de formas diversas com o curso das três linhas de mudança simultaneamente desencadeadas.*

Os quatro últimos meses do ano assistiram à conformação de um quadro que tendia a tornar politicamente esvaziada a primeira linha, isto é, a restrição da sucessão ao PDS, e parecia apontar para a viabilidade da segunda - a negociação entre governo e oposição. Ambas as alternativas, de qualquer modo,

capacitavam-se para polarizar o debate sucessório. Isto se levadas em conta apenas as variáveis postas pelas ações políticas desencadeadas a partir da dimensão institucional do conflito.

No entanto, a terceira linha de mudança - a proposta de eleições diretas - ao ampliar o leque de potencialidades para o conflito político e incorporar a dimensão societária ao jogo de forças, logrou, no início de 1984, *suspender conjuntamente* a dominância das demais linhas de mudança, suspensão que durou enquanto se manteve a mobilização política.

É preciso observar, entretanto, que a referida suspensão, nem mesmo no auge da campanha, foi total. Durante o tempo todo, paralelamente às manifestações de massa, diversos protagonistas do conflito trabalhavam no sentido de estreitar novamente os espaços de confrontação e viabilizar saídas "negociadas".

O complexo jogo em curso - que resultou na conformação da crise de ampliação da arena política, objeto do presente capítulo - poderia, esquematicamente, ser equacionado e resumido nos seguintes termos:

O caminho "natural" da sucessão - a escolha de um candidato do regime referendado na Convenção do PDS e no Colégio Eleitoral - se via colocado diante de um impasse. Abria-se o conflito entre a tentativa do governo de promover a "coordenação" e as demonstrações sucessivas de autonomia do PDS, que reivindicava para si um naco maior de poder decisório. Sem mencionar a candidatura do deputado e ex-governador paulista

Paulo Maluf, que transitava desenvolto à cata de votos dos convencionais do PDS, indiferente às preferências do "coordenador". Esse embate tomou corpo na *votação dos decretos-lei* n<sup>os</sup> 2024 e 2045, que versavam sobre a política salarial. A política econômica do ministro Delfim Netto, aliás, era um dos principais pontos de estrangulamento na crise do governo. As votações desses decretos no Congresso foram um indicador do baixo grau de "lealdade" do PDS, deixando clara para o governo a necessidade até então inusitada de negociação política (com as oposições e com o partido situacionista) no parlamento. Ao mesmo tempo, as votações foram uma oportunidade para os militares mais conservadores levarem a campo seus recursos (como no caso da decretação das Medidas de Emergência) e uma demonstração de cacife político das oposições (evidenciado na inédita derrubada dos decretos). Isso dado, a disposição conciliatória do grupo moderado do PMDB (disposição que incluiu o apoio ao decreto-lei 2065, sucessor dos anteriores) e as reivindicações do vice-presidente Aureliano Chaves pela ampliação das consultas na "coordenação" sucessória, fizeram com que o governo - pelas mãos do grupo liderado por Leitão de Abreu e em face das dificuldades de relacionamento com o partido situacionista - promovesse um *ensaio de negociação política*. Finalmente, o acirramento da crise política e o impacto das manifestações de massa interviram na cena mudando drasticamente esse encaminhamento das coisas.

É o que se verá, em detalhe, a seguir.

## POLÍTICA ECONÔMICA E DESAGREGAÇÃO POLÍTICA

O caráter fortemente desagregador da candidatura Maluf fôra uma das motivações essenciais para que, em 17 de junho, durante solenidade na Base Aérea de Brasília, o presidente do PDS, senador José Sarney, passasse às mãos de Figueiredo um documento contendo a assinatura de todos os 46 senadores e de 231 dos 235 deputados do partido. Nele, os signatários ratificavam a decisão da direção nacional de confiar ao Presidente a "coordenação". Na verdade, tratou-se de um ato simbólico que visava legitimar uma delegação que Figueiredo conferira a si próprio, mas que já dava sinais de esgotamento<sup>5</sup>.

As preocupações da cúpula pedessista e do Presidente não eram infundadas. Naquele momento, pesquisa do *Jornal do Brasil* apurara que 126 congressistas votariam em Maluf, para contrariedade de Figueiredo, que, aparentemente, preferia Mário Andreazza, seu Ministro do Interior. Este, porém, recebia - assim como o Vice-Presidente Aureliano Chaves - não mais que 26 adesões, na mesma enquete<sup>6</sup>.

Em agosto, portanto, a grande expectativa dos agentes políticos que se agrupavam em torno do regime era de que o

---

<sup>5</sup> Veja e IstoÉ (22.06.83). A "coordenação" seria ainda ratificada pelos militares, em reunião no Clube Militar a 02.09, completando o quadro que Carlos Castello Branco chamou de "tripla delegação" (IstoÉ:14.09.83).

<sup>6</sup> A pesquisa, mesmo não publicada pelo JB por falhas técnicas, chegou ao conhecimento do governo; cf. IstoÉ (22.06.83).

retorno de Figueiredo de Cleveland trouxesse condições para a reversão das expectativas de junho e para uma maior definição do quadro.

Fortes críticas já se dirigiam, vindas de diferentes fontes, à incapacidade do presidente. Numa explosiva entrevista ao *Correio Brasiliense* (07.08.83) na qual rompeu um silêncio de 15 anos com a imprensa, o Gal. Golbery do Couto e Silva afirmou:

"Figueiredo é uma pessoa que não tem vontade de dirigir o país, não está interessado em dirigir o país e não tem saúde para dirigir o país"<sup>7</sup>.

Quase ao mesmo tempo, o deputado Ulysses Guimarães lembrava que

"quando um chefe de Estado não exerce seu poder, alguém o exercerá por ele. Se ele não ocupa o espaço que lhe cabe, gera contradições no próprio governo. Essa é uma das razões do insucesso da administração Figueiredo"<sup>8</sup>.

Como se não fossem suficientes essas pressões, a ausência de Figueiredo para tratar da saúde ainda adicionou mais um elemento complicador. O vice-presidente Aureliano Chaves, durante os 43 dias de sua interinidade na presidência, conseguiu passar a imagem de um administrador competente e dinâmico - em forte contraste com a imagem do titular - tornando-se, assim, palatável para os mais liberais do PDS, para parcelas do

---

<sup>7</sup> Veja (17.08.83).

<sup>8</sup> Veja (17.08.83).

empresariado e de outros segmentos da sociedade e mesmo para parte da oposição. Entre os empresários o efeito da passagem do vice pela Presidência foi sensível. Duas pesquisas da Revista *Exame* ilustram o fato: antes da interinidade, o maior número de preferências entre os empresários, para a sucessão de Figueiredo, recaía sobre o ministro Hélio Beltrão, com 21,3%, seguido de Olavo Setúbal e Aureliano em terceiro; depois da interinidade, no início de 1984, Aureliano liderava com 30,6%<sup>9</sup>. Esse desempenho, e o acúmulo de recursos políticos advindo dele, fez com que Aureliano se constituísse em um foco de pressão no sentido de que a "coordenação" ultrapassasse os limites de uma consulta ao PDS e envolvesse gestões junto à chamada "sociedade civil", terreno no qual o vice veria suas chances ampliadas.

Em meio a esse quadro, o presidente Figueiredo reassumiu falando em "diálogo", "concordia" e "consenso".

Tal discurso, no entanto, não se dirigia a todos os protagonistas do impasse sucessório e sim ao centro dos conflitos naquele instante: a forte tensão entre a área econômica do governo e o PDS, que - além de segmentado pelas adesões dos parlamentares às diferentes candidaturas postas - encontrava-se aliado das decisões fundamentais referentes à política salarial

---

<sup>9</sup> Cf. *Exame* (27.07.83;25.01.84). Nesta última edição, a revista não deixa dúvidas ao relatar as razões do crescimento do vice-presidente entre os empresários: "Fica evidente, portanto, que a imagem de Aureliano Chaves no meio empresarial mudou radicalmente, após o seu desempenho enquanto presidente interino, durante o tratamento de saúde de Figueiredo em Cleveland. O período de 14 de julho a 25 de agosto do ano passado foi crucial para o avanço do vice-presidente".

e, ao mesmo tempo, convocado a arcar com os altos custos políticos da gestão econômica em andamento.

As dificuldades na administração da economia se haviam agudizado em 1983. A conjuntura internacional era bastante adversa e os ecos do mau gerenciamento da recessão brasileira de 1981 e 1982 ainda se faziam presentes com força.

A dificuldade central residia nos compromissos assumidos pelo país junto ao Fundo Monetário Internacional (F.M.I.). A equipe chefiada pelo Ministro Delfim Netto resistira até o último momento para concretizar o recurso ao Fundo, sobretudo para que seus custos políticos não se tornassem um trunfo das oposições nas eleições de 1982. Após o pleito, quando a decisão de ir ao F.M.I. foi tomada, as reservas líquidas do Banco Central estavam negativas havia quase dez meses e a credibilidade - interna e externa - do governo estava ainda mais baixa. O preço a pagar, portanto, foi alto: o país se comprometia a alcançar um grande superávit em 1983, que seria obtido à custa de recessão mais profunda que a de 1981, além de intensificar o arrocho salarial. A inflação explodiu: 200% em 1983. Em suma: "o Brasil foi uma síntese das limitações da abordagem do FMI", uma vez que "a prioridade dada à melhora das contas externas tornou-se uma fonte importante de desequilíbrio interno"<sup>10</sup>.

Além disso, 1983 foi o ano dos escândalos financeiros: o caso da corretora Delfin, a quebra do montepio Capemi e do

---

<sup>10</sup> Fishlow (1988:181).

conglomerado financeiro Coroa-Brastel, e o "caso das polonetas", no qual o secretário geral da Seplan, Flávio Pécora, foi acusado pela imprensa de se beneficiar com a negociação de uma dívida da Polônia para com o Brasil. As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro Delfim Netto<sup>11</sup>.

Desenhavam-se assim as circunstâncias do afastamento de parte significativa do PDS da política econômica do governo.

O Ministro do Planejamento, comprometido com as três "Cartas de Intenções" firmadas com o F.M.I. ao longo de 1983, tomara medidas drásticas no sentido da redução do déficit público e da contenção dos salários, consubstanciadas nos Decretos-Lei nºs 2024, 2045 e 2064, submetidos à sanção do legislativo.

Negociações entre o PDS e o PTB, que assegurariam uma estreitíssima, porém fundamental, maioria ao governo na Câmara, foram rompidas já no início de agosto pela deputada Ivete Vargas, líder petebista, que não obtivera os cargos no governo federal pleiteados pelo partido em troca de seus treze votos. Era um momento em que o governo não parecia interessado em "negociar" com o Congresso.

Militares contrários a entendimentos com a oposição exerciam, à sua maneira, pressões pela aprovação dos decretos. O

---

<sup>11</sup> Pesquisa de Exame entre empresários (agosto de 83) constatou um aumento das indicações de ruim/péssimo para Figueiredo de 17% (1982) para 42% (1983) e para Delfim de 26% para 60% no mesmo intervalo; cf. "Despenca o Prestígio dos Ministros" (Exame: 10.08.83).

Chefe do Gabinete Militar, Gal. Rubem Ludwig, declarou a 12 de agosto: "a aprovação do Decreto 2045 pelo Congresso é, sem dúvida, uma questão de segurança nacional"<sup>12</sup>, afirmativa tanto mais significativa quando se atenta para o tipo de questão que os militares costumavam classificar nessa categoria.

O PMDB, por sua vez, apresentara - em discurso de Ulysses Guimarães na Câmara a 24.08.83 - uma proposta alternativa nos campos institucional e da política econômica, esta última redigida por Celso Furtado com base no "Projeto Emergência" de Teotônio Vilella. O objetivo básico era marcar posição e, ao mesmo tempo, abrir canais de interlocução com o PDS. A proposta previa, entre outros pontos, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, o estabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República em 1984, a decretação de uma moratória unilateral do Brasil junto aos credores, o rompimento com o F.M.I., o fim da recessão e o aumento do salário médio real, além de reformas fiscal e do sistema financeiro<sup>13</sup>. Em resposta, o senador José Sarney, discursando a 01.09.83, se dizia disposto ao "diálogo" com a oposição, mas deixava bem claro que seu partido era contra a constituinte, as diretas já, a moratória e o rompimento com o Fundo<sup>14</sup>.

Impermeabilidade no que tange ao diálogo com as oposições, rompimento das negociações com o PTB, sucessão de

---

<sup>12</sup> Veja (17.08.83).

<sup>13</sup> Cf. Guimarães, U. (1983); Vilella (1983).

<sup>14</sup> Cf. Isto É e Veja (07.09.83).

escândalos financeiros, forte erosão da credibilidade do governo (e da área econômica em particular), atritos entre o Presidente e o Vice, crise econômica em ascensão e insistência numa política salarial de arrocho extremamente impopular, que colocava os parlamentares, inclusive os do PDS, em situação bastante difícil. Enfim, uma excelente receita de derrota política.

E ela veio a 21 de setembro, quando o Congresso rejeitou o decreto-lei nº 2024, que baixava de 110% para 100% da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) o reajuste salarial máximo dos trabalhadores na faixa de até três salários mínimos, estabelecendo índices progressivamente menores para as faixas acima disso.

Pela primeira vez desde o golpe militar de 1964 o Congresso rejeitava um decreto-lei do executivo. E a rejeição se dava com a participação de onze votos da bancada do PDS, além do comparecimento em massa dos 244 deputados dos quatro partidos de oposição. Não faltaram à tumultuada sessão episódios dramáticos: o presidente do Congresso, senador Nilo Coelho (PDS-PE) barrou todas as tentativas de obstrução feitas pelo líder do governo, que pretendia a aprovação do decreto por decurso de prazo, uma vez que o tempo limite se esgotaria à meia noite daquele dia<sup>15</sup>.

Essa derrota do governo acentuou a instabilidade da situação política e gerou um momento de falta de perspectivas e grande incerteza. Era o princípio do descompasso dentro do qual o

---

<sup>15</sup> Veja e Isto É (28.09.83).

regime perderia as rédeas da sucessão.

"Não bastassem a bancarrota econômica e a insatisfação social", escreveu o jornalista Carlos Castello Branco, "caminhamos agora para um virtual impasse político. O país já não tem horizontes previsíveis qualquer que seja a direção em que se olhe e a sensação é de que tudo, literalmente tudo, pode acontecer"<sup>16</sup>.

Num momento de extrema fragilidade como esse, em que um governo já acuado se via compelido a tentar recuperar os votos necessários para a aprovação do decreto-lei nº 2045 (o próximo na pauta de votação e o que propunha o maior arrocho salarial), o Congresso ainda seria sacudido por um discurso do deputado-cacique Mário Juruna (PDT-RJ). Em seu português trôpego, o parlamentar chamava todos os ministros de "ladrões" e "incompetentes", despertando reações de irritação no governo. O episódio trouxe à baila a possibilidade de se criar uma situação propícia à cassação do deputado e gerou intensa especulação.

Em poucos dias, porém, o Planalto voltava atrás e acenava com a possibilidade de negociação com o PDS e com lideranças "responsáveis" da oposição. Em discurso em rede nacional de televisão a 05 de outubro, Figueiredo minimizou o episódio Juruna (que depois seria resolvido com a simples retratação do deputado) e disse aceitar a revisão dos decretos

---

<sup>16</sup> IstoÉ (05.10.83).

sobre a política econômica. O governo, com isso, parecia reconhecer a inviabilização do decreto 2045, que limitava todos os reajustes salariais a 80% do INPC.

A estratégia do governo seria, a partir de então, permitir que uma comissão de parlamentares do PDS (recrutada pelo próprio Presidente e conhecida como "grupo dos onze") reformulasse a política salarial e a colocasse à mesa para eventuais acordos com forças oposicionistas. As duas semanas seguintes à fala de Figueiredo na TV foram tomadas por reuniões e tentativas de acordo. Várias rodadas de negociação foram feitas, capitaneadas por Sarney ("é a hora e a vez do PDS", afirmara ele<sup>17</sup>), visando adiar a votação do 2045 até que se chegasse a algum entendimento. Alternativas foram levantadas<sup>18</sup>. O Presidente conversou com o governador Tancredo Neves, queixou-se da falta de apoio do PDS e obteve do interlocutor a promessa de que se esforçaria para que o PMDB negociasse com o governo uma saída para o impasse da política salarial. Finalmente, a 18 de outubro, chegou-se a um aparente acordo pelo qual a política salarial passaria a prever aumentos de 100% do INPC para a faixa de até oito salários mínimos, e a votação seria adiada para o dia

---

<sup>17</sup> Istoé (12.10.83).

<sup>18</sup> O "grupo dos onze" do PDS sugeriu a introdução da livre negociação como forma de romper o dique dos 80% do INPC; a cúpula do PDS, através do líder Nelson Marchezan, defendia 100% do INPC para a faixa de até três mínimos; o grupo "Participação" do PDS, liderado pelo deputado Teodorico Ferrazo, convergia com o PMDB na defesa dos mesmos 100%, mas para a faixa de até sete mínimos; cf. Veja (19.10.83).

seguinte. Mas o pacto durou pouco.

A estrepitosa vaia que o PMDB recebeu das galerias do Congresso - tomadas por cerca de 4 mil manifestantes - ao anunciar que negociava com o governo, fez o principal partido de oposição voltar atrás. Por outro lado, o ministro Delfim Netto encarregou-se de minar as bases do acordo, feito em torno de um aumento que ele considerava impossível.

Por sua vez, as manifestações em Brasília, já verificadas desde a votação do 2024, alarmaram o Serviço Nacional de Informações e ofereceram munição para seu chefe, ministro Otávio de Medeiros<sup>19</sup>. Na tarde de 19 de outubro, sob a alegação de distúrbios no recinto do legislativo e em outras áreas da capital, o Presidente Figueiredo baixou as "Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições", dispositivo Constitucional utilizado pela primeira vez desde que criado no final do governo Geisel, em substituição ao AI-5, então revogado.

As Medidas de Emergência baixadas sobre o Distrito Federal, executadas pelo comandante militar do Planalto, Gal. Newton Cruz, previam - com base no artigo 155 da Constituição - o direito do governo de suspender reuniões políticas em locais

---

<sup>19</sup> *O Planalto recebia notícias do S.N.I. de que "havia grupos de militantes esquerdistas com cordas de náilon amarradas a ganchos, prontos para cair das galerias sobre o plenário, como nos filmes de aventuras medievais. Falava-se também na articulação de saques contra supermercados e temia-se que a multidão abrigada no Congresso pretendesse marchar sobre o próprio Palácio do Planalto. Outro informe dava conta de que num dos ônibus chegados à capital havia caixas com coquetéis Molotov" (Veja:26.10.83).*

públicos ou privados e promover buscas e apreensões sem mandado judicial. O primeiro exercício do general Cruz foi a invasão da sede da OAB-DF, sob acusação de "reunião política". O inquérito policial militar sobre o caso acabou sendo arquivado a mando do presidente Figueiredo.

Foi sob a vigência dessas Medidas de Emergência que o decreto-lei nº 2045 foi rejeitado pelo Congresso na noite do dia 19 de outubro.

Imediatamente, o governo editou o decreto-lei nº 2064, na mesma linha dos anteriores, que vinha sendo preparado desde a derrota do 2024.

Mas a queda de braço entre a tecnocracia e o parlamento chegara ao limite. O 2064 era quase uma réplica dos decretos anteriores e praticamente inviabilizava qualquer acordo em torno de sua aprovação. Numa reunião do governo realizada a 26 de agosto, com as presenças de Leitão de Abreu, Murilo Macedo, Delfim Netto, Nelson Marchezan e Aloísio Chaves chegou-se à concepção de uma nova política pela qual a massa salarial teria um crescimento médio de 87%, sendo que o aumento máximo seria de 100% do INPC para a faixa de até 3 s.m. e as faixas acima seriam beneficiadas por aumentos menores mas cumulativos pelo chamado "efeito cascata"<sup>20</sup>: era o decreto-lei nº 2065.

---

<sup>20</sup> Por exemplo, "se uma pessoa ganha sete salários mínimos, terá a parte de seu salário correspondente a três salários mínimos reajustada em 100% do INPC, a cada degrau da escada descendente do reajustamento, e incorporará o aumento correspondente àquilo que o decreto fixa para o patamar" (Veja:02.11.83).

Assim, ao menos momentaneamente, o setor do governo liderado por Leitão de Abreu era capaz de segurar as fissuras no partido situacionista<sup>21</sup>. O grupo Participação aderiu de imediato ao novo decreto. Já no dia 27, o Diretório Nacional do PDS fechava questão em favor da aprovação do 2065. No mesmo dia, o líder Marchezan recebia a confirmação de que já obtivera, nos quadros do PTB, os votos que faltavam para a aprovação. Em troca o partido receberia cargos na Cobal, Telesp e Light. O cúpula do PMDB, sob forte pressão do grupo de Tancredo, favorável ao entendimento, não conseguiu fechar questão contra o decreto. Sua aprovação estava garantida.

#### AMPLIAÇÃO DA ARENA, NEGOCIAÇÃO E CRISE DA "COORDENAÇÃO"

A partir desses episódios, o *script* do processo político em andamento estaria definitivamente alterado, por duas razões fundamentais.

Em primeiro lugar, note-se que apesar do equacionamento do problema da política salarial, as votações dos decretos 2024 e 2045 foram indicadores inequívocos do baixo grau de "lealdade incondicional" do PDS ao governo, assim como radicalizaram as

---

<sup>21</sup> Observou o deputado Thales Ramalho: "O que aconteceu na quarta feira (26.10.83) foi uma coisa muito importante. Em primeiro lugar, houve o fato inédito de se conseguir dobrar a vontade da área sagrada da tecnocracia. Além disso, o PDS viu que o governo tem um interlocutor político autorizado e confiável: o professor João Leitão de Abreu" (Veja:02.11.83).

divisões internas do partido. Por outro lado, o engavetamento do decreto 2064 e o consenso viabilizado em torno do 2065 deixaram claro para o governo que o jogo político já não admitia soluções que não passassem pela negociação com o partido situacionista e com segmentos da oposição no parlamento. Ao mesmo tempo, reafirmou-se o fato já sabido de que o PMDB, principal partido oposicionista, estava longe de ser homogêneo: o grupo do governador Tancredo estava, como nunca, disposto à prática que o jargão do momento chamou "diálogo", "negociação" ou "entendimento".

Essas possibilidades políticas, viabilizadas em torno da política salarial, não se restringiriam, contudo, a esse limite. Ato contínuo, se estenderam ao embate da crise sucessória, criando um clima de expectativas em relação às chances de um acordo em torno das eleições diretas<sup>22</sup>.

Em segundo lugar, é preciso destacar a razão pela qual o aventado "entendimento" estaria balizado pelo tema das eleições diretas: iniciava-se a *ampliação da arena sobre a qual se desenrolava o jogo político* (ou melhor, do número de arenas, de espaços de confrontação), isto é, novas posições conjunturais de

---

<sup>22</sup> "A constatação de que o presidente João Figueiredo aceita conversar sobre eleições diretas, desde que estejam sentados à mesa oposicionistas efetivamente interessados em acertar a ampliação do apoio parlamentar à política econômica do governo, subtraiu ao reino dos sonhos a tese do Grande Acordo Nacional - e, sobretudo, tornou perfeitamente viável a visão de mais de 50 milhões de eleitores acorrendo às urnas, já em 1985, para escolher pelo voto direto o próximo presidente da República"; cf. "As Diretas no Páreo" (Veja:09.11.83).

sujeito - notadamente na dimensão societária - constituíam-se na cena política e alteravam os parâmetros de cálculo dos protagonistas do conflito.

Evento emblemático dessa alteração de parâmetros foi o ocorrido na tarde do dia 16 de novembro. Em Lagos, na Nigéria, o presidente Figueiredo cumpria etapa de um roteiro de visitas oficiais a diversos países africanos quando, acicatado por repórteres, deixou escapar declarações que causaram verdadeiro tumulto no Brasil. "Eu sou pela eleição direta. Eu acho que é assim que deve ser. Mas no momento não há possibilidade". E "por que não?", quiseram saber. "Porque o meu partido não iria se conformar. Eu me conformo, mas o meu partido não iria se conformar", repetiu<sup>23</sup>.

As repercussões foram intensas e provocaram uma curiosa troca de papéis na cena política: à oposição coube os elogios, enquanto que inúmeros pedessistas se viram momentaneamente na inusitada situação de críticos do presidente<sup>24</sup>. Diversos assessores encarregaram-se de desmentir ou fornecer interpretações menos espalhafatosas para as declarações de Figueiredo, mas suas consequências já eram irreversíveis.

---

<sup>23</sup> Cf. Veja e IstoÉ (23.11.83).

<sup>24</sup> O deputado Ernani Sátiro (PDS-PB) afirmou da tribuna da Câmara: "Não teremos agora essa desgraça no Brasil, senhor presidente". Para o deputado Siqueira Campos (PDS-GO), "a oposição quer um Kerensky para facilitar sua subida ao poder e nos privar da liberdade". Enquanto que Ulysses Guimarães saudava a fala do presidente: "ele falou como chefe da nação e interpretou a voz unânime da população brasileira" (Veja:23.11.83).

É a consequência fundamental foi a de oferecer algum alento a uma possibilidade até então acalentada, mas relegada à condição de hipótese longínqua, quase inviável. Simbolicamente, as palavras de Figueiredo, mesmo ditas à distância e filtradas por repórteres, funcionaram como um indicador de possibilidades. Se até mesmo o presidente, aquele guardião das instituições autoritárias, falava em eleição direta, por que os políticos não deveriam propô-la e discuti-la? E, o que é mais significativo, por que a população não deveria reivindicá-la?

Na verdade, o que chamo aqui de ampliação da arena de jogo foi um processo paulatino. A preferência da sociedade por eleições diretas para presidente vinha se tornando cada vez mais clara durante o ano de 1983.

Em Goiânia (GO), a 15 de junho daquele ano, a direção nacional do PMDB já tentara um balão de ensaio com o intuito de observar as repercussões de uma eventual campanha popular que reivindicasse as diretas. Na oportunidade, a presença das cinco mil pessoas que lotaram o ginásio de esportes e obrigaram os organizadores a realizar o ato do lado de fora chegou a assustar a direção peemedebista, que esperava ser mais discreta. Logo em seguida era realizado ato público em Teresina (PI), dia 26.06.

Partidos de oposição procuraram articular, ainda em junho de 1983, uma frente suprapartidária reunindo PT, PMDB, PTB e PDT. Os presidentes do PT e do PMDB se encarregaram, inclusive, de buscar a adesão de entidades da chamada "sociedade civil", como a OAB, a CNBB, a UNE, para integrar os nascentes comitês pró

eleições diretas.

Quanto à posição da opinião pública, enquete da *Folha de São Paulo* publicada em 17 de julho de 1983 dava conta de que 76.2% dos entrevistados respondera "sim" à pergunta "o governo e a oposição deveriam iniciar entendimentos para negociar uma saída para a crise?" e que, destes, 40.8% acreditavam ser as eleições diretas para o sucessor de Figueiredo o ponto central desse "entendimento", enquanto que 12.7% preferiam a escolha de um candidato "de consenso" via Colégio Eleitoral<sup>25</sup>. Mas a adesão popular à idéia de eleições diretas "já" tornava-se tão visível que a partir de agosto o diretor do Instituto Gallup, Carlos Matteus, deixou de incluir o questionamento sobre o tema nas consultas periódicas sobre política promovidas pela entidade. "Estávamos pesquisando o óbvio. Cerca de 80% da população é favorável", comentava ele. Segundo o Gallup, a preferência pelas diretas para presidente em 1981 era de 63%, passando para 68% no ano seguinte, atingindo 74% em fevereiro de 1983 e chegando a quase 80% em junho daquele ano. E, ainda, segundo uma pesquisa encomendada pelo governo de São Paulo no final de 1983, as preferências teriam chegado a 91%<sup>26</sup>.

Nesta perspectiva, o dado da preferência crescente da opinião pública - justamente no ano em que esse apoio popular chegava ao seu limite máximo - passava a permear o jogo

---

<sup>25</sup> Cf. "Maioria quer acordo para resolver crise" (FSP:17.07.83).

<sup>26</sup> Estes números, bem como os das Pesquisas do Gallup, estão em IstoÉ (23.11.83).

político-institucional. Aos poucos, entrava no horizonte do possível a hipótese de que a simples preferência manifesta em pesquisa se transformasse em um movimento capaz de criar fatos políticos que determinassem o rumo das "negociações" que se desenvolviam a partir da dimensão institucional do conflito político sucessório.

Essa expectativa, bem como a forte tensão que então se verificava entre as "bandeiras" e "compromissos" do PMDB (leia-se Constituinte e eleições diretas) - encarnados em Ulysses Guimarães e no grupo dos "históricos" - e a pregação por "negociação" e "consenso" - emanada a partir de Tancredo Neves - ficam claras numa importante entrevista do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), do grupo do governador mineiro, à Revista *Veja*. Disse o deputado:

"Da mesma maneira que o PDS precisou de uma oxigenação para chegar até o acordo a respeito do decreto-lei 2065, o PMDB também está precisando mudar. (...) O PMDB sempre tem negado as propostas, sem apresentar nada de viável. (...) O governo não está fraco, e sim isolado. Está acuado, mas ainda tem força. Está nos extertores e exatamente por isso considero que a negociação é a única forma de superar esse impasse. O raciocínio é simples: o Programa do partido defende as eleições diretas. E para que as diretas venham é preciso negociar com o governo, porque nós não temos a maioria de dois terços do

Congresso, necessária para modificar a Constituição"<sup>27</sup>.

É as negociações - informalmente, mas com o aval de Figueiredo - de fato começaram a se desenrolar entre interlocutores "confiáveis" do regime e da oposição. Fórmulas para a solução do "impasse sucessório" havia muitas.

Apenas para oferecer um quadro das especulações em torno da transição que se aventavam naquele momento, seria interessante mencionar o resultado de algumas conversas entre o ministro Leitão, o governador Tancredo e o deputado Thales Ramalho, grupo que chegou a ser chamado pela imprensa de "comitê informal de negociação". A proposta era de Leitão, na verdade um exercício de arquitetura política, devidamente emendado aqui e acolá pelos interlocutores e suas periferias parlamentares e que, ao final, apresentava uma fórmula algo parecida com o seguinte:

(a) O primeiro passo seria uma reformulação partidária na qual tornar-se-ia possível a formação de um grande bloco político-parlamentar de "centro", reunindo os "moderados" do PMDB e os "liberais" do PDS, além de setores do PTB, que daria sustentação ao futuro governo de transição, numa tentativa de reeditar o malogrado PP;

(b) seria aprovado um mandato tampão de dois anos, elegendo-se um governo de transição via Colégio Eleitoral, com base no novo partido ou bloco parlamentar;

(c) ao longo desse governo de transição seriam

---

<sup>27</sup> Veja (16.11.83).

promovidas reformas na Constituição ou até mesmo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e se completaria a reformulação, definindo-se um quadro partidário no qual o grande e forte partido de "centro" seria capaz de vencer as eleições diretas, aceitas então para a sucessão do governo-tampão.

Para tanto, Thales Ramalho articularia no parlamento a suspensão do mecanismo da fidelidade partidária - que punia com a perda de mandato os parlamentares que mudassem de partido - viabilizando regimentalmente a adesão dos pedessistas e oposicionistas de "boa vontade". Os "presidenciáveis" cotados para esse mandato-tampão seriam o próprio Leitão, Aureliano Chaves ou Tancredo Neves. A este último só não interessava a formação de um novo partido, uma vez que ele próprio controlava praticamente a metade da bancada de 200 deputados, 17 dos 23 senadores e 8 dos outros 9 governadores do PMDB.

A chamada "negociação", por cerca de três semanas, entre novembro e dezembro de 1983, fez convergir as atenções da cena política. Ao mesmo tempo serviu como divisor de águas no seio das forças do regime, no interior do PDS e no PMDB<sup>28</sup>.

Nesse momento, portanto, no centro do debate

---

<sup>28</sup> Cf. IstoÉ (09.11 e 16.11.83). O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), por exemplo, declarara ser seu partido a favor das diretas já, sem tampão. "É uma frase de efeito, boa para os palanques, mas virtualmente inaproveitável no amplo e, a essa altura, frenético, processo de negociação que envolve o mundo político", comenta IstoÉ (30.11.83). Tancredo, por sua vez, contra-ataca. "Para fazer acordo pela volta das eleições diretas procuro até o diabo nas profundas do inferno" (IstoÉ:14.12.83).

sucessório, configurava-se uma situação na qual a escolha de um candidato do PDS ao Colégio - a *primeira linha de mudança* apontada acima - ia tendo sua viabilidade minada, apesar da continuidade impingida pelos "presidenciáveis" à prática da arregimentação de apoios entre os convencionais pedessistas. Em lugar disso, uma *segunda linha de mudança* - equacionamento da sucessão pela negociação entre grupos do regime e da oposição - chegou a ganhar, nesses dias, considerável dimensão. Contudo, a ampliação da arena política dada pela gestação da campanha pelas eleições diretas passou a ocupar cada vez mais espaço como variável no cálculo político dos protagonistas do processo, a ponto de chegar a *suspender conjuntamente* as linhas de mudança que tenderiam à dominância se o conflito político se mantivesse circunscrito à sua dimensão institucional.

A articulação de uma campanha nacional começava a se viabilizar. A 19 de novembro, o governador de São Paulo, Franco Montoro, elaborara um manifesto pró-diretas a ser assinado pela maioria dos governadores em ato solene no dia 26. Era, diga-se de passagem, um dos primeiros lances que ajudariam a desenhar a ambígua atuação do governador paulista: em alguns momentos apareceria como protagonista de linha de frente da campanha, enquanto que em outros, em especial os decisivos, como o comício final de São Paulo - ao retirar, sempre veladamente, seu apoio - apostaria fortemente na solução de "consenso". As posições de Montoro e dos demais governadores de oposição, nesse sentido, foram sempre alvo de acirrada crítica de segmentos da esquerda,

em especial do PT<sup>29</sup>.

Participaram daquela reunião de governadores vários dirigentes e parlamentares pedessistas. Dentro do PDS, essas tomadas de posição favoráveis às diretas contribuíam para impedir que a inércia abandonasse a sucessão a seu leito "natural". Em novembro já haviam aderido à idéia dez dos doze governadores situacionistas, entre eles Gonzaga Motta (CE), Roberto Magalhães (PE), Espiridião Amin (SC) e Jair Soares (RS).

Naquele momento, pesquisa do *Jornal do Brasil* afirmava que, somados os votos dos pedessistas pró-diretas com os votos das bancadas oposicionistas, 63% do senado e 61% da Câmara apoiariam a mudança do texto constitucional, que necessitava de dois terços do Congresso (66,66%) para ser aprovada<sup>30</sup>. Números contestados pelo presidente do PDS, José Sarney, que não tardou a

---

<sup>29</sup> Enquanto Montoro articulava os governadores, um certo "Movimento Nacional Popular Leonel Brizola" fazia circular manifesto no seguinte teor: "O Presidente quer. O vice-presidente também. Governadores pedem eleição direta para a Presidência da República. Quem não quer? Só os que pensam trair os seus eleitores temem o voto direto" (cf. "Com Brizola por Eleição Direta: Solução Nacional", panfleto sem data que circulou em novembro de 83, segundo registro do CPV). Em resposta, afirmava o jornal *Em Tempo*: "Essa iniciativa dos 'governadores democráticos' não se contrapõe às manobras do regime, mas se soma a elas (...). De modo algum se busca a mobilização das massas ou se defendem os seus interesses contra o governo da fome. Este caráter de apoio ao governo federal da posição dos governadores aparece ainda mais claramente - e cinicamente - no manifesto do 'Movimento Nacional Popular Leonel Brizola' (...). Contra tudo isso se coloca o PT (...). Ao contrário da negociação com o regime, dos acordos com os responsáveis pela política de arrocho e de entrega do país, Meneghelli e Lula defendem a mobilização popular, inclusive através da Greve Geral" (nº 182, 01-15.12.83).

<sup>30</sup> Pesquisa JB, apud IstoÉ (23.11.83).

coletar entre suas bancadas as assinaturas de 26 dos 46 senadores e de 181 dos 235 deputados do partido (portanto, mais de um terço nas duas casas) num manifesto contra a mudança das regras da sucessão<sup>31</sup>.

Os atos públicos também se iniciavam. A União Brasileira de Teatro promoveu manifestação nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a 24 de novembro, colhendo assinaturas pró-diretas que foram enviadas ao presidente Figueiredo. Em seguida, no dia 27, PT, PMDB e PDT e mais a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, CUT, Conclat, UNE e outros, num total de 70 entidades, promoveram a primeira grande festa-comício da campanha, reunindo, com resultados não muito felizes, as bandeiras das "Diretas Já" e da solidariedade aos povos da América Latina, "num domingo de bandeiras no Pacaembu sem futebol"<sup>32</sup>. A morte de Teotônio Vilela, defensor intransigente das diretas, ocorrida naquele mesmo dia, adicionava uma forte carga emocional à campanha, que transformaria Teotônio, o "menestrel das alagoas", num de seus símbolos.

---

<sup>31</sup> Veja (07.12.83).

<sup>32</sup> Kotscho (1984:26). Nesse evento, "toda a massa presente era petista, do mesmo modo que a imensa maioria das bandeiras e faixas. O governador Montoro, que no dia anterior tinha reunido governadores de oposição em Palácio para lançar um manifesto pelas eleições diretas, não compareceu ao ato, apesar de convidado e de o seu partido ser um dos organizadores. Fica claro, portanto, que o PMDB não se empenhou na convocação e na realização do ato, para dizer o mínimo" (Em Tempo 182:01-15.12.83).

De sorte que, ao final de 1983, o início das manifestações pró-diretas, a falta de resultados objetivos do ensaio de negociação mencionado acima e a persistência (e crescimento) da candidatura Maluf entre os convencionais pedessistas acabaram sendo decisivos para inviabilizar definitivamente a chamada "coordenação" sucessória de Figueiredo. Em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV na noite de 29 de dezembro, o Presidente renunciava à delegação do PDS e criticava a campanha pelas diretas:

"As articulações sucessórias se tornam cada vez mais intensas. A celeuma se levanta até quanto ao processo de eleição, se direta ou indireta. O debate esbarra, porém, na regra constitucional que prescreve a eleição do Presidente da República por via indireta. (...) Além de ineficaz - pois não existe lastro no Congresso Nacional para reforma nesse ponto da Constituição - a campanha pela eleição direta reveste, agora, caráter meramente perturbador.

"A alta direção do Partido Democrático Social (...) resolveu delegar-me a incumbência de coordenar nome à minha sucessão. (...) Coordenar, para mim, significava unir. Como não antevejo, todavia, a possibilidade de alcançar o consenso que almejava, consenso que era o objetivo da ação coordenadora que me fora delegada, restituo a coordenação ao meu

partido"<sup>33</sup>.

Em resposta, a direção do PDS, reunida a 10 de janeiro de 1984, decidiu reassumir a coordenação, reafirmou a defesa do Colégio Eleitoral e a soberania da Convenção partidária<sup>34</sup>.

O governo, porém, não pretendia ficar absolutamente fora do processo. A renúncia à coordenação parecia consistir numa tática pela qual Figueiredo deixava os problemas com a candidatura Maluf para o PDS enquanto estudava a possibilidade de negociações com segmentos da oposição no Colégio Eleitoral. As articulações de Thales Ramalho pelo fim da fidelidade partidária corroboravam esse raciocínio<sup>35</sup>.

Quaisquer que fossem, entretanto, as ações táticas planejadas pelo governo, pela direção do PDS, pelos presidenciais situacionistas ou pelos partidos de oposição, seriam forçados todos, nos quatro primeiros meses de 1984, a balizar seu cálculo pelo evento central da cena política: a campanha das "Diretas Já".

---

<sup>33</sup> Cf. reprodução da íntegra do discurso em "Figueiredo Devolve Coordenação Sucessória ao PDS" (FSP:30.12.83).

<sup>34</sup> Cf. "PDS rejeita voto infiel, acordo e eleição direta", O Estado de São Paulo (OESP), 11.01.84.

<sup>35</sup> Comentário sobre Maluf atribuído ao presidente Figueiredo: "Se ele nos bater em setembro (de 1984, data da Convenção do PDS), vamos batê-lo em janeiro (de 1985, data do Colégio Eleitoral)" (IstoÉ:11.01.84).

## A MOBILIZAÇÃO COMO UM "PARÊNTESE"

A crise de 1983, tal como a discutimos até aqui, criou as condições para que a preferência da população pela forma direta de eleição se transformasse num movimento reivindicativo de massa capaz de acumular um significativo estoque de recursos políticos, conforme veremos nos próximos capítulos.

Mais do que isso, porém, a *mobilização dos sujeitos políticos* que emergiram na campanha das diretas era *parte da crise*.

Já se viu que na perspectiva assumida aqui, as mobilizações são vistas como crises, na medida em que seu advento está associado a uma modificação da situação política. Elas intervêm como o *evento político* em função do qual se opera a redistribuição dos estoques de recursos assimetricamente alocados entre os diversos contendores, o que por sua vez configura a mudança de uma situação a outra.

A campanha das "Diretas Já" - o *evento político* de que tratamos aqui - foi o espaço em que se operou uma mudança radical na situação política, ao mesmo tempo em que seu significado específico se revelava na reconfiguração da distribuição dos recursos (mudança de situação) da qual era palco. O processo de mudança, numa palavra, se confundia com a mobilização, a partir daquele evento.

Nessa perspectiva,

"l'événement constitue une parenthèse

dans une ligne de changement, parenthèse où s'exerce l'action politique et se développent les conflits (...), une médiation entre une situation changeante d'une part et une action politique conjoncturelle d'autre part (...). C'est la notion qui permet d'unir la diversité des objets empiriques<sup>36</sup>.

Nesse sentido - na medida em que o desenvolvimento da campanha suspendeu conjunturalmente a dominância das demais linhas de mudança que se colocavam na situação - as "Diretas Já" foram um *parêntese* no interior do qual se deu a mobilização multi-setorial que envolveu os protagonistas do conflito.

Dois fatos exemplificam a abertura desse parêntese, pelo que têm de emblemáticos quanto ao reconhecimento, por parte dos protagonistas envolvidos, da centralidade que a campanha das diretas passava a assumir.

O primeiro deles foi o ultimato dado pelo presidente Figueiredo ao presidenciável "indireto" Mário Andreazza. Ele fôra avisado, antes mesmo da renúncia do Presidente à coordenação, de que disporia de prazo até fevereiro de 1984 - tempo que se acreditava suficiente para o arrefecimento da campanha pelas diretas - para angariar entre os convencionais do PDS os apoios necessários para que o presidente tivesse condições políticas de indicá-lo à Convenção partidária. De fato, a indicação de Andreazza era uma hipótese apenas formalmente aceitável pelo

---

<sup>36</sup> Lapeyronnie (1989:250-251).

governo, já que era dada como praticamente certa a preferência por Maluf, no caso do jogo permanecer no âmbito da Convenção pedessista. Mas a permanência da sucessão nesses limites também era uma hipótese na qual o próprio governo também já não acreditava. De qualquer modo, o tempo de duração da campanha era tido pelos sujeitos políticos que agiam a partir dos interesses do regime como o "intervalo" durante o qual seria preciso contrapor-se a uma mobilização que lhes era avessa, após a qual pretendiam reunir condições para reencaminhar o processo segundo seus próprios parâmetros. Descobririam, ao final, que a pretensão era infundada.

O segundo fato, e o mais significativo deles, diz respeito aos sujeitos que agiam a partir da oposição ao regime. Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, já na primeira semana de dezembro de 1983, selaram acordo no sentido de jogar a decisão acerca da postura oficial do PMDB para sua Convenção partidária, inicialmente marcada para abril de 1984. Até lá, Ulysses teria oportunidade de tentar transformar a campanha pelas eleições diretas em um fato político capaz de reverter as expectativas e conseguir a mudança do texto constitucional. Em caso contrário, Tancredo e seu grupo teriam "carta branca" para negociar em nome do partido um acordo com setores do regime visando a transição<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> *"Tancredo, que se empenha pelas diretas como todo o seu partido, mas nelas não acredita, terá, a partir da Convenção de 15 de abril, a mão no leme. E Ulysses Guimarães ou negocia ou lhe passa o poder de negociar em nome do partido, de subir a rampa". (IstoÉ:14.12.83). Acrescente-se a essa questão o fato de que a eleição do novo Diretório Nacional do PMDB, a 4 de*

Também desse lado do espectro político a campanha era definitivamente tida como a referência central.

A partir de janeiro de 1984, o impacto desse *evento político* que foi a campanha das "Diretas Já", gerado pela crise do regime e ao mesmo tempo parte dela, provocou uma *mobilização multi-setorial* responsável pela configuração de uma nova *lógica de situação*. Convergiram conjuntamente as dimensões institucional e societária do conflito político. Sob o impacto da mobilização multi-setorial, mudou de qualidade a crise política que se conformava. Consubstanciou-se, então, uma *conjuntura fluida*, que alterou a disposição das peças no tabuleiro de jogo vigente, radicalizou a instabilidade política e fez com que se ampliasse a interdependência - para efeito do cálculo político - entre os diferentes sujeitos presentes.

---

*dezembro, apesar de manter Ulysses na presidência do partido, ratificou o domínio do grupo moderado na direção partidária.*

## CAPÍTULO QUARTO

### A MASSA NA PRAÇA

O parêntese estava aberto.

Janeiro de 1984 trazia consigo a sedimentação de novos *espaços de confrontação política*.

Os comícios e manifestações de massa se constituíram, de fato, como os momentos de maior visibilidade do que se tem chamado aqui de emergência da dimensão societária do conflito político.

A importância dessa ampliação do perfil da crise está no fato, já mencionado, de que, a partir de então, o conflito multiplicou o *número das arenas sobre as quais eram postos em*

*jogo os recursos políticos*; ao mesmo tempo em que essas arenas (espaços de confrontação) disponíveis deixavam de se restringir ao campo institucional. Com isso, a dimensão societária introduzia no conflito novos recursos e alterava o valor (ou a *eficácia*) de outros, à medida em que novos sujeitos eram mobilizados.

Conforme discutido na apresentação do quadro conceitual, o *valor* dos recursos políticos nas conjunturas de crise, na perspectiva aqui adotada, pode ser objeto de flutuações bastante sensíveis, relacionadas com o caráter multi-setorial das mobilizações. É possível distinguir diferentes tipos de recursos, que são empregados na ação política em arenas específicas. É o valor de cada recurso é crucial porque é com base nele que os protagonistas efetuam seu cálculo. O *peso* de cada arena (*sua importância frente aos demais espaços de confrontação*) varia no decorrer do processo de crise. É o *valor* de cada recurso *flutua* de acordo com o peso que assumem as arenas sobre as quais eles operam.

É claro que não se buscará nenhuma mensuração "objetiva" do valor dos recursos nem se pretende encarar as arenas como categorias contábeis que potenciam recursos. O mais importante, quanto a esse particular, é *apreender os processos efetivos pelos quais os recursos perdem ou ganham eficácia*, porque é a partir desse dado que se pode compreender o comportamento dos protagonistas do conflito.

Assim, o objetivo desse capítulo é apresentar o impacto

dos primeiros grandes comícios e manifestações públicas sobre o cenário político. Notadamente, verificar o crescimento relativo do peso dos espaços de confrontação localizados no campo societário e a conseqüente ampliação do valor e da eficácia dos recursos políticos postos em jogo a partir desse campo.

Mas não apenas isso.

O essencial é que a partir do crescimento em importância da dimensão societária do conflito, o jogo passou a ser jogado em *múltiplas arenas* por sujeitos que atuavam a partir de *lógicas de cálculo diversas*. E que a nova *lógica de situação* estabelecida com esse novo quadro - tendo o tema das eleições diretas como referencial fundamental - passou a balizar o cálculo dos protagonistas tanto em função de *parâmetros de ordem institucional* (em especial relacionados à tramitação da emenda Dante de Oliveira) quanto de ordem *não institucional* (em especial relacionados à capacidade de acúmulo de recursos da campanha).

Em suma: os primeiros meses de 1984 assistiram à constituição de um quadro político onde os vértices fundamentais do conflito, inextricavelmente interligados, passaram a ser a sorte da emenda em tramitação no parlamento e as possibilidades da campanha em crescimento nas ruas, sendo que esse último aspecto passava a significar uma substancial ampliação das arenas de jogo e dos recursos disponíveis à ação.

Sem um artefato como a Dante de Oliveira, emenda em vias de ser apreciada justamente no momento em que culminou a crise, haveria certamente entraves jurídico-políticos a

dificultar a canalização de esforços e a arregimentação de vontades políticas em torno da proposta de mudança do processo eleitoral. Sem a campanha das "Diretas Já" (e os processos de crise e mobilização em torno dela configurados), de outra parte, uma emenda como essa teria possibilidades exíguas de aprovação (ou mesmo de ser seriamente discutida), dada a correlação de forças a princípio vigente no parlamento.

Esse o diferencial da conjuntura.

É ele que oferece os elementos para a detecção das referências básicas para o comportamento dos personagens.

Conforme demonstrado no capítulo anterior, os principais protagonistas do conflito - seja de parte do regime, seja das oposições - já tomavam, ao final de 1983, a virtualidade de uma campanha pelas diretas como variável importante de seu cálculo político.

Naquele momento, porém, o faziam com base na expectativa de crescimento da campanha, no seu potencial. Apenas com os primeiros comícios de massa é que se concretizaram essas expectativas e se consolidou a nova *lógica de situação*.

Esse novo cenário introduziu no jogo ao menos três dados novos:

O primeiro é que as manifestações que surgiam marcaram o momento em que a pressão passou a se concentrar *especificamente na aprovação da emenda Dante de Oliveira*, coisa que não estava clara quando das primeiras mobilizações, ainda em 1983.

O segundo é que, a partir daí, e de forma paulatina, as

debilidades organizativas e de articulação política começaram a ser superadas e a dispersividade das iniciativas anteriores foi substituída pela *definição de um centro gravitacional* em direção ao qual os esforços passaram a se mover.

O terceiro é que as forças do regime, por seu turno, se a princípio buscavam minimizar a mobilização e vendê-la como rompante inconsequente, a partir dos primeiros comícios de massa se veriam forçadas a *traçar estratégias* mais criteriosamente concatenadas, com o intuito de barrar o avanço da campanha.

Mais especificamente, portanto, a discussão deste capítulo trata do seguinte: após o impacto dos comícios de Curitiba e de São Paulo, em janeiro, e em meio a uma sequência de manifestações pelo país, em fevereiro, o governo - sob iniciativa da área militar - mobilizou-se com vistas a reenquadrar a sucessão. Por outro lado, diante das articulações que já então se iniciavam para derrotar a emenda no Congresso, o comício de Minas Gerais, no final de fevereiro, aumentava consideravelmente o estoque de recursos dos sujeitos políticos pró-diretas, radicalizando a instabilidade da situação e consolidando um padrão de disputa cujo perfil se pautava pela estreita interdependência - para efeito do cálculo político - entre os muitos protagonistas.

#### BOCA MALDITA, PRAÇA DA SÉ

A emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) havia

sido concebida cerca de um ano antes do acirramento da mobilização em torno das eleições diretas.

Ainda em janeiro de 1983, antes mesmo da posse, Dante decidira transformar em proposta de Emenda à Constituição o tema que mais havia empolgado sua campanha eleitoral em Cuiabá. Verificou junto ao sistema de processamento de dados da Câmara que todas as propostas que visavam restabelecer as eleições diretas estavam arquivadas. Nenhuma em trâmite. Saiu, então, à caça das 160 assinaturas regimentais necessárias para que a Emenda pudesse ser apresentada. Não conhecia nem era conhecido de quase nenhum colega, o que naturalmente lhe dificultava a tarefa. Consta que o deputado tentou convencer até mesmo um jornalista a assinar a Emenda, tomando-o por parlamentar. O próprio Ulysses Guimarães, procurado, não teria dado muita importância ao assunto. Mesmo assim, as assinaturas foram obtidas. No dia da sessão de abertura do Congresso o deputado posicionou-se, estrategicamente, próximo ao microfone do plenário. Foi o primeiro a apresentar emendas.

O texto era simples e direto. Foi redigido com a ajuda do advogado Sebastião de Oliveira, seu pai, antigo político da UDN do Mato Grosso, com base na Constituição de 1946<sup>1</sup>.

Dizia:

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da

---

<sup>1</sup> Cf. entrevista de Dante de Oliveira a Veja (21.03.84).

Constituição, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

"Art. 1º - Os artigos 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

"Art. 74. O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de 30 anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

"Parágrafo único. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

"Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

"Art. 2º. Ficam revogados o Art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o § 1º do Art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único"<sup>2</sup>.

No início de 1984, já tramitavam pelo Congresso cinco emendas, com redações diferentes, propondo eleições diretas. Por acordo entre os partidos, foram todas reduzidas à Dante de

---

<sup>2</sup> FSP (25.04.84).

Oliveira, para facilitar os procedimentos. O Presidente do Senado, Moacyr Dalla, após reunião com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, havia fixado a data de 11 de abril para a apreciação da Emenda no Congresso. Segundo o regimento, ela seria submetida à votação na Câmara dos Deputados e, em caso de obter dois terços dos votos, submetida em seguida ao Senado. Por outro lado, depois da renúncia formal de Figueiredo à "coordenação" da sucessão, o PDS reassumira essa tarefa, através de resolução de sua Executiva Nacional, tomada em reunião a 10 de janeiro, conforme mencionado no capítulo anterior. Na oportunidade, os pedessistas reafirmaram também sua intenção de defender as regras vigentes para a sucessão, isto é, o Colégio Eleitoral.

A crise econômica, por seu turno, entrara o ano aprofundando suas relações com a crise política. A perspectiva de volta ao FMI era real (logo em seguida se materializaria na tentativa de obtenção de um empréstimo "jumbo") e a conquista da estabilidade política, principalmente no que tange à sucessão presidencial, era vista por observadores do meio empresarial, tecnocrático e político como condição para um bom acordo sobre a dívida externa<sup>3</sup>.

É contra esse pano de fundo que repercutiu o comício por eleições diretas realizado em Curitiba, num espaço da região central da cidade conhecido por "Boca Maldita", a 12 de janeiro. Organizado pelo PMDB e pelo governo do Paraná, o primeiro grande

---

<sup>3</sup> Cf. *Veja e IstoÉ* (11 e 18.01.84).

comício da campanha, a exemplo do ato da Praça Charles Muller, não teve o caráter claramente suprapartidário das manifestações subsequentes, mas reuniu - segundo avaliações díspares - entre 30 e 50 mil pessoas.

A organização se empenhou: 2,5 milhões de panfletos, 15 mil cartazes, 30 mil cédulas simbólicas para votação simulada, 3 mil camisetas, 15 chamadas na TV Globo-PR nos intervalos do *Jornal Nacional* - tudo pago, ao que consta, pelo Diretório Nacional do PMDB - fizeram a convocação. 250 ônibus começaram a chegar do interior do estado a partir do meio dia daquela quinta feira. Depois das 17 horas, o centro de Curitiba entrou em ritmo de Copa do Mundo: comércio fechado, papel picado atirado dos prédios, etc. O único incidente se deu quando peemedebistas decidiram suspender a apuração da eleição simulada que Leonel Brizola liderava.

As presenças e os discursos anteciparam parte do tom geral da campanha, apesar da ausência de lideranças expressivas do PT e de Brizola. O locutor esportivo Osmar Santos fez a apresentação ("ser contra as diretas é o mesmo que torcer contra a seleção brasileira") e Ulysses inaugurou uma fala que se repetiria muitas outras vezes: "Temos que acabar com essa Bastilha nojenta e repugnante que é o Colégio Eleitoral, para libertar do calabouço o voto direto"<sup>4</sup>.

As energias liberadas por essa manifestação incidiram

---

<sup>4</sup> Cf. *Veja e IstoÉ* (18.01.84); *FSP e OESP* (13.01.84).

de formas diferenciadas sobre os diversos protagonistas do conflito.

Embora acompanhando com apreensão o êxito do evento, o governo preferiu não explicitar qualquer intenção de contrapor-se à mobilização. As declarações do porta-voz da Presidência da República, Carlos Átila - "Que comício? Ninguém sabe onde é"<sup>5</sup> - procuraram transmitir ao público, de modo pouco convincente, uma suposta indiferença palaciana. Essa postura confirmava a impressão geral de falta absoluta de controle da situação por parte do Planalto.

Já pelo lado das oposições, o comício de Curitiba teve um duplo efeito: demonstrou a viabilidade do crescimento da campanha e funcionou como pressão sobre as lideranças oposicionistas mais moderadas, em especial os governadores. Montoro passou a empenhar-se pessoalmente na organização do comício marcado para a capital paulista e Brizola - que poucos meses antes havia proposto um mandato-tampão para Figueiredo como estratégia de transição - se viu obrigado a aderir à campanha de forma efetiva, dispondo-se a participar do comício de São Paulo e programando eventos para o Rio de Janeiro<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> FSP (13.01.84).

<sup>6</sup> *No dia seguinte ao comício de Curitiba, Brizola decidiu manter a convocação de uma passeata monstro no Rio, anunciada por ele um mês antes. "A decisão de Brizola, na verdade, alterou profundamente suas determinações anteriores. Dias antes, preocupado com a irritação causada no presidente Figueiredo com a convocação da passeata, Brizola recuou, adiou sine die a manifestação - marcada inicialmente para depois do carnaval, em março - e líderes do PDT já não acreditavam mais em sua*

Esse novo estado de coisas frustrava, ao menos momentaneamente, os que pretendiam a saída negociada, como Tancredo, e aumentava a instabilidade política e a incerteza quanto aos resultados da gestão econômica<sup>7</sup>.

Quanto aos pré-candidatos do PDS, procuravam demonstrar que não havia razão para mudanças significativas de conduta, e seu comportamento nos dias que antecederam o comício de Curitiba não se revelou muito distinto do dos dias seguintes.

A 9 de janeiro, Aureliano havia se reunido com Figueiredo para cumprir o ritual de relatar-lhe oficialmente sua disposição de concorrer na Convenção do PDS e, na véspera do comício, visitara o empresário Olavo Setúbal, obtendo seu apoio público. Dias depois surgiam especulações a respeito da possibilidade de lançamento da candidatura Setúbal (pelo PTB) para barrar o avanço de Maluf, hipótese que sobreviveu no noticiário por poucos dias.

---

*realização. O governador também havia decidido, para evitar que Figueiredo ficasse mais descontente, não comparecer a nenhuma manifestação pelas diretas, designando para representá-lo o presidente nacional do PDT, Doutel de Andrade" (Veja:18.01.83).*

<sup>7</sup> Interpretando a situação a partir desse ponto de vista, observou o jornalista Carlos Castello Branco: "A situação do país indicaria esse caminho (o da negociação) como o ideal, mas a postura dos presidenciáveis do PDS, de um lado, e a intransigência dos radicais do PMDB, de outro, adiaram para maio ou junho o exame da hipótese. Sem controle da situação política, sem poder paralisar a campanha da oposição sob o risco do naufrágio político, sem candidato que conjugue governo e partido, é improvável que os negociadores da dívida externa transmitam aos credores a sensação de estabilidade política do Brasil no curso da sucessão presidencial e depois dela". "Pela Estabilidade" (Isto É:18.01.84).

Paulo Maluf, que já excursionara pelos Estados Unidos no início do mês à cata de publicidade, procurou novamente ocupar a cena, no pequeno intervalo entre os comícios de Curitiba e de São Paulo (que a essa altura era aguardado com muita expectativa). Em rápida romaria pelos bastidores, reuniu-se com Figueiredo no dia 17, sem que lhe fosse imposto nenhum veto explícito<sup>8</sup>. No dia seguinte visitou Golbery do Couto e Silva e obteve seu apoio na forma de um telegrama, amplamente divulgado. Em seguida, a 19 de janeiro, lançou seu "Programa de Governo" na sede do PDS, em Brasília, com a presença de cerca de 10% dos Convencionais do partido. O texto propunha uma reforma constitucional, uma reforma tributária "ousada e renovadora", a abertura e desestatização da economia, renegociação da dívida, austeridade administrativa e, naturalmente, uma solução para os problemas do Nordeste. Enquanto isso, procurava organizar bases sólidas de cooptação dos convencionais em todos os estados<sup>9</sup>.

Mário Andreazza escolheu o dia 24 de janeiro, véspera do comício de São Paulo para promover o lançamento oficial de sua candidatura, também na sede nacional do PDS, em Brasília. Das quinhentas pessoas presentes, contavam-se 303 delegados à Convenção do partido. Como afirmou o coordenador da campanha

---

<sup>8</sup> "Figueiredo encarregou-se de mostrar que não via o deputado como o desafeto que se imagina", embora lhe tenha censurado a postura no processo sucessório (Isto É:25.01.84).

<sup>9</sup> Além de seu staff paulista, contava com Amaral Neto (RJ), Prisco Viana (BA), Roberto Campos (MS), Flávio Marcílio (CE), Dinarte Mariz (RN) e Fernando Collor (AL), entre outros; cf. Veja (25.01.84).

andreazzista, ex-governador do Paraná Paulo Pimentel, "foi uma formidável demonstração de força"<sup>10</sup>. Principalmente porque na véspera do lançamento o ex-governador da Bahia Antonio Carlos Magalhães, controlador absoluto da bancada baiana, decidira, em reunião com o próprio presidente Figueiredo, apoiar a candidatura do Ministro do Interior, em troca de algum ministério importante no futuro governo. Isso atingia em cheio as pretensões de Aureliano Chaves, que - depois dos acenos de apoio do banqueiro Angelo Calmon de Sá, ligado a A.C.M., algumas semanas antes - já contava com os votos da Bahia.

A impressão, portanto, era de que os presidenciáveis do PDS continuavam normalmente em busca de apoios para a disputa na Convenção, absolutamente indiferentes ao movimento pró eleições diretas que crescia e, em particular, à concentração de Curitiba. Na verdade, porém, eles já se mobilizavam com vistas à nova lógica de situação que se estabelecia, e seu cálculo e sua ação política eram também balizados pelos desdobramentos da campanha, na medida em que a disputa pelos votos de deputados e senadores do PDS se revestia, cada vez mais, de um duplo caráter: era tanto uma busca de apoio na Convenção partidária quanto uma tentativa de assegurar os votos necessários para derrotar a Emenda Dante de Oliveira.

E essa mobilização das forças do regime - ainda que desencadeada com objetivos diversos, conforme o protagonista

---

<sup>10</sup> Cf. IstoÉ (25.01.84).

particular - iria se acirrar ainda mais a partir do lance político seguinte, desferido pelas oposições - e as finalidades com que cada qual agia, no campo oposicionista, não eram menos diferenciadas.

No dia 25 de janeiro reuniram-se na Praça da Sé, em São Paulo, entre 200 e 300 mil pessoas num comício-monstro de seis horas de duração. E ele provocaria o impacto certamente mais importante, até então, sobre os protagonistas localizados na dimensão institucional do conflito.

A meticulosa preparação do evento ao longo das semanas anteriores - por uma comissão suprapartidária que contava, entre outros, com o secretário de governo Jorge da Cunha Lima e o secretário do PT paulista José Dirceu - envolveu diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades, sindicatos e centrais sindicais, associações e igrejas as mais diversas. A divulgação, a despeito de dificuldades com a resistência de algumas TVs, pôde ser feita pela veiculação de filmetes de 15 segundos em diversas emissoras alusivos ao ato. O material impresso era farto - cinco milhões de folhetos, 200 mil cartazes preto e branco, 25 mil cartazes coloridos, seiscentos out-doors - e foi distribuído por estudantes arregimentados pela URE-SP, militantes de diversos diretórios zonais do PT, membros de associações de moradores dos bairros periféricos, Comunidades de Base da Igreja Católica, sindicalistas. O governo do estado se envolveu diretamente na organização. O secretário do interior Chopin Tavares de Lima

convocou pessoalmente os prefeitos. Muitos dos que compareceram eram do PDS, pressionados pelo governo estadual ou pela própria opinião pública em seus municípios. Afinal, na mesma semana do evento, pesquisa do Gallup dava conta de que 75% dos eleitores do PDS apoiavam as diretas "já", além de 87% entre os do PMDB, 90% dos petistas e 94% dos pedetistas<sup>11</sup>.

Eram 16 horas da quarta-feira, 25, aniversário da cidade de São Paulo, quando começaram a se apresentar os primeiros músicos, entre eles Chico Buarque, e a chegar o público, pelo metrô (com catraca liberada), em ônibus ou em passeatas - de funcionários da Caixa Econômica Estadual, de artistas plásticos, etc - pelas ruas laterais à Praça da Sé. Repórteres da Globo, pela primeira vez, tomavam imagens do comício<sup>12</sup>. A partir das 17h30min, a euforia dos oradores e a radicalização do discurso de lideranças costumeiramente moderadas demonstravam que os diversos protagonistas do campo oposicionista percebiam perfeitamente as dimensões do impacto que se seguiria à manifestação. Além do deputado Ulysses Guimarães decretar de vez a "queda da Bastilha", o governador Brizola fez ácidas críticas ao governo Figueiredo. Coube a Lula pedir a manutenção da unidade

---

<sup>11</sup> Cf. IstoR (01.02.84). Sobre a preparação do comício, ver também FSP (eds. de 04, 15, 19 e 25.01.84).

<sup>12</sup> A TV Globo vinha sofrendo uma saraijada de críticas por se negar a destacar a campanha e decidiu inserir, após reunião entre Ulysses e Roberto Marinho na véspera do comício, reportagem de alguns segundos sobre o ato no "Jornal Nacional", embora o tenha apresentado como parte dos eventos comemorativos do aniversário da capital paulista.

das oposições, evitando uma vaia dos petistas ao governador Franco Montoro, que por sua vez proclamou: "há pouco me perguntaram quantas pessoas estão nessa praça: trezentas mil? Quatrocentas mil? A resposta é outra: aqui estão 130 milhões de brasileiros!"<sup>13</sup>

As adesões, é claro, ainda não eram tão unânimes quanto esse clima poderia fazer crer. O empresariado, por exemplo, não se mostrava engajado substantivamente na reivindicação. Mesmo importantes líderes empresariais paulistas, alguns apoiadores declarados das diretas, convidados, não compareceram ao comício, esquivando-se sob pretextos diversos - como Antonio Ermírio de Morais, José Mindlin (CIESP), Laerte Setúbal e Luís Eulálio Bueno Vidigal (ambos diretores da FIESP) - sem mencionar os ostensivamente contra, como Salvador Firace (também da FIESP). Mas a entidade foi representada no palanque por Paulo Francine (vice-presidente), além de Dilson Funaro<sup>14</sup>.

A ausência mais sentida, porém, era a do governador Tancredo Neves, que havia permanecido em Minas para receber o presidente Figueiredo, em visita oficial ao estado. Além de ausente, Tancredo declarou aos jornalistas, ao lado do presidente, que a "radicalização já estava nas ruas" e impedia uma solução de consenso<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> FSP (26.01.84).

<sup>14</sup> Cf. IstoÉ (01.02.84).

<sup>15</sup> Sobre o comício de 25.01 e repercussões: Veja e IstoÉ (01.02.84); OESP (26.01.84) e FSP (26-29.01.84).

Novamente o impacto de uma manifestação pró diretas se fazia sentir sobre diferentes sujeitos políticos.

O governador Tancredo Neves, em particular, se via colocado diante de um problema extremamente delicado: de um lado, a necessidade de mobilizar esforços que contribuíssem para a realização em Belo Horizonte de um comício à altura do de São Paulo, tanto para *assegurar a hegemonia sobre uma ampla parcela da estrutura peemedebista* quanto para mostrar-se inequivocamente em *sintonia com a clara preferência popular*, ambas fontes importantes de recursos; de outro, a vontade política de obter junto aos setores ditos moderados do regime uma solução negociada, seja pelo temor de que a campanha radicalizasse de fato seus propósitos e fugisse ao controle, seja pela pretensão de consolidar-se como o interlocutor preferencial pelo lado das oposições. Desde logo, todo o problema para Tancredo e seu grupo era o de procurar obter a configuração de uma arena de jogo sobre a qual os recursos adquiridos pela participação na campanha ganhassem eficácia na negociação com o regime. E mais: que o impacto da mobilização sobre o sistema político fosse importante o bastante para desestruturar as estratégias governistas que visassem a manutenção pura e simples do regime, mas não tão forte a ponto de romper com os mecanismos institucionais da sucessão.

Tancredo, porém, não era o único protagonista a encarar a questão dessa maneira.

O vice-presidente Aureliano Chaves lançava oficialmente sua candidatura, a 03 de fevereiro, na Assembléia Legislativa de

Minas Gerais. Teve a presença de poucos convencionais do PDS, embora colecionasse apoio de figuras importantes: Geisel, Olavo Setubal, Magalhães Pinto, Francelino Pereira, Hélio Beltrão (que, por intervenção direta de Geisel, renunciou à candidatura em apoio a Aureliano). O alvo de seu discurso no ato, porém, foi mesmo o público externo: "não nos cabe indagar se o povo está preparado para decidir. Cabe, sim, ao povo questionar se estamos preparados para decidir em seu nome", declarou<sup>16</sup>. E foi mais longe: "sou a favor das eleições diretas em todos os níveis. Estão no sentimento do povo e proporcionam maior sintonia entre o governo e a nação"<sup>17</sup>. As assessorias de Aureliano e Tancredo, a essa altura, segundo relatos da imprensa, já se encontravam para estudar as variáveis do conflito. Dada a crescente dificuldade em obter espaço na arena de disputa situada em torno da Convenção do PDS e do C.R., ao vice-presidente interessavam também as eventuais modificações que a incidência da mobilização sobre o sistema político pudesse provocar nas regras da sucessão, embora sua posição não lhe permitisse maiores identidades de propósito com o conjunto das oposições. Suas apostas pareciam muito próximas às do grupo de Tancredo e os discursos de alguns de seus principais apoiadores resumiam naquele momento a posição ambígua de seu grupo. Para Olavo Setúbal, "ele é o homem mais qualificado para ser Presidente e também o único elo possível entre a eleição

---

<sup>16</sup> IstoE (08.02.84).

<sup>17</sup> Veja (08.02.84).

indireta e a opinião pública, que, em sua esmagadora maioria, pede a direta"<sup>18</sup>. Para Ozanan Coelho, ex-vice de Aureliano no governo de Minas, "quando o povo se sentir frustrado, ao ver que não haverá eleição direta, todos os segmentos da sociedade apoiarão o nome de Aureliano, e eu acho muito difícil o povo ser frustrado duas vezes"<sup>19</sup>. Esse ponto de vista, na verdade, trabalhava com três expectativas: a primeira, de que pressões dos grupos sociais dominantes e das elites políticas revertissem o quadro da disputa da Convenção do PDS; a segunda, de que essas pressões rachassem definitivamente o partido situacionista e viabilizassem o nome do vice em composição com parte da oposição; a terceira, de que na então remota possibilidade de eleições diretas, o PDS se visse obrigado a aglutinar-se em torno da candidatura Aureliano, única com chances de granjear apoio popular (àquela altura muito boas, aliás).

O Palácio do Planalto, que nem bem se refizera do comício de Curitiba, já se via pressionado a dar resposta ao evento da Praça da Sé. Mas, ao menos no plano da ação política, o governo ainda não era capaz de articular resposta alguma. Por falta de atitude melhor, era mantida a tática de demonstrar indiferença quanto à campanha e reafirmar que as regras já estavam definidas. O ministro da justiça Ibrahim Abi-Ackel declarou à imprensa que coisas como o comício de São Paulo eram

---

<sup>18</sup> Veja (08.02.84).

<sup>19</sup> IstoÉ (08.02.84).

"acontecimentos corriqueiros". "Sejam quantas forem as pessoas mobilizadas, sejam quantos forem os grandes artistas contratados para divertir o público, não vai mudar nada"<sup>20</sup>.

Já para os sujeitos políticos que se empenhavam na obtenção de eleições diretas para 1984, a situação política não permitia ambiguidades de posição. Ainda longe de contarem com a maioria de dois terços no Congresso e tendo sua ação no plano institucional extremamente limitada pelos mecanismos voltados para a continuidade do regime, montados ao longo das décadas anteriores, sua única aposta possível era no crescimento da mobilização de novos sujeitos políticos e da massa da população em geral em torno de novos espaços de confrontação. Ou seja, o único meio de obter recursos suficientes para a reversão do quadro era apostar na ampliação, até o limite do possível, da campanha das diretas, com seus comícios, atos públicos, passeatas, manifestos publicados na imprensa, debates por toda parte, etc. E isso não era pouco: significava negar uma prática consagrada pelos 15 anos de bipartidarismo (e continuada depois da reforma de 1979), pela qual a oposição institucional reunida no antigo MDB se vira limitada estritamente ao campo de atuação demarcado pelo regime, e dentro do qual lograra crescer graças aos resultados obtidos nos sucessivos pleitos. As praças públicas cheias não desestruturavam apenas a percepção e a conduta do

---

<sup>20</sup> Istoê (01.02.84). A acusação do ministro de que os artistas recebiam cachê para se apresentar nos comícios provocou protestos da categoria, que reafirmava ser a participação totalmente voluntária.

governo Figueiredo ou dos pré-candidatos da situação, mas também e sobretudo de uma boa parte da oposição ao regime, que se via de repente alçada à condição de protagonista de um inusitado movimento, que ganhava iniciativa própria e relativa autonomia com relação a seus supostos líderes.

Desse lado do conflito, portanto, a situação não era menos complexa. Em especial porque, de modo paradoxal, apesar dos sujeitos pró diretas apostarem na subversão dos espaços de confrontação previamente estabelecidos pelo regime para a liberalização política (notadamente o C. E.), essa mesma institucionalidade autoritária impunha ao movimento aquele que se afigurava como seu limite último: a aprovação ou não pelo Congresso da Emenda Dante de Oliveira.

#### A PRIMEIRA REAÇÃO DO REGIME

O início de fevereiro marcou a tentativa de rearticulação das forças identificadas com o regime para responder à campanha.

No comando da candidatura de Mário Andreazza, Antonio Carlos Magalhães lançou, a 06 de fevereiro, uma idéia que logo em seguida seria encampada pelo ministro Leitão de Abreu e se tornaria, como se verá a seu tempo, um elemento importante do conflito: *que o governo tomasse a iniciativa de propor diretas ao Congresso, mas para o sucessor do sucessor de Figueiredo*. Por outro lado, surgiam rumores de que a insatisfação crescente nos

meios militares poderia levar a uma *nova decretação de medidas de emergência em Brasília na votação da Emenda das diretas.*

Mas apesar de circularem desde então nas conjecturas políticas, as idéias de propor "diretas depois" ou de reeditar medidas de emergência não passaram imediatamente ao jogo. A primeira reação do regime foi a *tentativa de reenquadrar a sucessão aos limites previamente estabelecidos.*

Logo depois da curta (e desta vez discreta) interinidade de Aureliano na Presidência entre 07 e 09 de fevereiro, por ocasião de viagem do Presidente à Bolívia, e sob o impacto do anúncio do apoio do vice-presidente à Emenda Dante de Oliveira, os ministros militares advertiram Figueiredo, no dia 10, sobre a "intranquilidade" da caserna diante da mobilização pró diretas, em especial pela organização de um deslocamento de militantes oposicionistas de todo Brasil à capital federal, que vinha sendo chamado de "marcha sobre Brasília"<sup>21</sup>.

Impulsionados, por sua vez, pelo sucesso dos comícios de janeiro, os principais partidos de oposição realizaram uma peregrinação por diversos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste entre 13 e 20 de fevereiro, que ficou conhecida por "Caravana das Diretas", liderada por Ulysses Guimarães, Luís Inácio Lula da Silva e Doutel de Andrade, Presidente do PDT, enquanto que iniciativas diversas faziam a campanha ganhar corpo por todo o país.

---

<sup>21</sup> *Sobre a "marcha" e o anúncio do apoio de Aureliano às diretas "já" ver FSP (eds. de 31.01 e 11.02.84, respectivamente).*

Em Teresina, dia 13, 25 mil pessoas esperavam a "Caravana" numa praça no centro da cidade, para um comício sem artistas. Lá as lideranças oposicionistas se encontraram por acaso com a comitiva de Aureliano Chaves, na capital piauiense em busca de apoios na Convenção do PDS. Convidado pelo comitê pró-diretas local, o vice-presidente não participou do ato apenas por estar com a "agenda cheia", segundo assessores. Logo após o comício, rumores chegavam a Teresina dando conta de que o Presidente convocaria os presidentiáveis do PDS para importante reunião. Aureliano voltou a Brasília. Ulysses marcou uma reunião de emergência da Executiva Nacional do PMDB para a manhã do dia 17, cancelando assim o comício programado para Porto Velho (RR) naquela data. No dia seguinte, 14, em São Luís, 15 mil maranhenses tomaram chuva ouvindo pacientes os 32 oradores da noite, entre os quais a atriz Dina Sfat e a economista Maria da Conceição Tavares<sup>22</sup>.

Em meio a esses acontecimentos, Figueiredo realizava, na tarde do dia 15 de fevereiro, a reunião com Ministros de Estado e os candidatos do PDS, com o objetivo de organizar uma reação à campanha, disciplinar as disputas internas ao partido situacionista - com destaque especial para o comportamento "destoante" de Aureliano - e, com isso, reenquadrar a sucessão<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Cf. Kotscho (1984:49-57).

<sup>23</sup> Os títulos internos das revistas semanais (eds. de 22/02) não deixavam dúvidas sobre o caráter e a importância do fato. Isto é: "Guerra às Diretas. Militares querem derrotar a emenda pró-diretas no Congresso e acabar com a campanha nas ruas";

Presentes, além do Presidente, o vice Aureliano Chaves, os ministros Rubem Ludwig (Gabinete Militar), Leitão de Abreu (Gabinete Civil), Danilo Venturini (Assuntos Fundiários), Octávio Medeiros (SNI), Mário Andreazza (Interior) e Ibrahim Abi-Ackel (Justiça), os senadores José Sarney (Presidente do PDS) e Marco Maciel e o deputado Paulo Maluf.

Figueiredo leu um relatório preparado pelo SNI que sustentava, em sua linguagem militar, ser a campanha das diretas "inspirada" pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e que a "escalada esquerdista" já ameaçava a "segurança nacional". Em vista disso, manifestou as seguintes posições do governo: (a) que a sucessão se faria através do C.E., como previsto; (b) que, portanto, não seria aprovada a emenda Dante de Oliveira e não seria tolerada a "marcha sobre Brasília"; (c) que o PDS deveria necessariamente se unir em torno do resultado da Convenção de setembro para vencer no C.E., sob pena de "derrota certa" em caso contrário. Andreazza e Maluf, também munidos de fotos dos comícios, advertiram os presentes sobre o "perigo vermelho" caracterizado pelas bandeiras dos PCs. Os ministros militares afirmaram ao Presidente que "a continuidade da abertura dependia das indiretas" e disseram que um "retrocesso" político não estava descartado enquanto desfecho possível da crise. O alvo principal das pressões, Aureliano Chaves, no entanto, reafirmou que não se comprometia a apoiar o vencedor da Convenção pedessista

---

*Veja: "As Armas da Indireta. Ministros militares querem conter a oposição".*

(reservava-se no direito de antes observar os "métodos de aliciamento" de convencionais que seriam utilizados por seus adversários) e que defendia as eleições diretas já. Ao final do encontro, declarou à imprensa: "saí da reunião com as mesmas idéias com que entrei"<sup>24</sup>.

O objetivo central da reunião, portanto, não foi plenamente alcançado - a nota oficial que relatou seus resultados limitou-se a informar que a eleição indireta do sucessor de Figueiredo era "parte do processo de abertura" - mas ela repercutiu de forma importante sobre os protagonistas do conflito e deixou a impressão (senão certeza) de que o governo ainda dispunha de recursos consideráveis e de vontade política para utilizá-los. O próprio Tancredo Neves proferiu avaliação pessimista: "o que nos salta aos olhos é que estamos no início de um pequeno retrocesso na abertura democrática"<sup>25</sup>.

Mas a campanha prosseguia: naquela mesma noite, 10 mil pessoas (cerca de 10% da população) se apinharam na praça central de Macapá. No dia seguinte, 16, a tônica do comício de Belém - que contou com a presença de 60 mil pessoas, além de Fafá de Belém e Lúcio Mauro, artistas paraenses - foi a tentativa de se dar uma resposta à reunião de Brasília. Doutel de Andrade afirmou

---

<sup>24</sup> Veja e IstoÉ (22.02.84).

<sup>25</sup> Veja (22.02.84). Carlos Castello Branco interpretou a reunião como algo próximo do que se costumava chamar de "novo surto revolucionário": "Os militares é que tomaram a decisão e a transmitiram ao Presidente João Figueiredo. Este reuniu o auditório e, assumindo o comando, leu a ordem do dia. O fato é, em si, um retrocesso" (IstoÉ:22.02.84).

que "contra o desejo de 120 milhões de brasileiros o governo pretende impor a vontade de quatro cidadãos. É o povo, não somos nós, quem está dando sua resposta a Figueiredo. O regime autoritário morreu. Quem o matou foi o povo na praça pública". No que foi secundado por Ulysses: "Nós somos só eco, não voz. O povo nas ruas está dando sua resposta". E Lula não deixou por menos: "Para soltar aquela nota eles nem precisavam gastar dinheiro com reunião. Bastava um telefonema. Eles estão com medo é da participação da massa popular na campanha pelas diretas"<sup>26</sup>. Enquanto isso, na mesma noite, uma passeata aglutinava 40 a 50 mil pessoas no Rio de Janeiro e uma concentração de 60 mil mineiros tomava o centro de Belo Horizonte, ambos atos preparatórios para os comícios-monstro programados para as duas capitais<sup>27</sup>.

Na manhã do dia 17, a reunião do governo repercutiria de modo importante sobre o maior partido oposicionista e teria desdobramentos na área militar. A reunião da Executiva Nacional do PMDB cancelou a chamada "marcha sobre Brasília" - aliás, tratada na oportunidade como se jamais houvesse sido programada - e a substituiu por um comício na capital federal, marcado inicialmente para 03 de abril<sup>28</sup>. Enquanto isso, no mesmo dia, o chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu desligava-se da comitiva

---

<sup>26</sup> Kotscho (1984:62).

<sup>27</sup> Veja e IstoÉ (22.02.84).

<sup>28</sup> IstoÉ (22.02.84). O PT continuou defendendo a "marcha", cf. FSP (19.02.84).

Presidencial em viagem ao Rio Grande do Sul e dirigia-se ao Rio de Janeiro, onde relatou pormenorizadamente a reunião da antevéspera aos ex-presidentes Ernesto Geisel e Emílio Garrastazu Médici<sup>29</sup>.

Finalmente, nos três dias que se seguiram, a "Caravana das Diretas" completou seu giro fora do centro-sul do país. Dia 18, em Manaus, os líderes oposicionistas colheram um fraco resultado: a oposição truculenta do governador Gilberto Mestrinho (PMDB) ao comício - que gerou conflitos entre a PM e militantes do PCdoB - acabou fazendo com que apenas seis mil pessoas acompanhassem o ato. Mas o comício de Rio Branco teve resultado positivo, levando à praça 7 mil pessoas, no dia 19. Em Cuiabá, dia 20, a presença das 16 mil pessoas no ato foi avaliada como "consagradora" pelos organizadores e a forte carga emotiva, como de hábito, deu o tom dos discursos: "faz escuro mas eu canto, porque o amanhã já está chegando", declamou o coordenador do comitê pró diretas do Mato Grosso, citando Tiago de Melo, quando uma pane elétrica apagou as luzes da praça. "Com o comício de Cuiabá, a Caravana das Diretas completou 22 mil quilômetros de viagem, por 15 estados, reunindo quase um milhão de pessoas nas ruas (...)"<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Veja (22.02.84).

<sup>30</sup> Kotscho (1984:67; cfr. 64-69).

DEPOIS DE BELO HORIZONTE.  
A "LÓGICA DE SITUAÇÃO" CONSOLIDADA

Estes eventos políticos permitiam duas conclusões básicas:

(1) A estratégia inicial do governo (ou falta de uma), pela qual se procurava ignorar a mobilização pró diretas, assim como a primeira tentativa de resposta ao movimento, consubstanciada na reunião de 15 de fevereiro - marcada pela iniciativa eminentemente militar e pela simples reafirmação das indiretas como parte da agenda previamente estabelecida pelo regime para a abertura - mostraram-se *inócuas*, de um ponto de vista substantivo, frente ao avanço da campanha.

(2) Por outro lado, a campanha das diretas ganhara *consistência política* - pela cada vez mais consolidada articulação de lideranças partidárias e pelo aprimoramento organizativo possibilitado pelo surgimento de inúmeros comitês pró diretas em todo país - e ganhara também *caráter de movimento nacional de massa* - como o demonstrava a contabilidade das adesões, já então computadas em milhões de cidadãos, bem como a relativa autonomia assumida pelos diversos focos dessa ampla teia de aderentes no que tange à iniciativa das ações.

Neste particular, é importante frisar o papel desempenhado pelos Comitês Pró-Diretas. Invariavelmente formados por entidades representativas da "sociedade civil" e partidos de oposição, contavam às vezes também com a presença de

representantes de movimentos sociais e populares urbanos e mesmo de instituições públicas. Funcionaram como fórum de organização das ações e como espaço de canalização de demandas societárias<sup>31</sup>.

Isso posto, um novo evento político, o comício-monstro de Belo Horizonte, consolidaria a nova lógica de situação com base na qual os protagonistas definiriam suas apostas.

Cerca de 300 mil mineiros<sup>32</sup> fizeram aquele 24 de fevereiro parecer "final de Copa do Mundo", tomando a praça Rio Branco, em frente à Rodoviária, "subindo um quilômetro pela Av. Afonso Pena, até o Parque Municipal de Belo Horizonte, ocupando as ruas transversais, acotovelando-se na janela dos prédios, na

---

<sup>31</sup> O Manifesto de criação do "Comitê Estadual Pró Eleições Diretas para Presidente" do Piauí, por exemplo, datado de 12 de janeiro, declara o objetivo de "colocar nas ruas a campanha (...) em nossos estado", arrolando a programação de atividades como "comícios, plebiscitos, eleições simuladas, passeatas, shows, debates" e é firmado por 60 signatários, que vão desde o "PMDB de Angical" até a "Prefeitura Municipal de Oeiras", passando por vários Centros Acadêmicos, associações de moradores, comitês de mulheres, Comunidades Eclesiais de Base, etc. O Manifesto do "Comitê Ceilândia (DF) Pró-Diretas", na mesma linha, declara-se constituído por "partidos políticos, sindicatos e associações de classe patronais e de empregados, entidades autônomas e liberais, associações de moradores e grupos representativos de bairros ou invasões, clubes de serviços, entidades religiosas católicas, protestantes e espiritualistas e todo o povo em geral". E ainda - o que é mais curioso - acrescenta objetivos locais como pontos de ação do Comitê, conclamando: "Ceilandenses: (...) sabe-se que a cidade de Ceilândia ainda tem o aspecto de favela e bateremos contra isso, seus lotes e casas não devem continuar promiscuos e super-habitados; haveremos de influir junto às autoridades para que ofereçam áreas próprias à erradicação dos inquilinos de fundo de quintal (...)" (Cf. panfleto sem data).

<sup>32</sup> 200 mil segundo IstoÉ; 250 mil, segundo Veja; mais de 300 mil segundo FSP.

maior manifestação cívica de Minas Gerais e do Brasil (...)”<sup>33</sup>, superando em volume o ato mais espetacular da campanha até então, o da Praça da Sé.

O próprio Tancredo Neves presidiu a comissão suprapartidária organizadora do comício, sediada no diretório regional do PDT, que contou com a participação ativa de todos os partidos de oposição e das mais importantes entidades representadas no estado. O governador também se encarregou pessoalmente de detalhes delicados, como pedir ao comandante da II Divisão do Exército que não colocasse homens de prontidão (“a responsabilidade é toda minha”, teria declarado) e ao Presidente do Banco Central, Celso Pastore, que não determinasse o fechamento das agências bancárias no dia do comício para não esvaziar o centro da cidade, ou ainda negociar com o PCdoB para que as temidas bandeiras vermelhas não fossem ostensivamente apresentadas. De modo que, a partir do meio dia daquela sexta-feira as imediações do gigantesco palanque começaram a ser tomadas pela multidão, composta pelas caravanas do interior ou pelos que chegavam em passeatas (com “panelaço”) e “carreatas” (estas com “buzinaço”), tendo ao fundo o centro da cidade apinhado como nunca, sem policiamento ostensivo do exército e sem o colorido comunista. De totalmente vermelho, só as bandeiras do PT<sup>34</sup>. De resto, impossível resumir aqui os detalhes (relatados nas

---

<sup>33</sup> Kotscho (1984:81).

<sup>34</sup> IstoÉ (28.02.84).

crônicas) da festa, que começara na véspera, atravessara a madrugada e se estendera por todo o dia, com direito a papel picado e um sem número de dizeres em faixas e cartazes (*"diretas quae sera tamen"*, "vai raiar a liberdade nas diretas do Brasil", etc) e de palavras de ordem ("um, dois, três, Maluf no xadrêz", "abaixo a Rede Globo", "um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o Presidente do Brasil").

Atores famosos havia muitos (Denis Carvalho, Renata Sorrah, Isis de Oliveira, Marcos Paulo, Bruna Lombardi, Raul Cortez, Maitê Proença), cantores também (Maria Betânia, Chico Buarque, que levantou o povo com "a gente vai levando as diretas", além de Simone puxando o indefectível "Caminhando e Cantando" de Geraldo Vandré), sem falar na presença do centro-avante Reinaldo, ídolo absoluto do Atlético Mineiro. E o palanque quase não aguentou o peso destes somado ao dos políticos, incluindo os governadores Gerson Camata (ES), Wilson Martins (MS), José Richa (PR), Franco Montoro (SP) e Leonel Brizola, que prometeu: "vamos estar à altura desse acontecimento no Rio de Janeiro". Mas o dono da festa, como se tornou comum dizer naquelas ocasiões, era o povo lá embaixo<sup>35</sup>.

Ulysses fechou os discursos já à noite ("pela história

---

<sup>35</sup> Um comentário de Veja (29.02.84) é ilustrativo do caráter de "festa cívica" das manifestações, que as diferenciava de comícios normais: "Assim como é falsa a noção segundo a qual se vai aos comícios das diretas para ver artistas, é engano acreditar que a multidão se agrupa para se convencer com discursos. As pessoas vão às ruas simplesmente para mostrar ao governo e ao congresso que elas querem votar para presidente".

e pelo peso de Minas, acho que a emenda das diretas foi aprovada hoje"), sucedido pela multidão, que cantou, em sequência, o "Peixe Vivo", o Hino da Independência e o Hino Nacional, antes de começar a se dispersar<sup>36</sup>.

Era a maior manifestação da campanha. Também a maior da história política brasileira até então.

Conforme se apontou no início, tomado em seu significado imediato, um evento de tais proporções consolidava um cenário político - e uma lógica de situação inerente a ele - que já vinha sendo desenhado desde o final de 1983 e que as forças políticas que atuavam a partir do regime, até aquele momento, procuraram ignorar ou se mostraram incapazes de enfrentar. Um cenário essencialmente adverso ao regime autoritário, no qual o equacionamento do problema *sucessão presidencial* - e inclusive a discussão do conteúdo político do futuro governo, projetado pelos artífices da abertura como o coroamento da transição política - só seria possível com a definição das *regras sucessórias*, postas em xeque, de modo incontornável, pela emergência da dimensão societária do conflito. A palavra *impasse*, ali, se impunha.

Após o comício de Belo Horizonte, portanto, a cúpula do executivo, cuja tarefa política de fundo era viabilizar uma candidatura que fosse capaz de cimentar as diversas forças que gravitavam em torno do regime - e com isso completar a chamada "transição democrática" com relativo controle da situação - se

---

<sup>36</sup> Cf. FSP e OESP (25.02.84).

via diante de dois vetores contrários a esse propósito: (a) de um lado, o enorme acúmulo de recursos da campanha das diretas, que impedia qualquer definição do quadro sucessório antes da definição das regras da sucessão e, de quebra, solapava irreversivelmente a legitimidade da sucessão via C.E., qualquer que fosse o resultado da votação da *Emenda*; (b) de outro lado, os próprios pré-candidatos do PDS, cujo confronto em busca de apoios para a Convenção partidária inviabilizava o consenso e impedia mesmo que o governo costurasse uma estratégia unitária de ação.

Em vista disso, o *fator tempo* passava a ser uma das variáveis mais relevantes, na medida em que enquanto durasse a mobilização (ou o "impasse") nenhuma tomada de posição podia ter suas consequências calculadas de forma conclusiva, dadas as inúmeras possibilidades em aberto, e nenhuma estratégia visando a sucessão, da parte de qualquer dos sujeitos políticos presentes, seria possível<sup>37</sup>.

Não era outra a preocupação do ministro Leitão de Abreu quando, apenas três dias após o evento de Belo Horizonte - e tendo já em vista o próximo da agenda, no Rio de Janeiro - reuniu-se com os líderes do PDS no Congresso, Aloísio Chaves e Nelson Marchezan para discutir a possibilidade de *antecipar-se a data prevista para a votação da emenda Dante*, até então marcada

---

<sup>37</sup> Era exatamente essa a percepção dominante no momento: "Abril, ou melhor, o dia de votação da emenda das eleições diretas, de qualquer forma, passa a ser uma data decisiva. Antes que se afaste da cena o espectro da eleição direta, aprovando-se ou rejeitando-se a emenda, nenhuma posição pode ser assumida em definitivo" (IstoÉ:29.02.84).

para o dia 11 de abril. O temor, naturalmente, era de que o tempo trouxesse água ao moinho das diretas, como o havia demonstrado o vice-líder do PDS na Câmara, José Lourenço, ao declarar que votaria a favor da emenda oposicionista.

Mas o PMDB, conforme posição manifestada pelo líder Freitas Nobre, não pretendia antecipar as coisas. No próprio governo, também, havia quem imaginasse a possibilidade de um arrefecimento do movimento, caso se deixasse a votação o mais distante possível. Além disso, dificilmente algum acordo político poderia ser obtido naqueles dias, às vésperas do Carnaval. No mais, alguns pronunciamentos com críticas pesadas e insultos ao Presidente Figueiredo, feitos pelo deputado João Cunha (PMDB-SP) - que provocaram a emissão de uma nota conjunta dos ministros militares<sup>38</sup> - foram o único distúrbio a incomodar a quase letargia que a perspectiva do Carnaval trouxera.

Quanto a este particular, um ligeiro comentário: o "Carnaval das Diretas" era, de fato, o que faltava para deixar claro o caráter de festa popular que aquela reivindicação a princípio estritamente política havia assumido. Bonecos

---

<sup>38</sup> João Cunha, no lançamento da Frente Municipalista pelas Diretas, no dia 23.02, em São Paulo, chamou Figueiredo de "chefe da quadrilha enquistada no Planalto". A nota militar, datada de 28.02.84 e assinada por Walter Pires (Exército), Maximiano da Fonseca (Marinha), Délio Jardim de Matos (Aeronáutica) e Waldir de Vasconcelos (EMFA), dizia: "As Forças Armadas (...) não podem aceitar as ofensas que têm sido endereçadas ao seu comandante supremo e às instituições militares por maus brasileiros que, possuídos de intuítos inconfessáveis, voltam-se exclusivamente para a agitação" (Veja e Isto: 07.03.84).

representando "Paulo Maluco" ou "Aureliano Chavão", letras de samba-enredo satirizando políticos, Delfim Netto como alegoria da Mangueira e um "bloco das diretas" organizado às pressas em cada cidade do país construíram - por um instante - vínculos entre a efervescência do momento político nacional e práticas habitualmente não-políticas, politizaram o dia-a-dia do chamado "homem da rua". O Carnaval de 1984 foi, como qualquer outro, uma pausa na atividade política habitual - a institucional sobretudo - mas a campanha das diretas, ao contrário, aproveitou o momento para instalar-se na percepção coletiva como ponte entre o distante mundo dos gabinetes, palácios ou plenários e o cotidiano do homem comum. Já agora não apenas o desejo de votar adquiria formato consensual: a própria campanha, em si, tornava-se estuário de relações sociais as mais variadas, espaço de participação política e reivindicação tanto quanto de sociabilidade.

Só depois das cinzas da quarta-feira a urgência em definir um calendário para o conflito voltou a atazanar os protagonistas da crise.

A quinta, 08 de março, foi um dia chave.

Pela manhã, uma reunião do comando político do governo - que contou com as presenças dos ministros Leitão de Abreu, Ludwig, Abi-Ackel, Passarinho, Medeiros, Venturini; dos líderes Marchezan e Aloísio Chaves e do Presidente do PDS, Sarney, além de Figueiredo - trouxe à pauta a discussão da melhor data de votação e de formas concretas para barrar a aprovação da Dante na

Câmara. Optou-se pela data de 25 de abril e discutiu-se oficialmente pela primeira vez a possibilidade de o governo enviar uma emenda alternativa propondo eleições diretas para 1988, o que provocou o início de uma forte tensão entre os grupos de Leitão/Marchezan, favoráveis à medida, e de Abi-Ackel/Medeiros, contra. Dado o impasse, a decisão sobre o assunto foi adiada. Várias táticas de resistência à aprovação da emenda oposicionista foram, também, sugeridas<sup>39</sup>. No entanto, o que chamava a atenção nos resultados dessa reunião era que, mesmo diante de uma situação que seria considerada de relativa facilidade em outras circunstâncias - tudo que o governo precisava, afinal, era que 24 de seus 45 senadores votassem contra para barrar a Dante, na remota hipótese desta ser aprovada na Câmara - apesar disso, reinava um clima de extrema incerteza entre os diversos grupos governistas e do PDS.

Atento observador dos meandros da política palaciana, o deputado Thales Ramalho, totalmente cético em relação às possibilidades da emenda das diretas até a eclosão dos comícios de São Paulo e Belo Horizonte, via fundamento nesses temores:

---

<sup>39</sup> *Fórmula Sarney: o governo evitaria o quórum a 25.04, derrotaria a Dante e enviaria sua proposta depois, dando, assim, demonstração de força. O inconveniente era a falta de garantias de que a bancada acataria a orientação. Fórmula Marchezan: o governo enviaria a proposta de "diretas 88" antes de 25.04, levando a vantagem de tomar a iniciativa e oferecer alternativas aos pró-diretas do PDS. O inconveniente era a possibilidade da oposição alterar a data para 1984 e fazer refluir a iniciativa. Fórmula Passarinho: PDS daria quórum para votação e rejeitaria emenda por voto de liderança. O inconveniente era contar com uma inexistente coesão da bancada. Veja (14.03.84).*

"A mobilização pelas diretas já superou qualquer outro movimento da história política do país, e o governo sabe que, se não houver alternativas, o Congresso aprovará a emenda Dante de Oliveira, com o apoio de uma parte do PDS"<sup>40</sup>.

Na tarde da mesma quinta-feira, uma rápida reunião entre o Presidente do Congresso Nacional, senador Moacyr Dalla, e os líderes de todos os partidos políticos representados na casa, ratificou a data de 25 de abril para a votação da emenda<sup>41</sup>.

Fixada a data, cada protagonista do conflito tinha pela frente 48 dias para traçar e executar sua estratégia. Uns apostando no crescimento e/ou radicalização da campanha, outros em seu esvaziamento.

---

<sup>40</sup> Veja (14.03.84).

<sup>41</sup> FSP (09.03.84).

## CAPÍTULO QUINTO

## OS CONTORNOS DO INDEFINIDO

O aspecto mais marcante da campanha das diretas, é desnecessário repetir, foi sua capacidade de trazer de volta à cena política - desta vez em dimensões inusitadas - as grandes manifestações de massa.

Embora a campanha não se tenha restringido a uma sequência de atos públicos e embora destes últimos não seja possível inferir toda a complexidade da conjuntura, as manifestações foram, por um lado, a maior fonte de recursos do movimento e, por outro, os marcos que balizaram o *timing* da ação, periodizando o conflito.

Nesse sentido, conforme já se deve ter feito claro a essa altura:

(1) as manifestações deram materialidade ao consenso construído pela opinião pública, tornando inequívoca a legitimidade da demanda e ampliando o grau dessa legitimidade conforme se firmava o caráter massivo do movimento.

(2) o fato, já assinalado, de que a campanha se tornou o referencial básico da lógica de situação dominante na conjuntura gerou, para além de inúmeras outras, a seguinte consequência: conforme os momentos de ascenso ou descenso na sequência das manifestações, observaram-se *oscilações de comportamento* nos protagonistas do conflito.

As disputas por vezes observadas em torno do número de presentes às concentrações - embora essa questão tenha sido minimizada pelas principais lideranças - não eram, em absoluto, querelas sem fundamento.

Prescreve um manual sobre o tema, em assertiva aparentemente óbvia, que uma manifestação será tanto mais *eficaz* quanto maior o número de manifestantes<sup>1</sup>. Não, porém, porque os destinatários responderão de modo favorável à demanda *na mesma proporção* do apoio com o qual ela conta, mas porque manifestações de massa têm por objetivo, via de regra, convencer esses destinatários - necessariamente localizados na institucionalidade política e detentores de poder decisório - do apoio popular de

---

<sup>1</sup> Ver, sobre esse particular, Castresana (1976:139-140).

que gozam as teses defendidas por determinados sujeitos políticos.

Do mesmo modo, o sucesso de uma manifestação, numericamente aferido, serve como reforço do auto-convencimento dos próprios sujeitos políticos demandantes (nesse caso, convencimento não da justeza da reivindicação, mas sobretudo de sua viabilidade) e, portanto, como fator de reprodução ampliada do movimento. O número é a medida da extensão da opinião pública e, ao mesmo tempo, quem cria a "opinião sobre a opinião".

Note-se também que o número de manifestações, o número de presentes a cada uma delas e a frequência com que se realizam, são variáveis de teor ambíguo: seu crescimento gera um estoque de recursos creditado aos demandantes mas, de outra parte, gera a necessidade de um *crescimento continuado*. Em outros termos: atos públicos adensam o movimento, mas exigem novos atos públicos, de preferência em maior número, maiores e realizados mais amiúde. Um comício pequeno ou não tão grande quanto se esperava, ou um intervalo eventualmente maior entre comícios de grande importância poderiam dar ocasião e fomento à mobilização de sujeitos políticos com objetivos diversos ou, por outra, provocar mudanças na orientação de alguns protagonistas das manifestações, que seriam compelidos a buscar recursos em outras fontes.

Um movimento como o de que tratamos *só se mantém com eficácia enquanto é capaz de ampliar a si próprio*, coisa que, é óbvio, não se pode fazer indefinidamente. Daí, também, a efemeridade dessas conjunturas.

A partir desse ponto de vista, chegamos ao perfil do presente capítulo.

Os momentos em que declina a retro-alimentação da opinião pública - esse processo de renovação do convencimento de uns sobre outros e de cada um por si próprio - são propícios para que tanto certos destinatários das manifestações quanto alguns dos outros sujeitos políticos mobilizados, procurem dar ao conflito um encaminhamento diverso do apontado pela opinião pública.

Não é por outro motivo que os intervalos entre os maiores comícios da campanha foram certamente os momentos mais tensos.

Em particular, o espaço de tempo decorrido entre o comício de Belo Horizonte - a 24 de fevereiro - e a gigantesca concentração da Candelária, no Rio - a 10 de abril - foi o ponto de maior *instabilidade política* verificada em todo o conflito.

Se fosse possível montar um gráfico que indicasse a variação objetiva do estoque de recursos acumulado pelos sujeitos políticos pró diretas no intervalo entre esses dois grandes comícios, provavelmente sua curva seria descendente.

Mas a instabilidade da situação residia justamente no fato de que, sendo o conflito algo muito diverso de um jogo de "soma zero", a ausência momentânea de manifestações de massa - que, diga-se, não significou um arrefecimento puro e simples da campanha - não correspondeu ao fortalecimento relativo dos protagonistas identificados com o regime.

Na verdade, o momento de que tratamos apenas explicitou de modo particular - pelo aumento de instabilidade que o caracterizou - a tensão, presente ao longo de toda conjuntura, entre duas tendências quanto ao encaminhamento da mobilização e ao seu desfecho: de um lado, o investimento na ampliação da emergência da dimensão societária do conflito e a consequente tentativa de derrotar o regime pela quebra de seu principal mecanismo institucional de reprodução política, o Colégio Eleitoral; de outro, o objetivo de fazer refluir o conflito à sua dimensão institucional, isto é, a intenção de superar o regime com base na própria institucionalidade vigente, incorporando parte dos sujeitos políticos a ele ligados. Ou, em outros termos: a lógica da ruptura *versus* a lógica da negociação.

O que fazia a complexidade da situação era a extrema diversidade de posições assumidas pelos sujeitos políticos (individuais ou coletivos) em face dessas duas alternativas, tornando, assim, a díade regime *versus* oposição de todo insuficiente para a compreensão do conflito.

Quando deixamos nossos personagens, no final do capítulo anterior, a questão colocada, naqueles primeiros dias de março de 1984, era justamente a de definir as táticas para tentar aprovar ou rejeitar a emenda das diretas, tendo como referência as apostas na ampliação ou no esvaziamento da campanha.

Acompanhemos os passos da disputa.

## MAIS UMA VEZ, A LÓGICA DA NEGOCIAÇÃO

Março, por certo, não começara bem para o Palácio do Planalto. Uma pesquisa do Gallup, realizada no dia sete, apontava índice significativo de reprovação popular ao governo Figueiredo<sup>2</sup>.

A perda de popularidade e o temor da exposição à execração pública atingiam também o PDS que, além da já configurada fratura interna (o grupo "pró-diretas"), dava sinais de preocupação também a partir de sua cúpula.

"O PDS não se pode caracterizar como um partido de atitudes negativas, que vence pela inércia. O movimento pelas diretas está canalizando insatisfações populares"<sup>3</sup>,

argumentara o líder Nelson Marchezan, em defesa do envio de uma emenda alternativa, pelo próprio governo, propondo diretas para depois.

A idéia de uma emenda alternativa às diretas "já", aliás, foi um importante divisor de águas naquele momento, no

---

<sup>2</sup> As respostas à pergunta "como vai o governo Figueiredo?" indicaram os seguintes números; muito bem: 5%, bem: 21%, regular: 39%, mal: 11%, muito mal: 17%, embora o Gallup computasse a categoria "regular" como desaprovação (Veja:14.03.84). Com base nesse mesmo critério, alguns importantes governadores oposicionistas obtiveram popularidade negativa (em fevereiro): Tancredo Neves com -12%, Montoro com -44% e Brizola com -46%; enquanto que José Richa obtinha +21% e os situacionistas Esperidião Amin e Iris Rezende obtinham, respectivamente, +18% e +16% (Veja:21.03.84).

<sup>3</sup> Veja (14.03.84).

terreno do regime e no da oposição.

A questão de fundo a ela subjacente não poderia ser mais relevante: para além de derrotar a campanha, tratava-se de definir, do ponto de vista do regime, em que ritmo o processo de abertura - mais uma vez açodado por pressões políticas tanto de cunho institucional quanto societário - prosseguiria. Do ponto de vista das oposições, a interposição de uma proposta de alongamento no calendário recolocava em novos termos o velho problema da interação oposicionista com aquele mesmo projeto do regime, a abertura.

Agora, porém, estava em jogo a possibilidade de um desfecho que derrotasse a própria estratégia da transição "lenta, gradual e segura". Esse, provavelmente, seria o significado político mais relevante de uma vitória das "diretas já".

A mencionada reunião da manhã de 08 de março havia sido a primeira a tratar das táticas do governo. Nela, o ministro Leitão, percebendo a oposição da maioria dos presentes ao envio da proposta de diretas em 1988, procurara adiar a decisão sobre o tema. Ato contínuo, movimentou os líderes Marchezan e Aloísio Chaves, que promoveram uma enquete entre deputados do PDS. Dos 215 parlamentares ouvidos, 64 se manifestaram contra o envio de qualquer emenda e 151 a favor, sendo que destes últimos 100 eram favoráveis ao envio da emenda alternativa antes da votação da Dante de Oliveira no dia 25 de abril<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. Veja (21.03.84).

Paralelamente, desenrolava-se desde o início do mês uma intensa movimentação de bastidores, marcada pela indisposição entre os ministros Leitão e Abi-Ackel, e que incluía pressões das diversas facções governistas sobre o chefe do Executivo. Tal disputa fez pano de fundo à manifestação pública do Presidente Figueiredo em rede nacional de rádio e TV no dia 15, convocada para comemorar o quinto aniversário de seu governo. Nela, o Presidente defendeu a legitimidade do Colégio Eleitoral e acenou com o envio da emenda:

"Mudar o sistema de eleição agora seria verdadeira cassação do mandato que os eleitores deram aos integrantes do Colégio Eleitoral (...). Eu espero terminar meu mandato vendo incorporadas na Constituição as eleições diretas, mas para vigorar nas futuras sucessões do Presidente"<sup>5</sup>.

No dia seguinte ao pronunciamento, 16 de março, em nova reunião política do governo, na Granja do Ipê, residência oficial do Ministro Chefe do Gabinete Civil, a definição das táticas voltou à pauta. Os números da enquete com a bancada do PDS na Câmara foram postos na mesa. Ao final, ficou acertado que o ponto central da tática contra a aprovação da Dante de Oliveira seria o envio, antes de 25 de abril, de uma emenda de autoria do governo, propondo diretas provavelmente para 1990, sendo que esta data estaria sujeita a eventuais negociações com a oposição.

---

<sup>5</sup> Veja (21.03.84).

Essa decisão, porém, estava longe de unificar as forças governistas: a questão da data renderia ainda muita divergência.

Do mesmo modo, também em relação aos oposicionistas, as variáveis em jogo produziam comportamentos diversos.

Desde o dia 09, o PMDB, ao menos oficialmente, se opunha a um acordo que adiasse as eleições diretas. Em reunião que contou com as presenças de Ulysses Guimarães, dos governadores Franco Montoro e Tancredo Neves e dos líderes no Congresso, deputado Freitas Nobre e senador Humberto Lucena, o partido decidiu que não negociaria com o governo uma emenda que previsse diretas para 1988, embora não se descartasse a possibilidade de um acordo em torno da emenda do grupo pró-diretas do PDS, então em preparação, que proporia diretas "já", redução do mandato do Presidente para quatro anos, ampliação das prerrogativas do Congresso e fim da fidelidade partidária.

O grupo não conciliador do PMDB se mantinha fiel a essa posição. Em entrevista à revista *Veja*, o deputado Dante de Oliveira admitia o "diálogo" do partido com setores do governo, mas sem que isso compromettesse o esforço pela aprovação de sua Emenda.

"Só se poderá conversar sobre a proposta de eleições diretas já. Aceitar qualquer outra coisa seria uma traição ao povo, que está indo às ruas a favor das

eleições diretas já"<sup>6</sup>.

Mas isso não eliminava, naturalmente, o cálculo baseado na hipótese de não aprovação da Emenda Dante de Oliveira, na verdade a hipótese mais provável.

E o momento de incerteza contribuía decisivamente para que se especulasse sobre os cenários e os comportamentos a serem adotados nesse caso.

As certezas compartilhadas pelo conjunto das oposições eram apenas as de que o Planalto estava mobilizado para derrotar a emenda das diretas e de que investir na aprovação da mesma a 25 de abril era a única posição política possível. Mas ganhava corpo entre os moderados do PMDB uma outra convicção, que tornava ambígua sua ação política: a de que um processo de negociação com grupos políticos identificados com o regime, a ser apresentado publicamente como alternativa viável após a derrota da Dante, *seria tanto mais favorável aos oposicionistas quanto mais cedo fosse iniciado*. Em outros termos, negociando já antes de uma eventual derrota da emenda, os moderados oposicionistas disporiam de muito mais recursos do que se iniciassem os entendimentos como derrotados. Além do mais, num momento em que arrefecia o impacto das manifestações de massa, principal fonte de recursos, esses sujeitos tenderiam a buscá-los também em outra parte. E não se deve esquecer, ainda, que recursos políticos adequados a um fim como a aprovação da emenda das diretas não se prestariam

---

<sup>6</sup> Veja (21.03.84).

necessariamente a um fim como construir uma candidatura de "consenso".

Do lado oposto do tabuleiro, o conflito de posturas desenhado nas hostes do regime propiciava um ambiente favorável ao desenvolvimento dos dilemas da oposição moderada.

O grupo de Leitão de Abreu trabalhava com o pressuposto de que a impossibilidade prática de qualquer grupo político isolado fazer o futuro presidente empurraria o processo para o caminho da negociação. Sondagens preliminares promovidas por Leitão junto a opositoristas de São Paulo, Minas, Paraná, Bahia e Pernambuco confirmavam essas expectativas.

Thales Ramalho, nessa linha, observava:

"Nós estamos na maior crise econômica que o país já viveu e diante de uma das maiores campanhas populares de sua história. Não podemos achar que numa situação dessas, um só grupo pode dizer como as coisas devem acontecer"<sup>7</sup>.

Especulações que circularam pela imprensa em março apontavam também a possibilidade de que o grupo do Gal. Octávio de Medeiros estivesse articulando uma outra candidatura, para fugir do desgaste de Maluf e Andreazza, possivelmente a do Gal. Costa Cavalcanti, presidente da Itaipú Binacional.

As chances da Dante, por outro lado, davam de fato margem a ampla incerteza. Maluf garantia, com base nos votos que

---

<sup>7</sup> Veja (21.03.84).

Julgava já garantidos, que "no senado ela não passa de jeito nenhum", enquanto que para Marco Maciel, por exemplo, "se uma emenda dessas passar na Câmara, eu duvido muito de que o senado a derrube"<sup>B</sup>. As tentativas de dar o caso por encerrado, apresentando os nomes dos deputados que derrubariam a emenda, em nenhum momento tiveram êxito. Ainda em janeiro, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) afirmara dispor de uma lista com as assinaturas de mais de um terço dos deputados manifestando-se contra as diretas, mas ela nunca foi revelada. No dia 13 de março, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) procurou reunir num só evento todos os que defendiam a "manutenção das regras do jogo", mas só obteve o comparecimento de insuficientes 65 deputados. Uma parte significativa do PDS, portanto, levava em conta o desgaste do regime, o crescimento (em termos de opinião pública) da candidatura mais liberal de Aureliano Chaves e, obviamente, as dimensões da campanha das diretas.

Enquanto isso, porém, os presidenciáveis Maluf e Andreazza prosseguiram na tarefa de obter os votos que, ao mesmo tempo, os levassem à vitória na Convenção pedessista e servissem para derrotar a emenda Dante. Apostavam na possibilidade de que, no caso de uma sucessão via C.E., ao contrário do que esperavam todos os demais protagonistas, o candidato do PDS seria o futuro presidente.

Assim se desenhava a situação.

---

<sup>B</sup> Veja (21.03.84).

"Recordando. O governo quer a eleição indireta. Os candidatos Maluf e Andreazza lutarão entre si na Convenção, mas, vitorioso um ou outro, dificilmente ganharão no Colégio. Se um deles ganhar, o país entra em comoção. O governo, por uma de suas alas, procura o quinto nome. Por outra ala, formalmente mais forte, tentará a conciliação com a oposição em busca de um programa comum e de um candidato comum (...). Esse raciocínio não é faccioso, ele é armado na base de fatos e realidades facilmente observáveis"<sup>9</sup>.

Diante desse quadro, também era facilmente observável a mencionada ambiguidade de personagens importantes do campo oposicionista.

Um segundo ensaio de negociação, mais especulativo que conclusivo - semelhante, portanto, ao verificado no final de 1983 - passara a ocupar (ao menos enquanto novas multidões não fornecessem novas manchetes) a primeira página dos jornais.

Como ilustração, basta mencionar a postura dos principais governadores da oposição. Num momento de expectativa em relação aos grandes comícios previstos para a reta final da campanha, eles se afastaram da organização direta dos eventos. Montoro anunciou que o Palácio dos Bandeirantes estaria fora da preparação das manifestações previstas para o Anhangabaú, na

---

<sup>9</sup> C. Castello Branco "Para Que? Para Nada?" (IstoB:21.03.84).

capital paulista, em abril. Tancredo conseguira adiar um comício previsto para 23 de março em Uberlândia (MG), porque Figueiredo visitaria a cidade no dia seguinte. Brizola procurava adiar o comício da Candelária, Rio, queixando-se do surgimento de um inesperado cálculo renal.

Foram invocadas também razões econômicas, isto é, o preço muito alto dos comícios. E haveria que se considerar, certamente, as dificuldades de relacionamento político entre os governadores e os componentes dos comitês suprapartidários pró-diretas (a essa altura organizados em todos os estados importantes) como parte dos motivos do afastamento. Os governadores vinham apresentando atuações bastante moderadas (Brizola chegou a aproximar-se significativamente do Presidente Figueiredo), enquanto que os comitês, por outro lado, eram predominantemente compostos por militantes de esquerda<sup>10</sup>. Mas, a julgar pelas avaliações então correntes na imprensa, o afastamento dos governadores da organização dos comícios da fase final - embora isso não tenha significado afastamento explícito da campanha - tinha a intenção de "evitar ampliar a distância que

---

<sup>10</sup> Conforme assinalado no capítulo anterior, a composição dos comitês suprapartidários pró-diretas era variada, mas a cúpula diretiva desses organismos a nível estadual era geralmente composta pelos representantes dos partidos de oposição, em especial PT e PMDB, e das principais entidades, sobretudo OAB e CUT. O comitê nacional não era exceção: partidos oposicionistas, OAB, ABI, CUT, Conclat, UNE e ANDES. Seu coordenador era o deputado Airton Soares, líder da bancada do PT na Câmara.

separa a oposição do Planalto"<sup>11</sup>.

A lógica da negociação, por um momento mais, disputava espaço na situação com a lógica produzida pela evolução da campanha.

O dia 21 de março abrigou, coincidentemente, alguns dos melhores exemplos dessa tensão.

O comitê pró diretas do Rio programara para aquela data, contra a vontade de Brizola, uma passeata, em substituição ao comício, que fôra adiado para 10 de abril. Apesar do boicote velado do governador - que desaconselhou o comparecimento das demais lideranças nacionais - e com a presença de poucos artistas, a passeata (que começou às 15h30min) ocupou mil e quinhentos metros da Av. Rio Branco, entre a Igreja da Candelária e o Obelisco, com 150 mil pessoas (segundo a PM) ou 300 mil (segundo os organizadores), superando as dimensões da legendária "passeata dos cem mil", de 1968. Os manifestantes, em meio aos já conhecidos *slogans* pró-diretas, não pouparam o enfermo Brizola: "cálculo renal agrada General", repetia um coro. Lideranças políticas expressivas, só mesmo Luís Carlos Prestes, que fez rápido discurso - rompendo um acordo que vetava a fala de representantes dos partidos clandestinos - e o presidente do PT Luís Ignácio Lula da Silva, que discursou já no início da noite, resumindo, com suas críticas à lógica da negociação, as oscilações do cenário político:

---

<sup>11</sup> "A Espera da Praça: Comício da Candelária teve Pedra no Caminho" (Veja:21.03.84).

"Quando se fala em público, assume-se um compromisso moral com o povo, que não pode ser traído com conchavos e negociatas". "Estão falando na existência de conchavos e articulações por baixo do pano. Não adianta porque o povo nas ruas vai passar por cima de quem ficar na frente"<sup>12</sup>.

Lula não discursava no vazio. Naquele mesmo 21 de março o Secretário-Geral da Executiva Nacional do PMDB, senador biônico Afonso Camargo (PR), reunia-se no Palácio do Planalto com o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Gal. Rubem Ludwig, seu amigo pessoal desde o tempo em que presidiu a Arena paranaense. No encontro de uma hora, a que compareceu "sem delegação do partido e falando em nome pessoal" (conforme frisou Camargo), foi discutido um substitutivo do senador Jorge Bornhausen (PDS-SC), que propunha diretas com parlamentarismo. Na saída, o Secretário-Geral do PMDB afirmou que

"as diretas só serão restabelecidas em 1984 se surgir um fato novo, ou seja, o grupo pró-diretas do PDS assumir uma postura independente, organizando-se como partido e inviabilizando o Colégio Eleitoral para o projeto do governo.

---

<sup>12</sup> Cf. Veja (28.03.84) e FSP (22.03.84). Na mesma edição da Folha, Jânio de Freitas observa: "Boicote integral das televisões. Boicote das rádios. Boicote da imprensa, que só mencionou sua realização no miolo de outras notícias. Boicote do governador Brizola. Tal foi o clima que cercou a convocação da passeata pró-diretas, ontem realizada no Rio. Consideradas essas medidas tão preventivas, a passeata foi um grande êxito".

(...) É quase impossível a adesão de 23 senadores do PDS à Dante de Oliveira. (...) Em relação à emenda, não podemos trabalhar com os pés nas nuvens"<sup>13</sup>.

O encontro e as declarações, num momento delicado como aquele, provocaram fortes reações entre peemedebistas e oposicionistas em geral. Os deputados "autênticos" do PMDB promoveram uma sequência de pronunciamentos de protesto da tribuna da Câmara e declarações à imprensa condenando a atitude do senador. Redigiram também um documento endereçado a Camargo exigindo sua renúncia à secretaria-geral do PMDB. Lula acusou Camargo de "traição a seu partido e ao Comitê Nacional pró-Diretas" e Doutel de Andrade, presidente do PDT, lembrou que havia sido contrariada decisão unânime do mesmo comitê de que nenhum dos partidos ou entidades que o compunham tomariam qualquer iniciativa fora da causa pelas diretas sem antes discutí-la naquele foro.

Lideranças mais moderadas, porém, não chegaram a tanto. O governador Montoro disse apenas que aguardava explicações do dirigente partidário. Ulysses Guimarães, embora tenha se irritado com o episódio e feito críticas reservadas ao senador, minimizou publicamente o ocorrido. Já o governador Tancredo Neves afirmou tratar-se de fato "corriqueiro", que não comprometia o partido:

"São apenas conversas que eu chamaria de preliminares ou preparatórias, visando

---

<sup>13</sup> "Camargo vai ao Planalto Discutir Sucessão" (FSP:22.03.84).

objetivos mais amplos"<sup>14</sup>.

Tendo em vista o tipo de conversa a que era dado o governador mineiro, não é difícil inferir o teor das "preliminares" e o caráter dos "objetivos mais amplos".

### A ARTICULAÇÃO DOS LANCES DECISIVOS

A exitosa passeata do Rio de Janeiro, na qual apenas o PT se empenhou, ampliava a expectativa em relação ao comício da Candelária, adiado para 10 de abril, e o comitê pró-diretas paulista se reunia, no mesmo dia 21 de março, para definir os preparativos e a convocação da passeata e comício do Anhangabaú previstos para 16 de abril. A "visita infeliz" do senador Camargo, por sua vez, tornava pública a ação dos sujeitos políticos do campo oposicionista que não apostavam nas diretas "já".

Enquanto isso, porém, no seio do Governo Federal, acirravam-se as disputas e tornava-se aberto o conflito entre os grupos liderados pelos ministros Leitão de Abreu e Octávio de Medeiros em torno do principal lance político até então articulado pelo Planalto, o envio da Emenda alternativa à Dante

---

<sup>14</sup> Cf. "Conversar não Compromete, diz Tancredo" e "Peemedebistas Querem a Renúncia" (FSP:23.03.84); o texto endereçado ao senador por parlamentares do partido, articulado pelo deputado Arthur Virgílio (PMDB-AM), dizia que "os deveres do secretário-geral de uma frente de amplo espectro como o PMDB impõem regras, cautelas e firmeza que V. Ex<sup>a</sup> não soube observar".

de Oliveira.

Já no dia 19 de março a situação se complicara: o ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, militar de perfil brando, foi exonerado pelo Presidente Figueiredo e substituído, dois dias depois, por Alfredo Karam, ex-Ministro Chefe do EMFA. O motivo, não explicitado pelo governo, teria sido a publicação pela imprensa de declarações de Fonseca consideradas favoráveis à campanha das diretas<sup>15</sup>.

A demissão apareceu como mais um lance complicador da antiga disputa posta entre os grupos Leitão e Medeiros. Entre os militares, o ministro demitido da Marinha formava com Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica, a ala moderada de Leitão; enquanto que Ludwig (Gabinete Militar), Valter Pires (Exército) e Danilo Venturini (Assuntos Fundiários) se alinhavam às posições de Medeiros (SNI).

Nesse momento de radicalização da disputa interna, as posturas eram essencialmente as seguintes: a "negociação" defendida pelo grupo Leitão de Abreu incluía concessões à oposição e tinha como objetivo obter a aquiescência do grupo oposicionista liderado por Tancredo à Emenda alternativa do governo, que ele pretendia fosse enviada ao Congresso antes da votação da Dante de Oliveira, bem como evitar debandada em massa dos pedessistas. Além disso, Leitão pensava nos pontos de sua emenda como base para a montagem de um futuro governo de

---

<sup>15</sup> *"Enquanto não houver tumulto ou baderna, está bem que o povo se manifeste", teria dito o ministro da Marinha (Veja:28.03.84).*

coalizão. O grupo Medeiros, por seu turno, acreditava na necessidade de uma "demonstração de força" por parte do governo, que angariaria recursos para uma eventual negociação com setores da oposição, se ela se mostrasse ao final necessária. Essa demonstração de força teria como alvo a emenda e a campanha das "diretas já".

Mesmo com a definição do envio da emenda, essa tensão não se desfazia, porque estavam ainda em jogo ao menos três questões fundamentais: (a) a data exata do envio da emenda ao Congresso; (b) a duração do mandato presidencial; (c) a discussão sobre o fechamento de questão ou não, pelo PDS, contra a Emenda Dante de Oliveira. Isso sem mencionar que não estavam descartadas outras medidas políticas do governo além da emenda.

O texto em discussão era amplo, e na verdade promoveria uma reforma Constitucional importante. A questão da duração do mandato presidencial dos sucessores de Figueiredo - que nos anos seguintes seria objeto de controvérsia, sobretudo na Constituinte de 1987-88 - era crucial naquele momento *porque marcaria a data das eleições diretas*. Quatro, cinco ou seis anos de mandato eram então lidos como diretas em 1988, 89 ou 90.

Medeiros defendia o maior prazo, Leitão também. O primeiro, digamos, sinceramente. O segundo, para dispor de margem de negociação: durante a discussão na Câmara, seria possível aceitar a redução para 89 ou mesmo 88 em troca de alguma concessão oposicionista. Pelo mesmo motivo, defendia o envio da emenda antes da votação da Dante. Medeiros preferia deixar para

depois, temendo que uma possível derrota da emenda governista abrisse espaço para a aprovação das diretas "já".

Figueiredo, duplamente acicatado, permaneceu indefinido o quanto pôde, o que acabou abrindo espaço para um duelo verbal entre os grupos palacianos, bastante explorado no noticiário político. Após declaração do porta-voz Carlos Atila de que se estava "fazendo tempestade em copo d'água", o ministro Abi-Ackel afirmou publicamente que a bancada governista era contra o envio de qualquer emenda antes da votação da Dante, e questionou a enquete realizada pelo deputado Marchezan, provocando constrangimento generalizado e reações do líder do governo. O estranhamento persistiu até a última semana de março quando, a pedido do Presidente, o Ministro Medeiros manteve contatos, em tom conciliador, com seu colega do Gabinete Civil, e ambos chegaram a fazer censuras ao comportamento de Abi-Ackel<sup>16</sup>.

Enquanto o Planalto contornava as disputas em torno do envio da Emenda governista, novo foco de tensão ameaçava vir à tona na reunião do Diretório Nacional do PDS, a 28 de março. O grupo do candidato Paulo Maluf se posicionara, semanas antes da reunião, favorável ao fechamento de questão do partido contra a emenda Dante, e contra o envio de qualquer emenda alternativa do governo. Uma avaliação mais acurada da correlação de forças no âmbito da cúpula pedessista acabou forçando os malufistas a ceder, não obstante a aprovação dos pontos defendidos pelo grupo

---

<sup>16</sup> "Atila Nega Desentendimentos" (FSP:23.03.84); Veja e IstoÉ (28.03.84).

Leitão. Ainda assim, tentaram - em vão - a aprovação de um "II Plano Bianual de Ação Partidária", que continha a defesa da manutenção das "regras constitucionais vigentes" para a sucessão de Figueiredo. O presidente do PDS, senador Sarney, conduziu o encontro de forma a não permitir o confronto direto entre os defensores das candidaturas Maluf e Andreazza, de um lado, e os integrantes do grupo pró-diretas, de outro. De sorte que, ao final, o partido soube safar-se de um racha que àquela altura já se afigurava como iminente, evitando o fechamento de questão<sup>17</sup>.

Uma vez momentaneamente equacionados os problemas de relacionamento entre os grupos do governo e entre as facções do PDS, o Presidente Figueiredo falou ao país em mais um pronunciamento em rede de rádio e TV, desta vez comemorativo do vigésimo aniversário do golpe de 31 de março de 1964.

É claro que, àquela altura dos acontecimentos, a avaliação da opinião pública sobre o legado de 64 era bastante negativa. Pesquisa da *Folha de São Paulo* nas seis principais capitais do país, apontava que 4,1% dos entrevistados consideravam que o movimento militar fôra ruim no começo, mas melhorara depois; 10,8% avaliaram como bom no geral; 26,9% afirmaram que havia sido bom no início, mas depois desvirtuado; e 36,8% consideraram a experiência ruim, no geral. Mais importante que esse dado, porém, foram as avaliações acerca da situação que o regime autoritário atravessava naquele momento. Para 15,4% dos

---

<sup>17</sup> Veja e IstoÉ (04.04.84).

entrevistados, o regime permanecia "com a mesma força do início"; para 45,3% ele estava "em fase de extinção"; enquanto que 15,2% acreditavam que ele já havia "terminado seu ciclo"<sup>18</sup>.

Essa percepção era tão generalizada que, na preparação do material comemorativo daquele 31 de março, o Centro de Comunicação Social do Exército produziu um filmete para TV que se limitava a reproduzir cenas de passeatas e "arruaças" em 1964, lembrando que o movimento militar surgiu para lutar contra a desordem. A limitação da propaganda oficial a esse único tópico, deixando de lado qualquer traço do ufanismo nacionalista de que lançara mão no início dos anos setenta, revelava, além do óbvio constrangimento da crise econômica sobre a imagem do regime, uma insinuação de paralelo entre as mobilizações de 1964 e 1984. De fato, a circunscrição da disputa em torno do principal mecanismo institucional destinado à continuidade política, o Colégio Eleitoral, era o sinal mais eloquente da crise do regime<sup>19</sup>.

Assim, o Presidente gastou 40 das 75 linhas de seu curto discurso defendendo a obra da "Revolução". O restante do tempo foi dedicado a defender a legitimidade do Colégio Eleitoral e anunciar o envio, para "breve", de Emenda do governo que proporia eleição direta para a escolha do sucessor de seu sucessor:

---

<sup>18</sup> FSP (01.04.84).

<sup>19</sup> "A revolução condensou-se a tal ponto que, em 1984, é o Colégio Eleitoral que a mantém viva, comemorando aniversários" (Marcos Sá Corrêa, "A Velhice aos 20 Anos", Veja:04.04.84).

"A extinção deste alto Colégio, escolhido livremente e com mandato irrenunciável, violentaria compromisso político legítimo contra o qual, antes do resultado da eleição (de 1982) nada se levantou, coisa que agora, no entanto, injustificadamente se faz. Não é hora, pois, para que em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. (...) Manterei a eleição indireta para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional que proporei não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranquilidade da Nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional"<sup>20</sup>.

Na mesma linha foi a ordem do dia preparada pelo Ministro do Exército Válder Pires para a ocasião:

"Continua-se a vender a idéia ilusória de que a promulgação imediata e passional de uma lei resolverá todos os problemas estruturais que a nação luta para superar há várias gerações. (...) Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis e capazes de levar o Brasil a seu destino de grande nação"<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Cf. *íntegra do pronunciamento*; FSP (01.01.84).

<sup>21</sup> Veja (04.04.84).

Assim, o executivo dava sinais de que procurava recuperar alguma capacidade de iniciativa, naquele momento de alta instabilidade. A julgar pelo anúncio do envio da emenda pelo Presidente, avaliava-se no Planalto que a melhor linha de ação no momento estava no plano do entendimento político com os grupos oposicionistas dispostos a isso. Assim, na disputa interna entre as facções de Leitão e Medeiros, o Professor Leitão saía momentaneamente fortalecido, mas a expectativa de radicalização da campanha das diretas - incluindo os comícios agendados para Rio e São Paulo e a possibilidade de ações oposicionistas em Brasília - não permitia ao governo descartar o eventual emprego de medidas de força, mais afeitas ao grupo Medeiros.

As oposições, por seu turno, sobretudo em função do já longo intervalo entre grandes manifestações de massa, tendiam, por parte dos grupos conciliadores, a atender ao vago aceno governista. Não pela proposta de emenda - extremamente vaga àquela altura, já que dela só se conhecia a intenção de enviá-la, além do conteúdo genérico de alguns tópicos - mas porque o ponto principal da agenda da oposição conciliadora era a montagem da candidatura capaz de derrotar Maluf no C.E., incluindo setores moderados das forças do regime<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> "A busca de um candidato que tenha chances reais de vencer a próxima eleição presidencial parece tomar mais tempo da oposição do que a tentativa de aprovação da emenda Dante de Oliveira, tarefa cada dia mais difícil. (...) Parece inevitável que um grupo ponderável do PMDB seja deslocado de cena caso progrida a negociação entre a oposição e o governo. O presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, que se considera um candidato natural, é o mais sério candidato a

A disposição conciliatória desse grupo, de fato, se vinculava a sua intenção de disputar a *hegemonia sobre o controle dos recursos* liberados pela campanha, cuja lógica de desenvolvimento tendia a autonomizar-se da lógica das forças políticas que disputavam a liderança no terreno oposicionista. A disputa era tanto pelo controle dos recursos quanto pela capacidade de canalizar o curso da mobilização de modo a *torná-la funcional a interesses de facção*.

Esse aspecto da disputa fica claro no discurso dos protagonistas que se opunham à lógica da negociação:

"Em meio às propostas de Marchezan e Leitão e às de Medeiros e Abi-Ackel, sem esquecer evidentemente as pretensões contraditórias de Maluf e de Aureliano - qual é realmente o objetivo do governo? E se o governo não chega nem mesmo a se definir como um possível interlocutor, por que tanta conversa na oposição em torno de negociação? Creio que a resposta está nas ruas. É a campanha das diretas. Ainda recentemente soube-se de espasmos, sinais de alguma movimentação na área governamental. Como explicá-los sem a campanha das diretas? Do mesmo modo, embora por razões diversas, toda a onda atual em torno de uma possível negociação. Só que nesse caso não são mais espasmos, mas sinais de que certos setores de oposição começam a ficar

desagradavelmente impressionados com o volume crescente de povo nas ruas. A 'enrolação' sobre a negociação não visa, de fato, o governo, mas o arrefecimento de um movimento de opinião que ameaça lançar para um obscuro segundo plano algumas lideranças tradicionais das oposições. Para o bem e para o mal, o fato é que não há nada a negociar, senhores. E mesmo quem queira vir a fazê-lo no futuro só tem hoje uma alternativa: sair às ruas com o povo"<sup>23</sup>.

Mas não apenas da disputa em torno de uma eventual negociação vivia aquele momento do conflito.

Primeiro porque o jejum de manifestações importantes começava a terminar. Já no dia 31 de março, 40 mil pessoas se reuniram em comício pró-diretas em Cascavel (PR), e outras 40 mil em Londrina, a 02 de abril. No dia 05, 80 mil pessoas participaram de um comício no Largo de Santo Amaro, no Recife, superando, segundo os organizadores, o volume da histórica concentração que aguardara o então ex-governador Miguel Arraes em seu retorno do exílio, em 1979. Falaram ao público, na oportunidade, 43 oradores, desde representantes do movimento dos estudantes secundaristas até figuras como Lula, Ulysses e Arraes. No dia 06, as cerca de 100 mil pessoas que lotaram as ruas de Natal (RN) fizeram o governador mineiro Tancredo Neves afirmar em seu discurso que era aquele, proporcionalmente, o maior evento da

---

<sup>23</sup> F. C. Weffort "Tá Todo Mundo Negociando" (IstoÉ:04.04.84).

campanha até então<sup>24</sup>.

Depois, porque na armação dos lances decisivos preparatórios à batalha da aprovação da emenda que restabeleceria as eleições diretas verificava-se, por assim dizer, tanto a presença do vetor *consenso* quanto a do vetor *coerção*.

O vetor *consenso*, conforme o acima exposto, constava da interação entre o grupo governista que trabalhava a emenda alternativa e o grupo oposicionista interessado na construção de uma candidatura de composição, ainda que encaminhada via C.R..

O vetor *coerção*, por sua vez, começava a ganhar contornos definitivos.

O Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas (com representantes dos partidos de oposição, da CUT, Conclat, ABI, OAB, Andes e UNE) reuniu-se na Biblioteca da Câmara dos Deputados, a 04 de abril, e tomou algumas decisões importantes quanto às formas de ação do movimento. As decisões foram em seguida ratificadas, por aclamação, numa sessão plenária que contou com a presença de representantes de 180 entidades sindicais, além das principais lideranças nacionais do movimento, e que reuniu mais de 600 pessoas no Auditório Nereu Ramos, da Câmara.

A primeira delas, chocando-se de frente com o grupo conciliador do PMDB, era de que "as eleições diretas `já` são inegociáveis".

---

<sup>24</sup> Veja e IstoÉ (11.04.84); FSP (06.04.84).

O coordenador da Frente Municipalista, vice-governador de São Paulo Orestes Quércia, informou também que o movimento por ele coordenado estava programando a vinda de prefeitos e vereadores do interior do país para Brasília, já a partir do dia 21 de abril, numa concentração de autoridades municipais (que vinha sendo chamada de "marcha dos prefeitos sobre Brasília") programada para culminar no dia da votação da Dante<sup>25</sup>.

Mas a decisão mais importante e polêmica tomada pelo comitê era a de convocar de uma "paralisação" para o dia 25 de abril<sup>26</sup>.

A idéia, que apareceu no noticiário cercada de alguma ambiguidade, acabou tendo interpretações diversas, conforme a posição dos diferentes sujeitos políticos.

Para o presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia,

"o que se pretende é uma paralisação nacional, a título de vigília, para que todo o país possa acompanhar, pelo rádio e pela televisão, a posição dos deputados".

---

<sup>25</sup> O comandante do II Exército, Gal. Sérgio de Ari Pires, e o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, pressionaram diretamente o vice-governador paulista para que cancelasse a "marcha", mas, segundo ele, "se as marchas são razões para essas preocupações, mudemos o nome do nosso movimento; mas que estaremos lá no dia 21, estaremos" (FSP:06.04.84).

<sup>26</sup> Em seu relatório da reunião do Comitê, o coordenador Airton Soares anotou: "3. Deliberação sobre o Dia Nacional de Luta, 25/04/84: Vigília Cívica com paralisação das atividades em todo Brasil para acompanhamento da discussão e votação da Emenda das Diretas" ("Deliberações da reunião do Comitê Nacional Suprapartidário pró-Diretas", Brasília, 04.04.84).

mas no entendimento do secretário-geral da CUT, Paulo Renato Paim, ficara decidido na plenária que

"a ordem é paralisação que, traduzida na linguagem de peão, é greve geral"<sup>27</sup>.

Em função disso, mais do que interpretações diversas, a proposta de paralisação em 25 de abril gerou mal estar e reações negativas dentro e fora do movimento.

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, não perdeu a oportunidade de declarar que a paralisação "trará graves prejuízos à nação". O líder do governo na Câmara, Nelson Marchesan, classificou-a como "exagerada, radical e imatura". Os governadores de oposição mostraram-se desconfortáveis: Montoro não quis comentar a decisão do comitê; Tancredo, contrariado, disse desconhecer as motivações da atitude; Brizola pediu cautela ("jamais levaremos o povo a uma aventura").

O jornal *Folha de São Paulo*, empenhado na campanha desde o início, criticou a paralisação em Editorial do dia seguinte à sua convocação. O discurso veiculado no texto toca o pomo da discórdia, a saber, os limites aceitáveis pelos setores engajados na campanha não vinculados ao movimento sindical e aos partidos de esquerda para a ampliação dos vínculos entre a reivindicação política e a mobilização societária.

"A convocação de uma greve geral - deixemos de lado os eufemismos - introduz uma profunda fratura no movimento sem

---

<sup>27</sup> FSP (05.04.84).

precedentes que vem exigindo em uníssono a restauração do direito popular ao autogoverno. A unidade da pressão pacífica e ordeira em favor das diretas, construída e ampliada a tão duras penas, corre agora o risco de se desmanchar da noite para o dia caso a proposta de greve seja levada adiante. (...) *A forma de eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social, mas de caráter político. Ela exige o emprego de instrumentos próprios à luta política.* (...) Essa vinculação entre reivindicação social e política é a melhor arma ideológica que se poderia oferecer aos adversários do movimento diretas-já e constitui a fórmula exata para desarticulá-lo, dividi-lo, desfazê-lo"<sup>28</sup>.

Não parece, no entanto, ter soado exótica, radical ou provocadora a proposta de paralisação junto à opinião pública. Nova pesquisa da mesma *Folha de São Paulo*, realizada na capital paulista a seis de abril, dava conta de que 57,2% dos entrevistados apoiavam a medida, contra 29,3% contrários<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> "Greve é Contra Diretas-Já" (FSP:05.04.84), grifo meu. O jornal repercutiu, nos dias seguintes, o impacto negativo da proposta de paralisação: "Sociedade Civil Rejeita Greve Nacional", "Empresários Repelem Iniciativa", "Tendência de Montoro é Ignorar Paralisação", "Cardeal Primaz Teme Gesto de Desafio", "Proposta Preocupa Governo, diz Ackel" (06.04.84), "Airton Desmente que Haverá Greve dia 25", "Trata-se de uma Vigília Democrática, diz Ulysses", "Greve só Vale em Questões Sociais, afirma Soares" (07.04.84); o mesmo ocorrendo com OESP: "Para Militares, Toda Ação Provoca uma Reação" (06.04.84), "'Pró-Diretas do PDS Condena Paralisação" (08.04.84).

<sup>29</sup> FSP (07.04.84).

A CUT e o PT, por sua vez, reagiram às críticas e reafirmaram seu apoio à decisão do Comitê<sup>30</sup>.

Ficou esclarecido, após a celeuma, que na verdade a proposta de greve geral a 25 de abril, feita de fato pela CUT, não havia sido consensual no Comitê e acabou prevalecendo a proposta de "vigília cívica" para acompanhar a votação, feita pela Andes. Ficou um pouco mais clara também a existência de enormes distâncias entre as lógicas setoriais dos diferentes protagonistas, mesmo num momento em que seus cálculos se sincronizavam.

Por outro lado, o vetor coerção se desenhava também - e principalmente - a partir do regime. Naquele início de abril já corriam notícias, obtidas a partir de parlamentares governistas que se entrevistaram com o Presidente Figueiredo no dia cinco, de que seriam novamente impostas as *Medidas de Emergência* sobre Brasília, incluindo Goiânia e Anápolis (GO)<sup>31</sup>. A perspectiva do

---

<sup>30</sup> Segundo a CUT, "a paralisação das atividades em todo país significa para a classe trabalhadora: greve geral. (...) Estranhamos que ao mesmo tempo que a imprensa divulga, através de pesquisa, a adesão inequívoca de 57% da população de São Paulo à proposta de paralisação geral, ela também divulga declarações de alguns integrantes do Comitê Suprapartidário que deturpam a decisão tomada e já encaminhada" ("Nota Oficial da CUT à Imprensa e à Opinião Pública", São Paulo, 08.04.84). Enquanto que o PT, através de resolução da Direção Nacional tomada no III Encontro Nacional, na mesma linha declarava que "o Partido dos Trabalhadores vem a público reafirmar o seu total apoio a essa decisão do Comitê, entendendo-a como fundamental para a conquista das Diretas Já, comprometendo-se a mobilizar o conjunto do partido para garantir o pleno êxito do movimento de paralisação" (cf. "Nota à Imprensa", São Bernardo, 08.04.84).

<sup>31</sup> OESP (06.04.84).

emprego de medidas de força por parte do governo de fato já constava do rol de variáveis para o cálculo dos sujeitos políticos do campo oposicionista desde a mencionada reunião do Comitê Nacional Pró-Diretas de 04 de abril. Dois fatos ilustram essa percepção: (a) o comício a ser realizado em Brasília na reta final da campanha, então ainda sem data marcada, foi deixado a cargo do Comitê Pró-Diretas do Distrito Federal (que ficou incumbido de verificar a viabilidade de sua realização), num sinal de que a direção nacional do movimento sentira as pressões do governo, em especial da área militar, contra aquele evento; e (b) o deputado Ulysses Guimarães, em seu discurso na reunião plenária, protestara contra a presença de soldados do exército defronte o Congresso, por ocasião da visita dos reis da Suécia, afirmando que

"a mobilização dessas tropas, desse aparato, evidencia que se prepara terreno para uma coação, cujas consequências serão muito graves, se concretizada"<sup>32</sup>

A notícia de que o Planalto já decidira sobre a decretação das medidas de exceção provocou os previsíveis protestos prévios de juristas, sindicalistas, alguns empresários e de todos os líderes da oposição. Em comentário que resume bem a percepção do momento, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Ayrton Soares, avaliou a possibilidade desse novo lance como

"parte do processo de intimidação ao

---

<sup>32</sup> FSP (05.04.84).

público. (...) É a contrapartida do Gal. Octávio de Medeiros às gestões políticas promovidas pelo Ministro Leitão de Abreu"<sup>33</sup>.

De modo que, na primeira semana de abril, em meio ao ressurgimento das grandes manifestações de massa - e sobretudo à grande expectativa quanto aos comícios de Rio e São Paulo - já se configuravam os dois vetores básicos de ação das forças do regime contra a campanha e a emenda das diretas: o envio da emenda alternativa e a decretação das medidas de emergência. O primeiro, contando com a contrapartida do grupo conciliador das oposições, o segundo visando desestruturar a ação dos "intransigentes"<sup>34</sup>.

A emenda a ser apresentada, aliás, parecia ter ganho contornos definitivos após reunião no gabinete de Leitão, a 06 de abril, onde ficaram definidas as propostas de diretas em 1989, eleição dos prefeitos das capitais em 1986, mudanças no mecanismo do decurso de prazo e aumento das atribuições do Congresso em matéria tributária.

Ficava na agenda a expectativa em relação aos lances decisivos do conflito, inclusive devido à batalha dos números entre os diversos personagens em competição que então se travava. A soma dos deputados dos quatro partidos oposicionistas (PMDB, PDT, PT e PTB) totalizava 244 deputados, faltando portanto 76 votos para que fossem alcançados os 320 necessários à aprovação

---

<sup>33</sup> OESP (06.04.84).

<sup>34</sup> Cf., p. ex., "Governo Fecha o Cerco à Emenda Dante" (OESP: 08.04.84).

da Dante. O grupo pró-diretas do PDS afirmava contar com 63 membros, mas o líder da bancada governista, Nelson Marchezan afirmava que não passavam de 30. Ulysses Guimarães, porém, dizia possuir lista de pedessistas pró diretas que ainda não se haviam manifestado publicamente, enquanto que Paulo Maluf garantia deter uma outra lista, esta de deputados oposicionistas comprometidos em apoiá-lo no C.E.: seriam 42 do PMDB, 07 do PTB e 04 do PDT<sup>35</sup>.

Restava o desenlace.

---

<sup>35</sup> Veja (11.04.84).

## CAPÍTULO SEXTO

## NA VERTIGEM DO EFÊMERO

A indefinição que marcou o comportamento dos protagonistas do conflito foi a tônica do momento analisado no capítulo anterior, onde a incerteza - gerada, em particular, pela momentânea ausência de grandes manifestações de massa - obliterava uma definição clara das variáveis de cálculo dos sujeitos políticos relevantes.

Mesmo com o retorno das grandes massas, nos mega-comícios do Rio e de São Paulo, que trouxeram às ruas, na avaliação da imprensa, mais de um milhão de pessoas cada um, não cessou, contudo, a incerteza.

Muito pelo contrário: a iminência do desfecho de uma fase do conflito - este embate final com data marcada que era a votação da Emenda Dante de Oliveira - potencializava sobremaneira a *instabilidade estrutural* característica desta conjuntura fluida.

De fato, não apenas a instabilidade, mas também a dessetorialização conjuntural do espaço social e a ampliação da interdependência tática, para efeito de cálculo, entre os protagonistas, foram potencializadas com a iminência do desfecho desse momento crítico.

Essa potencialização da fluidez conjuntural, por sua vez, expressou-se de forma importante na *aceleração do tempo político*.

Tamánhas foram, pois, a aceleração do tempo político e a radicalização da fluidez conjuntural - e a destruição da capacidade efetiva de cálculo por ela ocasionada - que, ao longo dos (apenas) 15 dias que separaram o comício do Rio (10 de abril) da votação da Emenda das diretas (25 de abril), todas as alternativas possíveis de desfecho do conflito e de emprego de recursos foram tomadas, cada qual a seu momento, como sendo a mais provável.

Empiricamente: entre as manifestações de 10 e 16 de abril, verificou-se o ponto máximo de acúmulo de recursos pró-diretas, direcionando as avaliações no sentido de um possível sucesso do movimento, enquanto que, após o governo haver lançado mão dos recursos "estocados" de que dispunha, entre os dias 16 e

18, e a verificação de sua eficácia, a percepção dos sujeitos políticos se direcionou crescentemente - embora em nenhum momento a incerteza deixasse de impor sua marca - no sentido da derrota da campanha, afinal confirmada a 25 de abril. Confirmação, aliás, que se concretizou com a incapacidade dos sujeitos pró-diretas de retomar, em níveis equivalentes, a mobilização até então conseguida.

Essa incapacidade permitiu que as linhas de mudança "latentes" - em especial a que trabalhava a partir da *lógica da negociação* - se sobrepusessem à linha dada pela *lógica da ruptura*, e abriu então espaço para a configuração de uma nova *lógica de situação*.

A agenda imposta pela institucionalidade política, em suma, passou a limitar o raio de ação dos sujeitos que atuaram a partir da dimensão societária e fez com que eles se desmobilizassem paulatinamente, após a votação da Emenda das diretas. A partir daí, o tempo político desacelerou-se, perderam peso os recursos postos em jogo nas arenas societárias e o conflito, como um todo, refluíu à sua dimensão predominantemente institucional.

Esta a discussão deste último capítulo.

### A VITÓRIA DAS "DIRETAS JÁ"

No dia 11 de abril, o autor da Emenda das Diretas, deputado Dante de Oliveira, proclamava:

"Que as eleições diretas sejam a luz vislumbrada ao fim do túnel. Venham conosco, cidadãos dignos deste país. O povo que se organiza, que se une, dificilmente se verga e se deixa vencer. Vamos juntos, até o dia da vitória"<sup>1</sup>.

Essa retórica, em que pese o tom bombástico, estava fincada num sentimento que, embora já àquela altura estivesse além do meramente consensual, recebera, na véspera da publicação do texto citado, seu mais formidável reforço até então.

Um milhão e cem mil pessoas - nos cálculos da imprensa e de "engenheiros da Secretaria Estadual dos Transportes" - se aglomeraram no centro do Rio de Janeiro, na tarde daquela terça-feira, 10 de abril de 1984, formando uma imensa cruz humana que partia da Igreja da Candelária e atingia a estação da Central do Brasil, a Cinelândia e a Praça Mauá.

Repetiram-se as características dos grandes eventos anteriores. A população veio chegando aos poucos, organizadamente.

"Tudo funcionou como se tivesse havido um ensaio: a multidão começou a sair de casa entre meio dia e 15 horas, dependendo da distância, e antes de compor a grande massa nas avenidas Presidente Vargas e Rio Branco, organizou-se em grupos (partidos, associações de moradores, torcidas de clubes de futebol,

---

<sup>1</sup> Dante de Oliveira. "Diretas Já" (FSP:11.04.84).

sindicatos, repartições públicas, empresas estatais, etc), sempre em três pontos distintos: Cinelândia (para quem veio dos bairros da zona sul), Central do Brasil (para quem veio dos bairros da zona norte e baixada fluminense) e Praça 15 (para quem veio de Niterói e São Gonçalo)"<sup>2</sup>.

No início da tarde, grupos partidários procuravam postar-se nas posições mais próximas ao palanque, montado nos fundos da Igreja, para o comício que começaria às 16 horas (já então com o espaço completamente lotado). Por volta das 14 horas, o único incidente do dia registrou-se quando o governador Leonel Brizola irritou-se com uma faixa, estrategicamente estendida pelo grupo "Alicerce da Juventude Socialista", que pedia "Greve Geral" a 25 de abril<sup>3</sup>.

Os artistas, como de praxe, misturaram-se aos muitos políticos, cada um com seu recado pró-diretas, numa maratona de canções e discursos<sup>4</sup>. Nem mesmo faltaram as falações pitorescas, como as do deputado Mário Juruna ou do animador Chacrinha ("Alô Valdemar, o povo quer votar; alô Anacleto, o povo quer a direta"). Pouco antes do início dos discursos das principais

---

<sup>2</sup> "Em Ordem, Povo Toma o Centro" (FSP:11.04.84).

<sup>3</sup> A Polícia Militar cortou as cordas da faixa e ela foi rasgada por manifestantes brizolistas.

<sup>4</sup> Uma ausência significativa foi a de Luís Carlos Prestes, que não compareceu ao evento em protesto contra o veto de Brizola à palavra dos representantes dos partidos na ilegalidade. O deputado Roberto Freire (PMDB-PE), porém, não perdeu a oportunidade de pedir a legalização dos PCs em seu discurso.

lideranças políticas, Fafá de Belém emocionou a multidão ao cantar o "Menestrel das Alagoas", em mais uma homenagem a Teotônio Vilela. Quando o comício propriamente dito começou, apresentado por Osmar Santos, Cristiane Torloni e Lucélia Santos, estavam presentes ao gigantesco palanque cinco governadores de oposição (Tancredo, Montoro, José Richa e Gérson Camata, além de Brizola - embora todos os dez tivessem sido convidados), os presidentes dos partidos de oposição (Ulysses, Lula e Doutel de Andrade), o representante do grupo pró-diretas do PDS, deputado Theodorico Ferrazo, e muitos parlamentares e lideranças sindicais e de entidades civis. A Rede Globo de Televisão pela primeira vez realizou uma cobertura massiva de um evento pró-diretas, utilizando um aparato que incluiu helicóptero e balão dirigível para tomadas aéreas, inserindo em sua programação 19 flashes, de um a 15 minutos, durante o dia, além de dez minutos no Jornal Nacional, e chegando mesmo a interromper uma de suas novelas noturnas para transmitir, ao vivo, o encerramento do comício para todo o Brasil<sup>5</sup>.

No discurso dos políticos mais importantes, a empolgação das lideranças moderadas mais uma vez se confundia à emoção do momento. Ironicamente, o próprio Tancredo Neves não era exceção, ao afirmar (mesmo sem arrancar muito entusiasmo dos presentes), que as eleições diretas eram

"a única saída para restaurar a dignidade

---

<sup>5</sup> FSP e OESP (11.04.84); IstoÉ (18.04.84).

nacional. (...) Estão querendo fazer deste país uma democracia sem povo e sem votos. É a única maneira de impedir que essa vontade da minoria dominante prevaleça sobre a vontade da maioria usurpada é através de demonstrações como essa, democrática, ordeira e determinada".

O tema da "ordem" das manifestações "pacíficas" pró-diretas não poderia estar ausente, em especial face às especulações sobre o uso de medidas de emergência pelo governo. O jurista Sobral Pinto, já com 90 anos, afirmou em seu discurso:

"Esse movimento não é contra ninguém. É a favor do povo. A favor da cidadania brasileira. Esse movimento, para produzir os efeitos que esperamos, é indispensável que se processe dentro da ordem das idéias, da ordem das aspirações, da ordem pública".

Franco Montoro também louvou a determinação do "povo carioca e fluminense", secundado pelo governador capixaba Gérson Camata, que não se conteve ao afirmar que

"essa multidão reunida na Candelária inviabilizou de vez a possibilidade de que o próximo presidente da República não nasça do coração do povo, através das urnas"<sup>6</sup>.

Lula, de outra parte, destacou a necessidade de prosseguir as manifestações mesmo em caso de derrota da Emenda Dante:

---

<sup>6</sup> FSP (11.04.84).

"Ou a gente se acovarda e morre de cabeça baixa ou a gente toma coragem e morre lutando pelo direito do nosso povo"<sup>7</sup>.

Enquanto que Brizola, orador mais ovacionado da noite, fechou os discursos em tom otimista:

"Vamos preparar nossos títulos que as eleições diretas não estão longe"<sup>8</sup>.

Só por volta das 22 horas, sob uma garoa fina, a multidão começou a se dispersar, enquanto que no palanque artistas cantavam em coro o Hino Nacional e "Caminhando...", de Geraldo Vandré.

As reações da área do governo procuraram demonstrar tranquilidade ou indiferença, e dissimular a preocupação. O presidenciável Mário Andreazza repetiu que os artistas e o transporte gratuito fornecido pelo governo do Rio eram os responsáveis pelo grande público do "show" pró-diretas; o vice-presidente no exercício da Presidência Aureliano Chaves, que durante todo o dia fora informado pelo SNI sobre o andamento da manifestação, mandou dizer, pelo porta-voz, que "gostou muito porque o comício foi ordeiro"; e o ministro da aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, disse estar tranquilo, pois, pelo que havia sido informado, "não há bandeiras vermelhas no comício pelas diretas, no Rio"<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> *Voz da Unidade* (14.04.84).

<sup>8</sup> *FSP* (11.04.84).

<sup>9</sup> "Tranquilidade no comício deixa Aureliano satisfeito"; "Délio destaca falta de bandeiras vermelhas e se diz despreocupado";

Mas do ponto de vista de parte dos sujeitos políticos pró diretas, excessão feita talvez aos negociadores, a reação imediata ao sucesso da manifestação do Rio foi a sensação de que a vitória da Emenda Dante de Oliveira estava realmente consignada: no dia seguinte, a sessão do Congresso Nacional assistiu a mais de 20 discursos de parlamentares exaltando a manifestação da véspera<sup>10</sup>. Era como se por um momento a hipótese de derrota fosse inconcebível. Isso ficava patente nos discursos e no comportamento da multidão presente ao ato, bem como no texto do repórter Ricardo Kotscho, em sua crônica sobre a mesma manifestação:

"Depois desse comício do Rio de Janeiro, apoteose de uma travessia que começou timidamente em São Paulo, com umas 15 mil pessoas pedindo eleições diretas, em frente ao estádio do Pacaembú, no longínquo mês de novembro do ano passado - e faz apenas seis meses - *ninguém, nunca mais, ousará falar em consenso ou negociação, que não seja o consenso das eleições diretas já, aqui e agora*"<sup>11</sup>.

Nunca mais. Ao menos por quinze dias...

Mas por hora só no que se pensava, só no que se falava

---

"Para Andreazza foi apenas um show que a nada levará" (FSP:11.04.84).

<sup>10</sup> "Alguns parlamentares, com exemplares de jornais que estampavam em página inteira a fotografia do comício, cercavam os pedessistas, exibindo-os como cartazes"; cf. "Comício cria um clima de entusiasmo no Congresso" (FSP:12.04.84).

<sup>11</sup> Kotscho (1984:96); grifo meu.

era no impressionante acúmulo de recursos obtido pela campanha das diretas com a manifestação carioca.

E a isso vieram juntar-se ainda dois outros eventos importantes: duas declarações - do Presidente e do Vice-Presidente da República - trouxeram, naqueles dias de concentrada euforia, mais água ao moinho das diretas "já".

No dia 11, o Presidente Figueiredo, na cidade de Fez, Marrocos, caminhando pelo aeroporto local antes de seu embarque para Madri, próxima parada da comitiva brasileira, foi interpelado pelo vice-líder do PDS na Câmara, deputado Alcides Franciscato, seu amigo pessoal, e teria travado com ele o seguinte diálogo:

"Como é, Presidente? E o comício? Tinha um milhão de pessoas. E ele disse: Ué, se eu estivesse lá seria um milhão e uma, porque eu também estaria, porque na verdade essa bandeira das eleições diretas não é da oposição, é minha"<sup>12</sup>.

Pronto. Foi o bastante para que no dia seguinte os jornais estampassem títulos como *"Eu Seria o milionésimo-primeiro, diz Figueiredo"*, e que se seguisse toda sorte de reações. Afinal, havia o precedente da suposta declaração pró-diretas do Presidente em Lagos, na Nigéria, a 16 de novembro

---

<sup>12</sup> O diálogo não teve testemunhas e é citado aqui a partir de entrevista do deputado Franciscato, que convocou a imprensa, em Madri, especialmente para relatar a posição do Presidente; cf. "íntegra das declarações do deputado, anteontem" (FSP:13.04.84).

do ano anterior.

O porta-voz Carlos Atila, em Brasília, foi o primeiro a procurar minimizar o episódio, afirmando que o Presidente fôra apenas informado sobre o comício e que a proposta de eleições diretas, para o sucessor do sucessor de Figueiredo, seria feita pelo governo nos próximos dias, e etc, etc, etc... No dia seguinte, o próprio deputado Franciscato, por exigência do Presidente, desmentiu suas declarações da véspera e afirmou que não passavam de sua "interpretação pessoal" das opiniões de Figueiredo<sup>13</sup>. Claro que não surtiu efeito. A confusão estava armada, e os estragos feitos.

Algumas frases de parlamentares do PDS, captadas pelos repórteres que cobriam a sessão de 11 de abril no momento em que os Congressistas liam o telex enviado de Madri noticiando as declarações, ilustram o clima:

"É inacreditável! Danou-se tudo!", exclamou o senador Marco Maciel, seguido do deputado Nelson Marchezan, líder do PDS:

"Estou atônito, incrédulo. Alguns deputados, em função da entrevista do Franciscato, já se declararam pró-diretas. Temo que isso altere o quadro".

No mesmo sentido foi o Vice-líder Amaral Neto, enquanto

---

<sup>13</sup> Cf. "Para Atila, Presidente não comentou comício" (FSP:12.04.84); "Figueiredo ordena e Franciscato desmente tudo" (FSP:13.04.84); "Vozes d'Africa II" (Veja:18.04.84).

abandonava, irritado, o plenário:

"Eu vou embora. Já dei minha cota de sacrifício, vou jogar a toalha. Do jeito que as coisas vão, só eu vou votar contra a emenda".

O deputado José Fernandes (PDS-AM), passou das palavras à ação: colocou na lapela um adesivo pró-diretas e subiu à tribuna para declarar que no dia 25 votaria na emenda Dante. Mas foi um deputado que preferiu não ser identificado quem melhor resumiu o sentimento dos pedessistas:

"Depois que deixar o governo, Figueiredo vai para o seu sítio em Nogueira e ficará dando entrevistas para dizer que só não restaurou as diretas porque nós não deixamos. Enquanto isso, eu estarei dando explicações ao meu eleitorado. Como é que alguém é capaz de achar que eu sou tão burro a ponto de aceitar isso?"<sup>14</sup>

Pode-se argumentar que, na verdade, Figueiredo não deu qualquer apoio real à realização de eleições diretas "já" e que eventuais adesões abruptas de parlamentares revelaram-se enganosas<sup>15</sup>, mas o que interessa frisar é que o incidente, até que fosse contornado, serviu para desestruturar ainda mais a

---

<sup>14</sup> Veja e IstoÉ (18.04.84).

<sup>15</sup> Segundo o próprio relato do deputado Franciscato, Figueiredo teria afirmado que "quero fazer uma reforma (constitucional) consistente. (...) Agora uma reforma abrupta já para vigorar já, isso eu não posso permitir" (FSP:13.04.84). Quanto à efetividade das adesões provocadas pela repercussão das declarações, o comportamento do citado José Fernandes, ausente da sessão de votação da Dante, é ilustrativo.

capacidade de cálculo efetivo dos protagonistas: dos contrários às diretas, porque sentiram momentaneamente suas certezas esfacelar-se; dos pró-diretas, porque foram levados a avaliar a situação, equivocadamente, como sendo de vitória iminente.

É nesse sentido que podem ser lidas as reações de uns ("agora a emenda corre o risco de ser aprovada", disse o malufista Jorge Arbage) e de outros ("a emenda Dante de Oliveira será aprovada", vaticinou o coordenador do pró-diretas do PDS, Albérico Cordeiro, depois de informar que seu grupo dissidente engordara de 30 para 65 deputados)<sup>16</sup>.

Enquanto isso, três novos comícios jogavam lenha à fogueira do "já". Em Goiânia, a 12 de abril, cerca de 250 mil pessoas se comprimiram na Praça Cívica, no centro da cidade, para assistir a mais um ato público com a presença de governadores, presidentes de partidos, parlamentares e muitos artistas, entre as 14 e as 20 horas. No dia seguinte, foi a vez de Ipatinga, no Vale do Aço mineiro, reunir mais de 50 mil pessoas na Praça dos Três Poderes. Porto Alegre, no mesmo dia 13, foi palco de novo comício com 200 mil pessoas e também com a presença das principais lideranças<sup>17</sup>.

Mas não era tudo. Nem bem se havia absorvido o golpe do dito e desdito do deputado Franciscato, novas declarações, desta vez feitas pelo vice-presidente em alto e bom som, impactavam os

---

<sup>16</sup> Veja (18.04.84); e ainda: "Congresso já tem clima favorável" (FSP:12.04.84).

<sup>17</sup> FSP (13 e 14.04.84).

protagonistas.

Em reunião com seu comando de campanha, a 9 de abril, Aureliano Chaves amadurecera a avaliação de que a aprovação da Dante tinha grandes chances. Na tarde do dia 12, telefonou para o líder Marchezan informando-lhe sua intenção de apoiar as diretas "já". Este ponderou, em vão, que talvez fosse mais prudente aguardar o envio da emenda governista ao Congresso. Na manhã do dia 13, último dia de sua interinidade antes que Figueiredo voltasse da viagem oficial, Aureliano entrou na sala de imprensa do Palácio do Planalto, já repleta de jornalistas, e anunciou uma posição que não era novidade, mas que ganhava pelas circunstâncias ares de rompimento com o governo:

"Eu sou a favor das eleições diretas já. Se tivermos que percorrer o caminho pela eleição indireta, que seja com entendimento, através da conciliação"<sup>18</sup>.

Reações de descontentamento por parte do governo (Leitão, ainda na Espanha, declarou-se "desolado" com a posição assumida pelo vice) e uma recepção satisfeita por parte das lideranças oposicionistas mais moderadas foram, como haveria de esperar-se, a resposta obtida por Aureliano.

Para completar o quadro, finalmente, três dias depois, São Paulo convulsionava suas ruas em mais um gigantesco espetáculo popular pelas eleições diretas.

---

<sup>18</sup> Cf. "O Vice apóia a praça" (IstoÉ:18.04.84); e "Três diretos nas indiretas" (Veja:18.04.84).

Esse evento do dia 16 vinha sendo aguardado como *gran finale* e preparado havia semanas pelo comitê paulista pró-diretas, num complexo esquema que previa a confluência de várias passeatas, que partiriam de pontos diferentes da cidade até a concentração final. Segundo o roteiro minuciosamente elaborado pelos organizadores, uma passeata de professores (que estavam em greve) sairia da Praça da República, outras do movimento negro partiriam da Praça da Liberdade e do Parque Dom Pedro, grupos estudantis partiriam do largo de Moema e rua Maria Antônia, entre diversas outras passeatas, todas com previsão de início para as 15 horas, com destino à Praça da Sé. De lá, às 17 horas, a grande concentração então obtida percorreria os 1.200 metros do trajeto até o Vale do Anhangabaú, puxada por uma "Comissão de Frente" composta por governadores, presidentes de partidos, parlamentares e lideranças da "sociedade civil". Onibus da CMTC e Metrô foram gratuitos<sup>19</sup>.

Houve muita emoção e mesmo lágrimas na noite daquela segunda-feira, 16 de abril, quando o maestro Benito Juarez, da Sinfônica de Campinas, "regeu" o povo (estimado em "mais de um milhão") e a orquestra, que executaram juntos o Hino Nacional, no encerramento do ato do Anhangabaú<sup>20</sup>. Conforme o programado, a imensa massa humana ocupara o vale, mas nem de longe seguira

---

<sup>19</sup> Cf. "São Paulo volta às ruas hoje para exigir diretas já" (FSP:16.04.84).

<sup>20</sup> Cf. "São Paulo faz a maior manifestação política do país" (FSP:17.04.84).

qualquer esquema previamente orquestrado.

"Deveria ser uma passeata organizada, com jogadores, políticos e artistas nas carroçarias de dois caminhões equipados com potentes caixas de som. Mas o planejamento feito nas últimas semanas nos escritórios do comitê suprapartidário não pôde ser seguido: o povo não deixou"<sup>21</sup>.

A passeata saiu atrasada da Sé e por diversas vezes a "comissão de frente" oficial foi encurralada por grupos que interceptavam o cortejo a cada esquina, fazendo com que governadores e artistas se perdessem em meio aos rostos anônimos. Pelos mais diferentes trajetos, porém, todos dirigiram-se ao Vale.

"(...) Nos enganamos ao procurar pelas multidões ao longo do trajeto da passeata: o povo chegaria em pequenos grupos, partindo de um mesmo núcleo comum, a organização do bairro, o sindicato, o local de trabalho, tal como, nas quadras de escola de samba, apenas as alas são ensaiadas, para só serem vistas depois, em conjunto, no desfile da avenida"<sup>22</sup>.

A diversidade de motivações e formas de manifestação dos presentes impressionava, mesmo numa campanha onde tal

---

<sup>21</sup> Cf. "Passeata Vira Alegre Confusão" (OESP:17.04.84).

<sup>22</sup> Meyer & Montes (1985:08).

diversidade já se tornara marca registrada. Professores que adaptavam seus slogans para criticar o Colégio Eleitoral, bonecos, marionetes, cachorros trajando camisetas pró-diretas, um burro apelidado de Delfim, protestos contra a Rede Globo, os aplausos de um grupo de jornalistas estrangeiros, as faixas dos partidos ilegais, um concurso de pipas, um dragão chinês de tecido e arame que dançava ao som da bateria da escola de samba Nenê de Vila Matilde, a senhora exaltada que se recusava a ter sua pressão arterial medida pelo atendimento de emergência, todos se confundiam sob a chuva incessante de papel picado que caía dos prédios.

Espalhados pelo Vale, agentes da Polícia Federal, sob a coordenação do delegado Romeu Tuma, vigiavam, não se sabe bem com que fim, as cores predominantes nas bandeiras e faixas e o tom das falas de políticos e artistas. Em seu relatório, talvez um pouco influenciado demais pelas aparências, o delegado Tuma observaria que

"a massa de pessoas, que ocupou um espaço físico muito grande, é uma clara demonstração da capacidade de mobilização do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). (...) O verde do vale do Anhangabaú foi coberto pelo vermelho das bandeiras dos partidos de esquerda"<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Cf. "Tuma vê Anhangabaú 'coberto de vermelho'"; e "PF vigia artistas e políticos e torce para chover bastante" (FSP: 17.04.84).

No palanque, repetiram-se as cenas com as quais o país já se acostumara: artistas enviando mensagens e cantando canções pelas diretas, homenagens a Teotônio Vilela, Osmar Santos comandando o microfone, Fafá de Belém soltando uma pomba branca, etc.

Nos discursos dos oradores, o mesmo tom de esperança na vitória que se havia visto no comício do Rio.

Mas se o clima da praça era, como não poderia deixar de ser, de comoção generalizada, isso não deve impedir que se perceba a forte tensão presente na cena política àquela altura da evolução do conflito, e que perpassava protagonistas presentes e ausentes no dia 16. Na base dessa tensão, estava a conhecida dualidade das apostas: a lógica da negociação versus a lógica da ruptura. Pois se é verdade que as contingências da campanha haviam cimentado uma unidade inédita entre forças oposicionistas bastante heterogêneas, os limites dessa unidade também já se haviam feito claros. Se para a massa na praça as vésperas da votação da Dante eram um momento de apoteose, para os diferentes segmentos que se aglutinavam na nau oposicionista eram a hora de uma tomada de decisão crucial: arriscar-se a afundar com o barco repleto de povo ou posicionar-se nas bordas para saltar ao bote salva-vidas da conciliação, no momento adequado. O governador de São Paulo, por exemplo, evidenciara o limite de seu engajamento ao eximir-se de qualquer responsabilidade na organização do comício do dia 16 e o governador de Minas voltaria a insistir, poucos dias depois, desta vez de modo um pouco mais explícito, na

justeza de suas teses conciliatórias.

É nesse quadro que se pode entender a fala mais aplaudida da noite de 16 de abril, do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Ignácio Lula da Silva, que rechaçou qualquer possibilidade de negociação com o governo:

"O povo brasileiro já não suportará mais quatro anos de governo biônico. (...) A oposição não tem o direito de trair o povo. Não vamos negociar a decência e a hombridade do povo brasileiro"<sup>24</sup>.

E Ulysses Guimarães encerrou as falas, afirmando que havia um hiato entre a nação e o poder e que a verdadeira voz da República estava ali, na praça pública.

Terminados os discursos, as autoridades no palanque deram-se as mãos e as ergueram, simbolizando mais uma vez a unidade do movimento, e entoaram o Hino Nacional com a Sinfônica, o maestro e a multidão.

Muito mais que um simples comício, é impossível não evocar a imagem da "festa cívica" para descrever o que se passou na manifestação de São Paulo. Mais uma vez, a manifestação ampliava o escopo da política para além da circunscrição institucional, não apenas porque engajava novos sujeitos sociais à prática reivindicativa, mas também porque contaminava o lugar da política com a folia característica da festa popular. Como observaram Marlyse Meyer e Maria Lúcia Montes,

---

<sup>24</sup> FSP (17.04.84).

"é como cidadão que, ao reivindicar seus direitos, sobretudo o direito de eleger seus próprios governantes, cada participante da festa política se redescobre como membro da comunidade da nação. (...) E essa descoberta, como experiência coletiva, só foi possível através da *recriação da festa* e graças ao *substrato da cultura popular* através dela reinventado"<sup>25</sup>.

A passeata-comício de São Paulo era o ápice.

Vinda a massa à rua, celebrada a comunhão nacional, esperava-se com ansiedade pelo dia da vitória.

#### A DERROTA DAS "DIRETAS JÁ"

Dois dias antes da festa política paulistana, no sábado, 14 de abril, chamara a atenção da imprensa uma reunião do Presidente Figueiredo, na Base Aérea de Brasília, com alguns de seus auxiliares militares, Gal. Otávio Medeiros, Gal. Walter Pires, Gal. Geraldo Braga (da agência central do SNI) e Gal. Newton Cruz (do Comando Militar do Planalto). O motivo do encontro, conforme informações oficiais, era a preocupação do Presidente com a preparação de comemorações ostensivas, pelo Gal. Cruz, para o aniversário do C.M.P., mas, àquela altura, as especulações em torno de uma nova edição das Medidas de

---

<sup>25</sup> Meyer e Montes (1985:11).

Emergência em Brasília já eram uma constante.

No domingo, dia 15, Figueiredo assistiu a uma seleção de imagens dos maiores comícios pró-diretas e teria manifestado a auxiliares, além de preocupação, a intenção de não permitir que manifestações como aquelas chegassem à Capital da República. Na noite daquele mesmo dia, o Ministro Leitão de Abreu ultimava os retoques finais ao texto da Emenda alternativa do governo, em reunião com José Sarney, Nelson Marchezan e Aloísio Chaves<sup>26</sup>.

De modo que na manhã da segunda-feira, 16, enquanto São Paulo acordava um pouco mais nervosa com a expectativa da passeata pró-diretas, o Palácio do Planalto era palco de uma reunião do Presidente Figueiredo com os Ministros chefes do Gabinete Civil, Gabinete Militar e SNI, além dos líderes governistas no Congresso e o Presidente do PDS, tendo como pauta a apresentação oficial da proposta de emenda constitucional do governo, que viria a ser conhecida como Emenda Figueiredo ou Emenda João-Leitão. O Presidente ainda preferia propor diretas para 1989, mas acabou sendo convencido pelo líder Marchezan de que 1988 seria a melhor data. A idéia de fixar a data em 1990, defendida antes tanto por Medeiros quanto por Leitão, fôra simplesmente abandonada, em face da avaliação de que o essencial naquele momento era oferecer aos dissidentes do PDS uma alternativa a mais atraente possível à Emenda Dante de Oliveira.

Naquele mesmo dia 16, no final da tarde, enquanto no

---

<sup>26</sup> Veja e IstoÉ (25.04.84).

Anhangabaú corria solta a festa cívica, o Palácio do Planalto encaminhava ao Congresso sua Emenda.

Na justificativa, declarou o Presidente:

"A proposta de emenda que ora remeto ao Congresso Nacional requer que esse ilustre colégio exerça sua mais alta prerrogativa, que é de modificar em certos pontos a Constituição. Pede-lhe que adapte a nossa Carta Política às mudanças experimentadas pela sociedade brasileira. (...).

"A eleição direta que proponho, quanto ao futuro, não desmerece, de nenhum modo a eleição indireta. A mudança do tipo de eleição, quanto ao período ulterior ao seguinte, é fruto de mudança registrada em juízo político. Consubstancia juízo de conveniência ou de oportunidade. Juízo, pois, variável no tempo e no espaço, sob a influência de fatores conjunturais. (...).

"Estou consciente, senhores congressistas, de que com essa minha iniciativa, ofereço uma solução compatível com as graves condições do País, nesse momento histórico da nacionalidade, certo de que os eminentes representantes do povo saberão compreendê-las, mas com a mesma objetividade requerida em épocas de crise, para aperfeiçoá-la em função das aspirações mais altas da comunidade

brasileira"<sup>27</sup>.

Seria a modificação de maior vulto da Constituição de 1967 desde a Emenda nº 1, promulgada pela Junta Militar em 1969. Ao todo, eram 58 as alterações no texto, grandes e pequenas, em graus de importância bastante assimétricos. O governo jogava, assim, com a possibilidade de, abrindo o leque de alterações, arrebanhar a simpatia de parlamentares que trabalhassem a partir dos mais variados focos de interesse. Entre as principais medidas, destacavam-se: (a) eleição direta do sucessor do sucessor de Figueiredo, em 1988; (b) eleição direta dos prefeitos das capitais, casada à dos governadores e com mandato de igual duração; (c) eleição direta dos prefeitos das estâncias hidrominerais, em 1985, e redução do número de municípios (de 125 para 30) considerados como áreas de "segurança nacional"; (d) restabelecimento da inviolabilidade do mandato parlamentar, perdida em 1969, de deputados federais e estaduais, que não mais poderiam ser processados pelo Supremo Tribunal Federal; (e) limitação do instrumento do decreto-lei, proibindo-o em matéria tributária, que passaria então a ser atribuição exclusiva do legislativo<sup>28</sup>.

O dia 16 foi, por certo, um longo dia.

No exato momento em que os discursos da manifestação paulistana chegavam à apoteose, às 20h30min, Figueiredo falava ao

---

<sup>27</sup> Cf. a "íntegra da justificativa da proposta de Emenda Constitucional" (FSP:17.04.84).

<sup>28</sup> Cf. a "íntegra da Emenda do Governo" (ORSP:17.04.84).

país em rede nacional de rádio e televisão, sobre a emenda remetida ao Congresso naquela tarde.

"Hoje o povo manifesta sua vocação de mudança, que é essencialmente democrática. Se o povo quer e manifesta politicamente sua vontade, o governo e os partidos políticos não podem ignorá-la. Conforme a vontade popular, é preciso mudar a Constituição.

"Vamos mudá-la. Eu não me oponho à mudança. Eu proponho mudar. Mas é preciso mudar com responsabilidade, é preciso mudar com segurança, é preciso mudar com tranquilidade, e isso só pode ser feito com entendimento e pela negociação entre as forças políticas nacionais. Não podemos nos precipitar, levados pela emotividade e pelo radicalismo de alguns, que querem manipular a vontade do povo para atender a objetivos imediatistas. (...).

"A oposição procura fazer crer que somente a eleição direta seria instrumento eficaz de mudança. E, contrariamente, que a eleição indireta seria obstáculo para as mesmas mudanças que a sociedade exige. (...).

"O Colégio Eleitoral, agora constituído de forma regular, detém poder político incontestável para cumprir o seu mandato. A campanha para suprimi-lo constitui audaciosa tentativa política para contornar poder legitimamente adquirido nos termos da constituição vigente.

Defender o Colégio Eleitoral contra essa investida intempestiva é um dever que é meu, que é do governo, que é de todos os parlamentares que o apóiam. Cumpre conter a ofensiva desencadeada contra regras do jogo aceitas para eleição do meu sucessor. (...).

"A eleição direta não é remédio único para nossos males, nem constitui, por si só, fator de promoção das mudanças que todos almejamos.

"Igualmente falso é apresentar a eleição indireta como empecilho para efetuar as transformações que a Nação deseja. O verdadeiro obstáculo à mudança está na recusa ao diálogo, na resistência sistemática à negociação, na fixação apriorística de condições inarredáveis para o entendimento"<sup>29</sup>.

O sentido da atitude do regime parecia inequívoco. No momento em que culminava sua crise, parecia preferir acenar com uma alternativa não coercitiva a seu rarefeito e rebelde público interno e aos adesistas de plantão, num último espasmo com vistas a ganhar ainda alguma sobrevida. Não a tomara o governo, porém, sem certa dose de engenho ou arte: o momento e a forma foram bem calculados<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Cf. a "íntegra do pronunciamento do Presidente Figueiredo" (FSP:17.04.84).

<sup>30</sup> "A data do texto e sua abrangência foram estudadas com todo cuidado. Se a apresentação demorasse mais 24 horas, seus efeitos publicitários estariam antecipadamente abafados pela repercussão do espetáculo do Anhangabaú e a emenda, amortecida pelos dias mais densos da Semana Santa, perderia grande parte

Em vista disso, o próprio Aureliano Chaves repercutiu positivamente a iniciativa do governo, manifestando apoio à "boa vontade" demonstrada pelo Presidente. O governador Tancredo também apressou-se a afirmar que a emenda do governo poderia aglutinar os esforços de negociação em caso de uma derrota da Dante<sup>31</sup>.

Para os sujeitos políticos pró diretas, porém, aquela iniciativa governista complicava bastante as coisas, tanto no que se refere ao convencimento dos parlamentares do PDS como no controle dos segmentos conciliadores da oposição. Ulysses Guimarães, em nota emitida a 17 de abril, foi taxativo:

"O governo não desviará a oposição do fundamental. Principalmente, não desviará o povo. Povo e oposição não estamos brigando apenas por uma data. Brigamos por um compromisso"<sup>32</sup>.

---

*das possibilidades de inocular o vírus que precisa transmitir antes do dia 25"; Newton Rodrigues "Figueiredo: Emenda, remendo, arremedo" (FSP:18.04.84).*

<sup>31</sup> "Acho que essa iniciativa deve ser recebida como um importante esforço para um amplo entendimneto nacional. Isto vai ao encontro do que penso, isto é, de que devemos fazer uma transição sem traumas", afirmou o vice-Presidente (FSP:17.04.84); enquanto que para Tancredo, a emenda "não deixa de ser um bom ponto de partida para o entendimneto (FSP:18.04.84).

<sup>32</sup> Cf. a "íntegra da nota de Ulysses"; sobre o assunto, observou o jornalista Cláudio Abramo: "Será necessário à liderança mais firme e intransigente do PMDB dispensar uma fortíssima carga de energia e recordar repetidamente a seus companheiros de partido a necessidade de respeitar a coerência para impedir que a maioria dos peixes grandes da oposição se lance, sequiosa, para tentar abocanhar essas iscas que ocultam os anzóis do bunker" (FSP:18.04.84).

Mas não era essa a única preocupação dos protagonistas que buscavam a ruptura. E nem só da tentativa de "consenso" vivia o regime em seus estertores. Os recursos de que dispunha abrangiam também o momento coercitivo.

No dia 17, cerca de seis mil mulheres, vindas de todo país, se aglutinaram no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares em favor das diretas "já". Enquanto se sucediam os discursos das líderes do movimento, defronte a rampa do Congresso, grupos menores - reunindo personalidades como Lucélia Santos, Maitê Proença, Ruth Escobar, Lígia Fagundes Teles, Marina Colassanti, Marta Suplicy - dirigiam-se aos gabinetes dos deputados. Na sala do líder Marchezan houve tumulto e troca de acusações entre as mulheres e o deputado pedessista. O senador Aloysio Chaves protestou contra o que considerou um ato destinado a "aviltar a instituição" legislativa. No final do dia, uma nota da Presidência da República trouxe ainda mais apreensão ao clima de Brasília, na qual o Planalto advertia as manifestantes e as caravanas programadas para o DF de que não admitiria "intimidações". A oposição reagiu, considerando a nota "terrorista"<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Dizia o texto: "Desde alguns dias, o país assiste a manifestações políticas, integradas ostensivamente por grupos de militantes de ideologias incompatíveis com nossa ordem constitucional. Seguindo esquemas de mobilização organizados, os manifestantes se propõem declaradamente a constranger e intimidar parlamentares brasileiros a votar de acordo com determinada orientação" (FSP:18.04.84); em resposta, nota conjunta dos líderes do PMDB, PDT e PT considerou a nota do governo "uma preparação para a decretação de medidas de emergência em Brasília e outras regiões do país, para evitar a

Eram 19h45min do dia 18 de abril quando veio o *lance político* anunciado na véspera. Pelo decreto 89.566, o Presidente Figueiredo - valendo-se do Parágrafo 1º do Artigo 155 e do Parágrafo 2º do Artigo 156 da Constituição, em suas alíneas B, C, E, F e G - baixava pela segunda vez em sete meses as "Medidas de Emergência para a Salvaguarda das Instituições" sobre o Distrito Federal e mais dez cidades de Goiás: Formosa, Cristalina, Luziânia, Ipameri, Catalão, Goiânia, Anápolis, Itumbiara, Pires do Rio e Jataí. Pelo decreto, ficavam impedidas as gravações em vídeo-tape em toda a área atingida, sem exame prévio pela Polícia Federal; nenhuma transmissão oral de estações de radiodifusão poderia ser realizada sem a prévia aprovação do órgão competente do Ministério das Comunicações, o Dentel; e ficava proibida a entrada na área de caravanas que pudessem ter fins políticos. O Gal. Newton Cruz, Comandante Militar do Planalto, foi mais uma vez designado Executor das Medidas de Emergência.

Na justificativa das medidas, encaminhada ao Congresso, o Presidente se referia às pressões sobre os deputados no sentido da aprovação da Dante como uma ação que visava

"intimidar e coagir parlamentares, tornando impossível o livre exercício do Poder Legislativo. (...). Ademais disso, as caravanas de manifestantes que começam a perturbar os trabalhos do Congresso se originam em movimentos que estão,

flagrante e ostensivamente, integrados por elementos militantes de organizações ilegais, por serem ideologicamente incompatíveis com nossa ordem constitucional"<sup>34</sup>.

A reação dos protagonistas pró diretas, como seria de se esperar, veio de pronto. Ulysses declarou, em tom grave, que

"a nação indignada e envergonhada denuncia o ato ditatorial que acabou de afrontá-la";

enquanto que o presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, viu no ato do regime um sinal da situação de acuo em que se encontrava:

"O Governo Federal assinou o seu atestado de óbito" (...). "Isso se contrapõe a qualquer critério de bom senso de governo e de governante. Seu primeiro efeito será o de criar um clima de pânico, apenas para mostrar que o Planalto ainda tem força". (...) "O segundo efeito desse ato do Presidente Figueiredo vai atingir os deputados do PDS que querem votar na emenda das diretas".

Já o governador Tancredo Neves, a exemplo do vice Aureliano Chaves, recusou-se a comentar a questão<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Cf. a "íntegra da mensagem encaminhada pelo Presidente Figueiredo ao senador Moacyr Dalla" (FSP:19.04.84).

<sup>35</sup> Cf. "Ulysses diz que a Nação se sente envergonhada" (FSP:19.04.84). As repercussões foram intensas em diversos setores, como demonstram as chamadas de reportagens dos jornais: "A oposição reage: perplexa, indignada e surpresa"; "OAB-DF fica de plantão para socorrer coagidos"

O regime, de fato, colocara em cena recursos estocados, de indiscutível peso, a partir de duas perspectivas diversas: de um lado, uma tentativa de reconstrução do consenso; de outro, uma contra-intervenção de caráter coercitivo. Pela primeira, visava recuperar seu poder de barganha na arena institucional, abalado pela intervenção redefinidora a que esta arena estivera sujeita em função da mobilização societária. Pela segunda, visava justamente bloquear a intervenção societária sobre a dimensão institucional do conflito.

O desenrolar da conjuntura fluida, porém, tornara irreversível a configuração básica do conflito. A disputa continuava a ser tanto pelo controle de recursos políticos quanto pela atribuição de peso relativo às arenas sobre as quais eles vinham sendo postos em jogo. Quanto a este último ponto, porém, desenhar-se-ia, de modo cada vez mais claro, a identidade de propósitos entre o governo - na medida em que sua orientação de conduta fosse hegemônica pelo grupo Leitão - e o segmento conciliador das oposições liderado por Tancredo.

Assim, embora o regime ampliasse seus recursos com os dois últimos lances que dera, a dinâmica da mobilização não se alterou. O conflito continuava a ter seu desfecho vinculado ao desenlace do confronto parlamentar agendado para 25 de abril. Para uns, as fichas seriam postas na maximização dos efeitos da

---

(OESP:19.04.84); "Maluf apóia decisão por temer pela segurança dos políticos"; "Foi uma decisão profundamente infeliz e inconsequente, diz Brizola"; "Andes pede em nota revogação da Emergência"; "D. Angélico vê ato de arbítrio" (FSP:20.04.84).

intervenção societária, para outros, na tentativa de bloqueio desses efeitos.

Nesse sentido, o Presidente Figueiredo não se contentou com o envio da emenda do governo e a decretação de Medidas de Emergência. O homem tão pouco afeito aos meandros do jogo político, tão avesso a seus ritos e bastidores, partiu, aparentemente resoluto, para um "corpo a corpo" com os parlamentares do PDS. Já na manhã de 18 de abril ele havia se avistado com sete deputados pedessistas tidos como pró diretas. Desses, apenas dois mantiveram sua intenção de votar na Dante. No dia 23, mais oito deputados foram convocados ao Planalto, dos quais cinco abandonaram o pró-diretas. Sem mencionar os incontáveis telefonemas presidenciais a residências de deputados<sup>36</sup>.

E, se o regime atuava, agora revigorado, na arena institucional, os sujeitos pró diretas - estes com sua ação dificultada pelas Medidas de Emergência - atuavam, na mesma frente, tentando reestruturar suas estratégias. O Comitê suprapartidário pró-diretas do DF cancelou o grande comício marcado para a véspera da votação da Dante na Capital Federal, propondo, em vez disso

---

<sup>36</sup> Os argumentos do chefe de governo incluíam advertências graves, como a dirigida ao deputado Francisco Sales (PDS-RO): "se a emenda Dante de Oliveira for aprovada, poderá ocorrer um novo 64 no país", cf. "Figueiredo acelera pressão contra a Dante de Oliveira" (FSP:19.04.84); e ainda "Figueiredo continua a fazer pressão sobre parlamentares" (FSP:20.04.84); e "Presidente faz apelos dramáticos ao Pró-diretas" (FSP:24.04.84).

"uma série de manifestações não passíveis de serem punidas pelas autoridades que administram a execução das medidas de emergência.

"O comitê sugeriu à população que use uma tarja negra, em sinal de luto até terça-feira e que no horário em que o comício seria realizado (17 horas) utilize-se de todas as formas possíveis de fazer barulho: soltar foguetes, buzinar, bater panelas, arrastar latas nos carros, e assim por diante. Neste dia, às 20:45h, as luzes de todas as casas deverão ser apagadas durante quinze minutos, também em sinal de protesto contra as medidas de emergência"<sup>37</sup>.

A executiva nacional do PMDB, reunida no dia 23, decidiu tentar cassar as medidas de emergência, através de mandado de segurança junto ao STF; iniciativa, afinal, não levada a cabo. Resolveu também que o partido usaria, naqueles últimos dias, todas as tribunas de que dispusesse (Câmaras de vereadores, Assembléias legislativas e Congresso) para denunciar as medidas do governo como "uma coação sobre o Congresso, uma iniciativa totalitária". E ainda que, sob medidas de emergência, não aceitaria negociar qualquer questão com o governo. Nesse mesmo dia, cerca de 300 prefeitos, liderados pelo vice-governador de São Paulo, Orestes Quércio, iniciaram o trabalho de

---

<sup>37</sup> Cf. "Brasília troca seu comício por muito barulho" (FSP:20.04.84).

"convencimento" dos parlamentares indecisos, apesar dos constrangimentos e das pressões no sentido de que retornassem a suas cidades e não acompanhassem a votação no Congresso<sup>38</sup>.

Por iniciativa do Comitê Nacional pró-diretas, ou espontaneamente, foram preparadas para aqueles últimos dias as mais diferentes formas de manifestação, de vigílias a greves de fome, de transmissões sistemáticas por rádio-amadores a redes de telefonemas entre donas-de-casa, todas tendo em comum a intenção de fazer o maior barulho possível, em todos os cantos do país. A *Folha de São Paulo* publicou a relação completa dos deputados e seus respectivos telefones, pedindo que a população ligasse, pressionando-os<sup>39</sup>. Eram os últimos esforços no sentido de reagir às investidas do regime e manter o clima de festa cívica que a campanha trouxera ao país. Como ação unificada ficou marcado, a exemplo do DF, um "barulhão" em todas as cidades do país para as 20h da véspera da votação da emenda Dante e uma vigília cívica a partir das 9h do dia 25<sup>40</sup>.

Mas a necessidade de reestruturar a dinâmica dos últimos lances não era o único problema dos sujeitos pró-diretas. Tinham que enfrentar também o impacto dos lances políticos do

---

<sup>38</sup> Cf. "Executiva do PMDB define hoje a sua estratégia" (FSP:23.04.84); "Governo e Oposição jogam tudo na votação amanhã" e "Prefeitos e vereadores começam as visitas aos Congressistas" (FSP:24.04.84).

<sup>39</sup> "Disque o código DDD 061 e fale com os congressistas, pelas diretas" (FSP:22.04.84).

<sup>40</sup> Cf. "Em todo o país, muito barulho pelas diretas-já"; e ainda Ruy Castro "Omita-se com um barulho desses" (FSP:24.04.84).

regime sobre o segmento moderado do PMDB.

A 21 de abril, comemoração do aniversário da morte de Tiradentes, o governador Tancredo Neves retomou com força, em comício realizado em Ouro Preto, o discurso da conciliação. Vaiado e quase atingido por pedras em sua chegada à cidade - por haver impedido a realização de um comício pró-diretas naquela data - Tancredo repeliu "intransigências" e advertiu para a possibilidade de "desagregação nacional" em caso de persistir a divisão entre "facções afrontadas". Dois dias depois, em entrevista coletiva concedida em Belo Horizonte, afirmou "aceitar" a liderança das negociações entre as oposições e o governo, em caso de derrota da Dante de Oliveira<sup>41</sup>. O grupo moderado do PMDB chegou a especular no Congresso em torno da hipótese de fusão entre a emenda Dante e a emenda do governo. Em resposta, no dia 24, o Presidente Figueiredo fez saber, através do porta-voz Atila, que o governo via com "bons olhos" a atitude do governador, e que considerava Tancredo um "nome confiável para a conciliação nacional"<sup>42</sup>. O comitê nacional pró-diretas, por seu

---

<sup>41</sup> Cf. "Tancredo agora quer negociar". O mal estar dos sujeitos pró-diretas com essas declarações pode ser resumido nos termos do editorial "Tancredo, a Precipitação": "Num momento em que as forças que defendem o direito ao autogoverno sofrem os ataques concentrados do Planalto, a atitude do governador Tancredo Neves tem um efeito desmobilizador. É como se alguém, de dentro da fortaleza, viesse em ajuda dos que a cercam" (FSP:24.04.84).

<sup>42</sup> Lula reagiu a essas declarações afirmando que "a proposta do Tancredo Neves não é de governo de transição coisa nenhuma. É uma proposta de transação. As oposições não têm o direito de negociar apenas por interesses partidários. Nós temos que lutar, simplesmente, pelas eleições diretas já". Ver ainda Galeno de Freitas "Um momento oportuno para o PP sair da

turno, repudiou a iniciativa de Tancredo, "desautorizando-o" a falar em nome do movimento.

Em meio ao "barulhaço" e à apreensão com o resultado da votação e com os rumos do movimento, Brasília e o país assistiam à sequência de constrangimentos que se abateu sobre a campanha das diretas, deflagrada com a execução das medidas de emergência. Seu efeito mais sentido, por certo, foi a ausência de transmissão ao vivo pelas TVs da sessão de votação da Dante. Pela Resolução nº 01/84, do C.M.P., ficava regulamentada a censura às telecomunicações nos seguintes termos:

"É vedada a irradiação, sem prévia liberação, de programas noticiosos, jornalísticos, de debates e pronunciamentos produzidos ou gerados nas áreas submetidas às medidas de emergência, cujo conteúdo seja direta ou indiretamente referenciado à tramitação no Congresso Nacional de Emendas à Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a fatos originados da aplicação das medidas de emergência"<sup>43</sup>.

Regulamentando o decreto presidencial, a resolução estabelecia ainda o controle, por tropas do Exército e P.M., dos acessos a Brasília, bem como a proibição de concentrações públicas e reuniões promovidas com a participação de "entidades não reconhecidas legalmente".

---

*clandestinidade" (FSP:25.04.84).*

<sup>43</sup> OESP (24.04.84).

De modo geral, as medidas de emergência, foram, obviamente, muito mal recebidas pelo conjunto da população: 66,4% condenou sua decretação, sendo que 49,4% declarou acreditar que as medidas atrapalhariam a aprovação da emenda Dante de Oliveira, segundo pesquisa da *Folha de São Paulo*<sup>44</sup>.

Mais do que isso, porém, nos atos do Gal. Newton Cruz, ficava registrado para a posteridade o nada discreto charme do decadentismo político do regime. No dia 24 o Dentel chegou a censurar até mesmo o noticioso "O dia do Presidente", produzido pela Radiobrás. E o clima quase surreal se estendia a outros palcos: dois jornalistas do "Ultima Hora" e seis integrantes do movimento de jejuadores "Campanha Ação Brasil Urgente", de inspiração ghandiana, foram presos na manhã do dia 20, em frente a Catedral de Brasília<sup>45</sup>. No dia 22, a sucursal do DF do jornal "Hora do Povo", do MR-8, foi arrombada por homens que se apresentaram como policiais e a sede da "Tribuna Operária", do PCdoB, em São Paulo, foi vítima de incêndio aparentemente criminoso. Na manhã do dia 24, as Forças Armadas do DF entraram

---

<sup>44</sup> FSP (25.04.84).

<sup>45</sup> Um panfleto distribuído pelo curioso grupo, antes de sua prisão, dizia: "Somos 13 companheiros. Partimos de São Paulo, a pé, no dia 17 de fevereiro, porque acreditamos na força da mensagem da não-violência ou firmeza permanente (...). Quase todos somos desempregados e estamos nesta caminhada patrocinados pelo Serviço Nacional Não-Violência (...). Por conhecermos as razões de ordem fisiológica, psicológica, religiosa e política do jejum, estaremos na quarta-feira da Semana Santa em jejum e oração pelas Diretas (...)" Cf. o panfleto "A Paz é Fruto da Justiça" (Brasília, 05.04.84).

em estado de semi-prontidão<sup>46</sup>.

Na tarde do mesmo dia, tropas do Exército e da P.M. cercaram o prédio do Congresso Nacional, em cujo saguão se realizava um pequeno comício com a presença de cerca de 300 estudantes, que pretendiam fazer uma vigília para assistir à votação do dia seguinte. Houve certo tumulto, incluindo a proibição do trabalho de alguns jornalistas e a tentativa de prisão de um deputado, mas nada de mais grave seguiu-se ao incidente, que foi depois justificado pelo C.M.P. como simples "reforço do policiamento". No fim da noite, porém, houve prisões de estudantes e constrangimentos a parlamentares<sup>47</sup>.

Enquanto isso, nas principais cidades do país, a população atendia ao chamamento do Comitê Pró-diretas e promovia seu "barulhaço". Em São Paulo, houve baterias de fogos e concentração na escadaria da Catedral da Sé, além de passeata com

---

<sup>46</sup> Cf. FSP e ORSP (21, 24 e 25.04.84). Ver, sobre o impacto das MEs na imprensa, Pereira (1984).

<sup>47</sup> "Em Brasília são 23 horas e a temperatura continua em elevação. Na esplanada dos ministérios, junto ao prédio do Exército, o general Newton Cruz acaba de comandar uma operação de limpeza de estudantes, conseguindo fazer prisioneiros os deputados Aldo Arantes (PMDB-GO) e Jaques Dornelas (PDT-RJ), que escoltavam os jovens. (...) Os dois deputados foram colocados contra uma parede e pessoalmente apresentados à tropa pelo general Cruz como dois conhecidos comunistas", em "Brasília vive fim de noite tenso com novas prisões" (FSP:25.04.84). Na mesma edição, observou o jornalista Clóvis Rossi: "é clássico dos estertores do autoritarismo a hesitação, antes impensável, na hora de reprimir: cerca-se o Congresso, mas toma-se o cuidado de não pisar na grama dos acessos. Custodia-se, assim, apenas os símbolos do poder, já que as ruas pertencem às oposições, até aqui unidas", em "Congresso cercado pelo Exército durante três horas".

frigideiras e panelas na Av. Paulista. No Rio, houve passeatas em Copacabana e concentração em frente ao Palácio Guanabara. Manifestações semelhantes reproduziram-se em Porto Alegre, Belo Horizonte e capitais do nordeste.

Também em Brasília, a cidade sitiada pela Emergência, já a partir do final da tarde, os manifestantes foram à rua.

"As seis da tarde, a população de Brasília começou a tocar a buzina de seus carros, aprovando por sonora maioria a emenda das diretas. Na mesma hora, as tropas do Gal. Newton Cruz cercavam o Congresso Nacional e o Presidente Figueiredo descia a rampa do Palácio do Planalto. Todos, Presidente, general e tropas, ouviram o clamor da cidade: as buzinas contínuas duraram 40 minutos, num barulho de enlouquecer, e, esparsas, invadiram a noite, sem que ninguém reclamasse (...).

"Um clima estranho, de festa, medo e esperança, cerca a votação da emenda das diretas"<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Carlos Brickmann "Votação é hoje, mas Brasília aprovou ontem as diretas" (FSP:25.04.84). Na mesma edição, reportagem da sucursal de Brasília confirmava a dramática indefinição do quadro: "O Congresso viveu ontem o clima psicológico de aprovação da Emenda Dante de Oliveira, decorrente de um erro estratégico das lideranças governistas no Senado e na Câmara e da emocionante presença do público nas dependências do legislativo, apesar das medidas de emergência baixadas contra Brasília". O erro teria sido a convocação, pelos líderes, dos deputados governistas para que votassem contra a Dante, ao invés de incentivarem a ausência dos mesmos, de modo que no dia 24 o Congresso registrava a presença de mais de 400 deputados e 50 senadores. Os pedessistas acompanhariam a votação de seus

## FECHANDO PARÊNTESE

Brasília, 25 de abril de 1984.

Após uma longa sessão, ou, melhor dizendo, três sessões - duas de discussão e uma de votação - que duraram das 9 horas às 2 horas do dia seguinte, a Câmara dos Deputados, embora os votos favoráveis à aprovação fossem em maior número, rejeitava a Emenda Dante de Oliveira, que não obteve a maioria qualificada de dois terços, exigida pela Constituição.

Foram 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes. Faltaram 22 votos.

Difícil descrever o sentimento generalizado de frustração que a rejeição disseminou naquela madrugada, e que os cronistas do momento cantaram:

"Pelo chão acarpetado do plenário da Câmara Federal, quando tudo acabou, os representantes de um povo derrotado no seu maior anseio pisavam sobre as pétalas dos crisântemos amarelos, que esses meses todos simbolizaram uma luta, um sonho, um encontro - o grito de liberdade desta humilhada nação brasileira.

"Lá fora, depois das duas da manhã, algumas centenas de cidadãos ainda esperavam o impossível, uma reversão no

---

*gabinetes, "mas sob o perigo de se contagiarem pelo clima de entusiasmo reinante nos corredores e nas galerias", levando a reportagem a concluir que "a grande surpresa hoje será a rejeição da Dante de Oliveira".*

resultado que ninguém queria: a esmagadora maioria dos 130 milhões de brasileiros arrasada pela ausência dos deputados malufistas e andreazzistas do PDS.

"Assim como ninguém há de esquecer esta memorável campanha, também ninguém esquecerá os nomes desses traidores da vontade nacional (...).

"Foi um dia que pareceu uma eternidade, discursos e mais discursos adiando a decisão - intermináveis 17 horas de uma sessão histórica para que ao final o povo brasileiro ficasse sabendo que continua tutelado, sem direitos"<sup>49</sup>.

Começava aí a apagar-se o fogo do "já".

Como rescaldo, o Gal Newton Cruz ainda aproveitou-se condignamente de seus últimos dias de reinado sobre Brasília: após cerco a uma passeata de protesto dos estudantes da UnB, ordenou a invasão de uma escola primária para o interior da qual os universitários haviam fugido. 15 crianças, entre 10 e 16 anos, foram hospitalizadas como resultado do ataque, feito com bombas de gás lacrimogêneo. O Presidente da UNE foi preso<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Kotscho (1984:121). *Panfleto do Sindicato dos Oficiais Marceneiros de São Paulo, parecido com inúmeros outros que circularam após a votação, trazia as fotos dos deputados do PDS que votaram contra a Emenda e anunciava em seu título que "Joaquim Silvério dos Reis traiu Tiradentes e mais 10. Estes Traíram 120 milhões de Brasileiros"*.

<sup>50</sup> Além desse, o único incidente violento ligado à frustração pela derrota foi registrado em São Paulo, quando uma manifestação de protesto pela rejeição da Dante degenerou em quebra-quebra e saques no centro da cidade; cf. "Em São Paulo, saques após os protestos" (FSP:27.04.84).

As centrais sindicais, CUT e Conclat, começaram a articular a possibilidade de paralisações de protesto.

Entre as lideranças políticas, depois do uso de expressões como "decisão histórica" e "vontade soberana da nação" (as mais repetidas na sessão do dia 25), a expressão preferencial do *day after* passou a ser "a luta continua".

É o clima era, de fato, esse. Enquete da *Folha de São Paulo* - desnecessária, diga-se de passagem - mostrou que 80% da população condenava a rejeição da Emenda Dante<sup>51</sup>.

A princípio, portanto, os sujeitos políticos relevantes favoráveis às diretas reafirmaram quase que unanemente seu compromisso com a continuidade do movimento.

Em nota oficial, o Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas trouxe a público a

"(...) reafirmação de que a luta que o povo brasileiro desencadeou e o Comitê representa *continuará, com vigor redobrado*, infenso às especulações que se possam fazer em contrário, luta que só cessará com a vitória"<sup>52</sup>.

Os nove governadores do PMDB, reunidos no dia mesmo da votação da Dante, declararam que a luta das oposições não poderia cessar "senão com a conquista das eleições diretas"<sup>53</sup>. Ao menos,

---

<sup>51</sup> FSP (29.04.84).

<sup>52</sup> Cf. "Nota Oficial do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Diretas" (Brasília, 26.04.84).

<sup>53</sup> "De fato, a reunião dos governadores - cuja disposição inicial era a de partir para a negociação - acabou tendo um desfecho

diga-se, para efeito externo. O governador Montoro, em especial, alvo de versões que o apontavam como interessado na negociação com o governo, reafirmou - em entrevista a 28 de abril - que só admitia negociar em torno das diretas "já". O PT, logo após a votação, posicionou-se pela "defesa intransigente das diretas já" e pela "continuidade da luta". Apenas o governador Brizola destoou, reagindo à derrota da emenda das diretas com uma proposta mirabolante: mandato tampão de dois anos, com o governo sendo ocupado pelo vice-presidente, e parlamentarismo no mandato seguinte. Ulysses, de pronto, contrapôs-se à idéia<sup>54</sup>.

Mas, de fato, um olhar atento às rodas na sala de cafezinho da Câmara ou às conversas pelo corredor do Congresso não permitiria equívocos: no *day after*, além dos discursos pela continuidade do movimento, um grupo cada vez mais numeroso de políticos do PMDB se preparava para participar de uma negociação com o governo em torno da sucessão presidencial<sup>55</sup>.

Na verdade, o que se observava naquele momento, com a

---

*completamente diferente: a palavra negociação foi riscada do mapa, a não ser que ela se refira exclusivamente ao restabelecimento das diretas já, cf. Clóvis Rossi, "Governadores dizem que manterão a intransigência" (FSP:26.04.84).*

<sup>54</sup> Cf. "Montoro só admite negociação para aprovar diretas já"; "Para Lula, a oposição não pode recuar"; "Brizola propõe tampão com Aureliano e parlamentarismo em 86"; "Ulysses rejeita mandato 'tampinha' e exige diretas já" (FSP:29.04.84).

<sup>55</sup> Para um retrato desse clima, ver Carlos Brickmann, "No dia seguinte, políticos se preparam para negociar" (FSP:27.04.84); e "O País busca a luz: rejeitada a emenda das diretas, chegou a vez da negociação" (Veja:02.05.84); ou ainda a entrevista com o deputado Roberto Freire, "A Esquerda quer negociar" (Veja:09.05.84).

exceção isolada do Partido dos Trabalhadores e do chamado grupo "só-diretas" do PMDB, era o crescimento das apostas dos segmentos moderados da oposição e mesmo de alguns protagonistas importantes da chamada "sociedade civil" na promoção do acoplamento da continuidade das manifestações com uma negociação política entre regime e oposições. Nesse sentido, num concorrido discurso na tribuna do Senado, Fernando Henrique Cardoso reafirmou a necessidade de continuar a luta pelas diretas, mas propôs que o Comitê suprapartidário nacional pró-diretas desse lugar a um "Conselho pela Democracia", com atribuições "mais amplas". Na mesma linha, a *Folha de São Paulo*, veículo importante do movimento, defendeu em Editorial a articulação entre a mobilização popular e as negociações no Congresso. Os interlocutores desse "diálogo" também já se iam delineando mais claramente: em entrevista a 26 de abril, o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, propôs a criação de uma "frente liberal" do PDS<sup>56</sup>.

A dinâmica do arrefecimento mobilizatório que se estava desenvolvendo apresentava contornos muito semelhantes à verificada no período de intervalo entre as grandes manifestações de massa, discutido anteriormente. Agora, porém, não se tratava de um intervalo.

Na manhã de 2 de maio, pelo decreto nº 89.602, o

---

<sup>56</sup> Cf. o editorial "Negociar sem desmobilizar" (FSP:27.04.84); e "Fernando Henrique propõe conselho pela democracia" (FSP:28.04.84).

Presidente Figueiredo revogava as Medidas de Emergência, 14 dias após sua decretação. A essa altura, nada de concreto ainda havia sido articulado no sentido de reorganizar as manifestações pró-diretas, com exceção da iniciativa da Executiva Nacional do PT de empenhar-se

"junto ao comitê suprapartidário, às organizações sindicais e junto à CUT e à Conclat, visando a programar e realizar várias e sucessivas jornadas nacionais de luta, com manifestações e paralisações de setores sociais e econômicos, de maneira que essas jornadas, num crescendo, possam vir a desembocar numa ampla e maciça greve geral capaz de impor à minoria dominante a adoção das diretas já"<sup>57</sup>.

Atitude, aliás, absolutamente isolada.

Mas, para além da perplexidade e do imobilismo que se seguiu à rejeição da Dante - e do interesse do grupo moderado do PMDB em encontrar uma saída negociada com o governo - ocorreu que a agenda de manifestações de rua continuou ligada necessariamente à agenda do Congresso. Apenas por ocasião da votação da emenda do governo - quando a oposição pretendia recolocar a questão das diretas, por via de um substitutivo que alterasse a data proposta (1988) - é que as manifestações puderam ser retomadas.

Curitiba, 25 de junho de 1984: 40 mil pessoas - num comício de mais de cinco horas e com as presenças de Lula,

---

<sup>57</sup> "Diretório do PT propõe greve" (OESP:06.05.84).

Montoro, Richa e Brizola - tomaram conta da Boca Maldita. O deputado Roberto Requião lançou a candidatura de Ulysses Guimarães, ausente do ato, à Presidência da República. São Paulo, dia 26: nova concentração tomou a Praça da Sé, com público certamente inferior ao último evento naquele local. O Presidente do PT declarou, naquele dia, que o evento tinha o significado de uma

"prestação de contas dos partidos de oposição à população, pelos dois meses de inércia que os acometeu depois do Congresso ter rejeitado a emenda Dante de Oliveira, a 25 de abril"<sup>58</sup>.

Passeata-comício no Rio de Janeiro, dia 27, não reuniu mais que 30 mil pessoas. O governador mineiro Tancredo Neves, "fortemente gripado", não compareceu a nenhum dos três eventos.

As manifestações objetivavam oferecer respaldo popular à manobra oposicionista pró-diretas em curso no Congresso. A manobra parlamentar era simples: para conseguir as diretas "já", a oposição precisava apenas de maioria absoluta (sem quórum qualificado) para aprovar a votação em separado do artigo 183 da emenda do governo, que propunha diretas em 1988. Obtida a votação em separado, o governo jamais conseguiria dois terços para aprovar este artigo. Desse modo, ficaria valendo o preâmbulo da emenda, que previa diretas em todos os níveis. Regimentalmente, os líderes do governo no Congresso não tinham como impedir a

---

<sup>58</sup> RSP (26.06.84).

manobra.

A 28 de junho, pela manhã, os líderes oposicionistas foram convocados à sala do Presidente do Congresso, senador Moacyr Dalla, para um comunicado lacônico: o Presidente havia, simplesmente, retirado sua Emenda. Na justificativa, observou Figueiredo que

"os apologistas da eleição direta, ignorando os propósitos da emenda, dela se querem aproveitar para a implantação imediata desse tipo de eleição. (...) Não posso permitir esse desvio clamoroso dos objetivos do projeto. Nem que se responda dessa forma à proposta de entendimento que se achava implícita naquele documento político. A atitude assumida pelas oposições, relativamente a essa tentativa de aperfeiçoamento das instituições, constitui para mim profunda decepção"<sup>59</sup>.

Sem outra alternativa de emenda em trâmite a curto prazo, as oposições simplesmente viram desfazer-se sua frágil manobra.

Mais do que uma peça parlamentar que desse vez à mobilização societária, porém, àquela altura já faltava a esses sujeitos políticos um consenso mínimo em torno das arenas sobre as quais deveriam ser postos em jogo seus recursos. E estes, aliás, já escasseavam significativamente, ao menos os disponíveis para o fim de restabelecer ainda em 1984 o pleito direto.

---

<sup>59</sup> Cf. a "Íntegra da mensagem do Presidente" (FSP:29.06.84).

Naquele mesmo dia 28, os governadores do PMDB e os parlamentares ligados ao governador de Minas decidiram que a palavra de ordem que direcionaria sua ação a partir daquele momento seria "Tancredo com Constituinte", enquanto que os partidos oposicionistas, cujas direções se reuniram também naquela data, não chegaram a nenhum consenso mais substantivo que a mera intenção de "continuar lutando, em quaisquer circunstâncias, para conquistar a democracia". Apenas o PT, em programa em rede nacional de rádio e TV, a 2 de julho, condenou enfaticamente o Colégio Eleitoral<sup>60</sup>.

Depois disso, só se pensaria em organizar qualquer manifestação por ocasião da tramitação da emenda Theodoro Mendes, afinal descartada da pauta da Câmara a 10 de setembro, por falta de acordo entre as lideranças partidárias. Mas, naquele momento, já era bem outra a lógica de situação.

Estava fechado o parêntese.

Consolidava-se, assim, o caminho sobre o qual o governador Tancredo Neves construiu sua candidatura de "conciliação nacional".

Mas essa já é uma outra história.

---

<sup>60</sup> Cf. Renato Faleiros "Peemedebistas querem Tancredo com Constituinte"; e "luta pela democracia continua, afirma manifesto oposicionista" (FSP:29.06.84); e ainda "PT condena Colégio" (OESP:03.07.84).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poucos dias depois do gigantesco comício do Rio de Janeiro e às vésperas do de São Paulo, um importante historiador declarou ao jornalista que

"se a campanha das diretas conseguir fazer com que tenhamos eleições diretas daqui a seis meses ela será um fato histórico indiscutível"<sup>1</sup>.

Não conseguiu.

O que terá, então, feito dela um indiscutível fato histórico?

Por certo que foram seus efeitos sobre o sistema

---

<sup>1</sup> *Entrevista do Prof. Bóris Fausto e outros intelectuais em "Mobilização Poderá ser Fato Histórico" (FSP:15.04.84).*

político vigente nos estertores do regime autoritário de 1964. Embora derrotada, a campanha promoveu um reembaralhamento completo das cartas postas em jogo para a sucessão do General Figueiredo. De certo modo tinha razão, pois, o historiador, na medida em que seu raciocínio condicionava a relevância do evento histórico a seus resultados em termos de alteração da institucionalidade constituída.

Mas embora desde o início este trabalho não se tenha proposto desvendar nem as razões pelas quais esse formidável movimento de massa desencadeou-se nem tampouco seu "significado" histórico, seria uma omissão importante se a essa altura não se destacasse uma outra razão pela qual as "diretas já" entraram para a história. Um de seus mais importantes legados ao processo político subsequente - e que se faria presente depois em momentos tão cruciais quanto a campanha presidencial de 1989 e a campanha pelo *impeachment* do Presidente em 1992 - foi a retomada dessa meticulosa arregimentação de vontades políticas individuais e coletivas pela qual são mobilizados, em especial, os recursos dos sujeitos que fazem política a partir da dimensão societária do conflito e que se consubstanciou, entre uma infinidade variada e criativa de outras práticas, na recuperação do comício como palco da política.

O jornalista Cláudio Abramo, em artigo anterior aos mega-comícios da campanha, procurava fazer ver, justamente, toda a complexa costura social envolvida na preparação desses eventos e a crucial mudança nos padrões de comportamento político que uma

retomada dos grandes comícios significaria.

"Os jovens contemporâneos, depois de 20 anos de ditadura, só assistiram comícios em filmes americanos ou italianos. O que passa atualmente por comício é mera caricatura dos grandes comícios de 30 anos atrás, e as únicas exceções parecem ser os feitos pelo PT na campanha de 82. (...) A mobilização começa com o trabalho de casa em casa, mobilizando os estudantes, os operários e os sindicatos, os órgãos intermediários, as entidades da sociedade civil; é preparada com pequenos comícios-relâmpago, feitos nas esquinas, nos bairros populares, panfletagem intensa, uma campanha que deve começar meses - repito, meses - antes da realização do comício (...). As pessoas comuns não têm geralmente idéia de como lutar por alguma coisa - e esse é o drama brasileiro - e é preciso mostrar que a manifestação pública é uma forma democrática de luta. É preciso demonstrar ao povo que manifestar-se, desfilar, ir a comícios, não é baderna, como lhe impingiram, mas sim a manifestação livre e ordeira de uma opinião coletiva"<sup>2</sup>.

É foi isso, sem dúvida, que as imensas multidões mostraram a si próprias quando, nos quatro primeiros meses de 1984, tomaram as ruas do país aos milhares, ou talvez milhões,

---

<sup>2</sup> Cf. "Ato Público Exige Preparação" (FSP:01.01.84).

como se pode observar no Quadro 4<sup>3</sup>.

Diferentemente dos que buscam o "legado" dos grandes eventos históricos, porém, o que se procurou, fundamentalmente, com a presente análise de conjuntura, foi testar a aplicabilidade de um modelo analítico. Um modelo construído, de um lado, a partir de uma certa literatura sobre os processos de mobilização e crise política e, de outro, a partir do próprio material empírico trabalhado.

Seus personagens - fossem eles ministros militares, parlamentares, sindicalistas ou rostos anônimos perdidos na massa - foram pensados sempre como sujeitos de suas ações, protagonistas da luta política lastreados nos recursos à sua disposição.

A própria ação política foi aqui analisada como uma atividade racional dos sujeitos em conflito. E este conflito, por sua vez, como um quadro de referências mútuas a partir do qual os sujeitos selam sua interdependência.

Fazer política - conforme aprendemos nos manuais introdutórios - é mais que simplesmente disputar eleições ou exercer cargos de mando. Agir politicamente, para os personagens que as páginas acima deixaram entrever, é desencadear um sem

---

<sup>3</sup> Os números do quadro, bem como os referidos ao longo do trabalho, são avaliações da imprensa e dos organizadores dos eventos, à época. Mas com base na medição da manifestação estudantil pró-impeachment de 25.08.92 no Anhangabaú e a comparação entre as fotos deste evento e do comício pró-diretas de 16.04.84, no mesmo local, a Folha de São Paulo admitiu que as avaliações de público em 1984 estavam bastante superdimensionadas; cf. FSP (26.08.92).

número de *lances*, de ações individuais ou coletivas que têm por sentido afetar as expectativas dos demais contendores com relação ao comportamento dos *outros*.

## QUADRO4

## Principais Comícios e Passeatas Pró-Diretas

<i>Data</i>	<i>Cidade-UF</i>	<i>Ato</i>	<i>Público</i>
27.11	São Paulo-SP (1)	com	15.000
05.01	Olinda-PE	com	15.000
12.01	Curitiba-PR	com	30.000
13.01	Porto Alegre-RS	pas	5.000
14.01	Camboriú-SC	com	15.000
18.01	Rio Claro-SP	com	3.000
18.01	Bauru-SP	com	3.000
20.01	Salvador-BA	com	20.000
21.01	Campinas-SP	com	12.000
21.01	Vitória-ES	com	10.000
25.01	São Paulo-SP (2)	com	250.000
26.01	João Pessoa-PB	com	10.000
26.01	Santos-SP	com	6.000
27.01	Olinda-PE	com	20.000
29.01	Maceió-AL	com	20.000
13.02	Teresina-PI	com	25.000
14.02	São Luís-MA	com	15.000
15.02	Macapá-AP	com	10.000
16.02	Belo Horizonte-MG	pas	60.000
16.02	Belém-PA	com	60.000
16.02	Rio de Janeiro-RJ	pas	50.000
17.02	Recife-PE	p/c	10.000
18.02	Manaus-AM	com	6.000
19.02	Capão da Canoa-RS	pas	50.000
19.02	Osasco-SP	com	25.000
19.02	Rio Branco-AC	com	7.000
20.02	Cuiabá-MT	com	15.000
21.02	Belo Horizonte-MG	pas	3.000
24.02	Belo Horizonte-MG	com	300.000
25.02	Taguatinga-DF	com	4.000
26.02	Aracajú-SE	com	30.000
29.02	Juiz de Fora-MG	com	30.000
08.03	Anápolis-GO	com	20.000
21.03	Rio de Janeiro-RJ	pas	150.000
23.03	Uberlândia-MG	com	40.000
23.03	S. B. do Campo-SP	com	15.000
24.03	Campo Grande-MS	com	40.000

25.03	Campina Grande-PB	com	10.000
31.03	Cascavel-PR	com	40.000
02.04	Londrina-PR	com	50.000
05.04	Recife-PE	com	80.000
06.04	Natal-RN	p/c	50.000
07.04	Petrolina-PE	com	30.000
10.04	Rio de Janeiro-RJ	com	1.000.000
12.04	Goiânia-GO	com	250.000
13.04	Porto Alegre-RS	com	200.000
13.04	Ipatinga-MG	com	50.000
16.04	São Paulo-SP (3)	p/c	1.500.000
18.04	Vitória-ES	com	80.000
25.06	Curitiba-PR	com	40.000
26.06	São Paulo-SP (2)	com	50.000
27.06	Rio de Janeiro-RJ	p/c	30.000

---

onde com: comício; pas: passeata; c/p: ambos  
 Para os atos de São Paulo: (1) Pacaembú; (2) Praça da Sé  
 (3) Vale do Anhangabaú

---

Fonte: grande imprensa

Mais do que isso, no nosso caso, tanto o conflito quanto a interdependência entre aqueles que o viveram se inscreviam num cenário particular, marcado por crise e mobilização. Para compreendê-los foi preciso identificar os contornos da lógica de situação que balizou o cálculo dos protagonistas.

Os mecanismos do conflito vivido na campanha das diretas emprestaram uma configuração particular ao sistema político brasileiro naqueles dias - já que as crises podem ser vistas, a um só tempo, como momentos de mobilização e de mudança no estado dos sistemas políticos - e fizeram com que aqueles homens e mulheres pudessem viver a campanha como um momento vertiginoso, tenso e apaixonado, que turvava sua capacidade de cálculo, embora não fosse capaz de descaracterizar o substrato racional do jogo político.

Compreender situações assim, portanto, é compreender a interação e o entrelaçamento das diversas lógicas de ação política a partir das quais os protagonistas modulam seu cálculo, bem como apreender - tanto quanto possível - o grau de distorção a que os cálculos estiveram sujeitos. Esses cálculos, afinal, não são construções intelectuais abstratas, mas se baseiam na própria evolução do conflito.

É nesse sentido que o espaço social do conflito político não é percebido como contraponto entre Estado e sociedade, mas como lugar em que se consolidam diversas matrizes de cálculo, como um continente de múltiplas arenas. Na medida em que a mobilização multi-setorial verificada ampliou os espaços de confrontação, ampliou também as disputas em torno do peso que esses diversos espaços deveriam ter como palco de conflito e gerou, com isso, a conjuntura fluida.

A fluidez conjuntural, ao apossar-se do conflito político - e é essa a pedra de toque das hipóteses que se procurou verificar - varre os parâmetros rotineiros pelos quais o conflito costuma ordenar-se: se usualmente os setores ou campos sociais, espaços de endodeterminismo, caracterizam-se pela fixação de leis próprias de funcionamento que constroem o cálculo dos sujeitos a eles pertencentes e estabelecem um alto grau de objetivação das relações sociais setoriais, com a incidência da mobilização deflagrada pela campanha das diretas os estudantes não mais puderam ordenar sua ação exclusivamente a partir da estrita lógica do campo acadêmico, nem os parlamentares

pela do sistema de representação política, nem os membros da hierarquia das Igrejas pelas relações internas vigentes, nem tampouco os sindicalistas ou os militantes dos movimentos sociais urbanos, por exemplo.

Nenhum deles pôde mais escolher, autonomamente, a questão pela qual lutar. A prioridade estudantil deixou de ser a disputa intestina pelo controle das entidades, a dos deputados deixou de ser - ainda que por um momento apenas - os trâmites rotineiros exigidos pelos mecanismos de representação, etc. É nesse exato sentido que *uma mobilização multi-setorial significa uma desmontagem conjuntural da institucionalização setorial*, no que se refere ao *objeto do conflito*, aos *interesses e regras do jogo* e aos *recursos* mobilizados.

Em suma: com a fluidez, veio a dessetorialização conjuntural do espaço social, a radicalização da instabilidade da situação política e a ampliação da interdependência tática entre os protagonistas do conflito. Sincronizaram-se os ritmos setoriais e o tempo político acelerou-se.

Com a campanha das "diretas já", enfim, o cotidiano, na vertigem do efêmero, superpolitizou-se, e a política, fluida, ganhou espaços - públicos e privados - nos quais, habitualmente, não é convidada a postar-se.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira (1984) *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes.
- ARRAES, Miguel (1984) "Os Partidos e a Nova Unidade", in: *Revista do PMDB*, ano II, nº 7, maio-junho, pp. 23-29.
- BENEVIDES, Maria Vitória (1984) "A Conversa Mole da Política", in: *Lua Nova*, vol. 01, nº 01, abril-junho, pp. 07-13.
- BIRNBAUM, Pierre (1983) "Mobilisations, Structures Sociales et Types d'Etat", in: *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIV(3), pp. 421-439.
- BOBBIO, Norberto (1987) *Estado, Governo, Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOSCHI, Renato R. (1990) "Entre a Cruz e a Caldeira: Classes Médias e Política na Terra da Transição", in S. Larangeira (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.
- BOURDIEU, Pierre (1983a) "Algumas Propriedades dos Campos", in: P. Bourdieu *Questões de Sociologia*, Rio de Janeiro, Marco Zero.
- \_\_\_\_\_ (1983b) "A Greve e a Ação Política", in: *Idem*.

- \_\_\_\_\_ (1984) *Homo Academicus*, Paris, Éditions de Minuit - em especial "Chapitre 5: Le moment critique".
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1985) *Pactos Políticos: do Populismo à Redemocratização*, São Paulo, Brasiliense.
- CAPISTRANO FILHO, David (1983) "Doze Teses sobre a Conjuntura Política", in: *Presença* nº 01, novembro, pp. 11-18.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1986) *Há o que Fazer. A Esquerda na Nova República*, São Paulo, Hucitec.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1973) *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difel.
- \_\_\_\_\_ (1975) *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1984) "A Nova Maioria", in: *Revista do PMDB*, ano III, nº 7, maio-junho, pp. 12-22.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1983) "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico", in: Bernardo Sorj e Maria Herminia Tavares de Almeida (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- CASTRESANA, Restituto Zorrilla (1976) *Sociologia de las Manifestaciones*, Bilbao, Ed. Vizcaina.
- CHAUÍ, Marilena (1984) "Considerações sobre o Realismo Político", in: *Desvios* nº 03, dezembro, pp. 07-28.
- CHAVES, Mauro (1984) *O Dólar Azul*, São Paulo, Summus Editorial.
- CHAZEL, François (1975) "La Mobilisation Politique: Problemes et Dimensions", in: *Revue Française de Science Politique*, vol. XXV(3), pp. 502-516.
- CHILCOTE, Ronald H. (1984) "Toward the Democratic Opening in Latin America: the Case of Brazil", in: *Monthly Review* vol. 35, nº 09, feb., pp. 15-24.
- COLLIER, David (org.) (1982) *O Novo Autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- COT, Jean-Pierre & MOURNIER, Jean-Pierre (1978) *Sociologia Política*, Barcelona, Editorial Blume.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1984) *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios* (2ª edição ampliada), Rio de Janeiro, Salamandra.
- DEBRAY, Régis (1970) "Notes de Prison: Temps et Politique", in:

- Les Temps Modernes* nº 287, juin, pp. 1937-2001.
- DEBRUN, Michel (1984) "Democracia ou 'Conciliação'", in: *Presença* nº 03, maio, pp. 21-25.
- DELLA CAVA, Ralph (1988) "A Igreja e a Abertura: 1974-1985", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DINIZ, Eli (1985) "A Transição Política no Brasil: uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura", in: *Dados* vol. 28, nº 03, pp. 329-346.
- DOBRY, Michel (1983) "Mobilisations Multisectorielles et Dynamique des Crises Politiques: un Point de Vue Heuristique", in: *Revue Francaise de Sociologie* nº XXIV, pp. 395-419.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Sociologie des Crises Politiques*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- FARIA, Wilmar E. (1983) "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego. A Experiência Brasileira dos últimos Trinta Anos", in: B. Sorj e M.H.T. de Almeida (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (1986) "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações", in: E. Bacha e H.S. Klein (orgs.) *A Transição Incompleta. Brasil desde 1945*, vol. I, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FIORI, José Luiz (s.d.) "Interesses e Classes no Estudo Político do Tempo Conjuntural", datilo, s.l., 40 pgs.
- FISHLOW, Albert (1988) "Uma História de Dois Presidentes: a Economia Política da Gestão da Crise", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FLEISCHER, David (1988) "O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)", in: D. Fleischer (org.) *Da Distensão à Abertura. As Eleições de 1982*, Brasília, Ed. UnB.
- FREY, Frederick W. (1985) "The Problem of Actor Designation in Political Analysis", in: *Comparative Politics*, vol. 17, number 2, january.
- FUKUMARU, Roberto (1989) "Candidatura Tancredo Neves: Conciliação em Marcha", datilo., IFCH - UNICAMP, 27 pgs.
- GABEIRA, Fernando (1984) *Diário da Crise*, Rio de Janeiro, ed. Rocco.

- GARCIA, Marco Aurélio (1983) "A Crise e os Caminhos da Transição", in: *Desvios* nº 02, agosto, pp. 18-29.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1986) *As Esquerdas e a Democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC.
- GOES, Walder de (1984) "A Crise do Regime e a Sucessão de 1985", in: Walder de Góes e Aspásia Camargo *O Drama da Sucessão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- GRAWITZ, Madeleine & LECA, Jean (orgs.) (1985) *Traité de Science Politique - Volume 3: L'Action Politique*, Paris, Presses Universitaires de France.
- GUEDES, Cláudio (1984) "De 1983 a 1984: Crise Econômica e Sucessão", in: *Presença* nº 02, fevereiro, pp. 09-18.
- GUIMARAES, César (1984) "A Lógica da Negociação Pura", in: *Presença* nº 03, maio, pp. 30-36.
- GUIMARAES, Ulysses (1983) "Travessia: Proposta Alternativa do PMDB", in: *Revista do PMDB*, ano II, nº 6, dezembro, pp. 05-16.
- \_\_\_\_\_ (1984) "Diretas Já", in: *Revista do PMDB*, ano III, nº 7, maio-junho, pp. 05-11.
- HINDESS, Barry (1982) "Power, Interests and Outcome of Struggles", in: *Sociology* vol. 16, nº 04.
- JACOBI, Pedro (1985) "Movimentos Sociais Urbanos e a Crise: da Explosão Social à Participação Popular Autônoma", in: *Revista Política e Administração*, vol. 01, nº 02, Rio de Janeiro, FESP.
- \_\_\_\_\_ (1990) "Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexões em Torno da Ação Coletiva e de seus Efeitos Político Institucionais no Brasil", in: Sônia Larangeira (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.
- KATZMAN, Martin T. (1986) "Urbanização no Brasil a partir de 1945", in: E. Bacha e H.S. Klein (orgs.) *A Transição Incompleta. Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KECK, Margaret Elizabeth (1986) *From Movement to Politics: the Formation of the Worker's Party in Brazil*, tese de doutoramento, Columbia University, (2 vols.).
- \_\_\_\_\_ (1988) "O 'Novo Sindicalismo' na Transição Brasileira", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- KLANDERMANS, Bert (1986) "New Social Movements and Resource Mobilization: the European and the American Approach", in: *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*.
- KONDER, Leandro (1986) "A Questão da Cidadania na Transição Democrática", in: Maria de Lourdes Manzini Covre (org.) *A Cidadania que não Temos*, São Paulo, Brasiliense.
- KOTSCHO, Ricardo (1984) *Explode um Novo Brasil. Diário da Campanha das Diretas*, São Paulo, Brasiliense.
- KUCINSKI, Bernardo (1982) *Abertura: a História de uma Crise*, São Paulo, Ed. Brasil Debates.
- LACLAU, Ernesto (1986) "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", in: *RECS* nº 02, vol. 01, outubro, pp. 41-47.
- LAMOUNIER, Bolivar (1984a) "Completar a Transição", in *Presença* nº 03, maio, pp. 08-11.
- \_\_\_\_\_ (1984b) "Apontamentos sobre a Questão Democrática Brasileira", *Textos IDESP* nº 6, São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (1988) "O 'Brasil Autoritário' Revisitado: o Impacto das Eleições sobre a Abertura", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAMOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Marcos Faria (1984) "A Crise e a Transição para a Democracia no Brasil (2 Estudos)", *Textos IDESP* nº 5, São Paulo.
- LAMOUNIER, Bolivar e MENEGUELLO, Rachel (1986) *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o Caso Brasileiro*, São Paulo, Brasiliense.
- LAMOUNIER, Bolivar e MOURA, Alkimar R. (1984) "Política Econômica e Abertura Política no Brasil - 1973-1983", *Textos IDESP* nº 4, São Paulo.
- LAPYRONNIE, Didier (1989) "Changements et Mobilisations Politiques", in: *Social Science/ Information sur les Sciences Sociales*, vol. 28, nº 02, June, pp. 243-264.
- LESSA, Renato (1986) "Dilemas da Institucionalização Brasileira: Os Primeiros Passos Rumo à Constituinte", Rio de Janeiro, *Estudos IUPERJ* nº 46, abril, 56 pgs.
- LIMA, Venício Artur de e RAMOS, Murilo César (1988) "A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia", in: D. Fleischer (org.) *Da Distensão à Abertura. As Eleições de 1982*, Brasília, Ed. UnB.

- MAINWARING, Scott (1988) "Os Movimentos Populares de Base e a Luta pela Democracia: Nova Iguaçu", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARTINS, Luciano (1983) "A Crise e o Processo de Abertura", in: *Revista do PMDB*, ano II, nº 6, dezembro, pp. 17-22.
- \_\_\_\_\_ (1988) "A 'Liberalização' do Regime Autoritário no Brasil", in: Guillermo O'Donnell et alii (orgs.) *Transições do Regime Autoritário: América Latina*, São Paulo, Vértice.
- MARX, Karl (1974) "El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte", in: Karl Marx e F. Engels *Obras Escogidas* vol.01, Moscou, ed. Progreso, 8ª ed.
- MCCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. (1977) "Resource Mobilization and Social Movements: a Partial Theory", in: *American Journal of Sociology* vol. 82, nº 06, pp. 1212-1241.
- MENEGUELLO, Rachel (1989) *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1991) "O Voto dos Trabalhadores (1964-1989)", Série Primeira Versão nº 28, IFCH, UNICAMP.
- MERRICK, Thomas W. (1986) "A População Brasileira a partir de 1945", in: E. Bacha e H.S. Klein (orgs.) *A Transição Incompleta. Brasil desde 1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MEYER, Marlise e MONTES, Maria Lúcia (1985) *Redescobrimo o Brasil: a Festa na Política*, São Paulo, T. A. Queiroz.
- MOISÉS, José Álvaro (1984) "O Brasil das Indiretas/O Brasil das Diretas", in: *Lua Nova* vol. 01, nº 01, abril-junho, pp. 07-13.
- \_\_\_\_\_ (1986) "Sociedade Civil, Cultura Política e Democracia: Descaminhos da Transição Política", in: Maria de Lourdes Manzini Covre (org.) *A Cidadania que não Temos*, São Paulo, Brasiliense.
- MOISÉS, José Álvaro e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (orgs.) (1989) *Dilemas da Consolidação da Democracia*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MORAIS, Reginaldo C. (1984) "A Vitória das Diretas Já", in: *Caderno de Debates* nº 01, edição do Diretório Acadêmico José Arantes (DAJA), ILCSE, UNESP, Araraquara, novembro.
- \_\_\_\_\_ (1986) *Pacto Social. Da Negociação ao Pacote*, Porto Alegre, L&PM.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio (1984) "O Lado Fraco da Transição", in: *Presença* nº 04, agosto-outubro.
- \_\_\_\_\_ (1986) "As Esquerdas e a Transição Democrática no Brasil", datilo., UNESP - Araraquara.
- \_\_\_\_\_ (1987) "Da Política do Possível às Possibilidades da Política: Notas Sobre a Transição Democrática no Brasil", in: *Perspectivas* nº 09/10, São Paulo, pp. 01-19.
- NUNES, Edson e JACOBI, Pedro (1984) "A Cara Nova do Movimento Popular", in: *Lua Nova*, vol. 01, nº 03, outubro-dezembro.
- NORONHA, Eduardo (1991) "A Explosão das Greves na Década de 80", in Armando Boito Jr. (org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 93-136.
- O'DONNELL, Guillermo (1982) *1966-1973. El Estado Burocrático-Autoritário: Triunfos, Derrotas y Crisis*, Buenos Aires, Editorial de Belgrano - (cap. I: "Antecedentes teóricos e históricos para el estudio del Estado burocrático autoritário", em especial pp. 36-59).
- \_\_\_\_\_ (1985) *Contrapontos: Autoritarismo e Democratização*, São Paulo, Vértice.
- O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. (1988) *Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões*, São Paulo, Vértice.
- OFFE, Claus e WIESENTHAL, Helmut (1984) "Duas Lógicas da Ação Coletiva: Anotações Teóricas sobre Classe Social e Forma Organizacional", in Claus Offe *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- OLIVEIRA, Francisco de (1984) "A Volta e a Reviravolta", in: *Lua Nova* vol. 01, nº 02, julho-setembro.
- \_\_\_\_\_ (1985) "Além da Transição, Aquém da Imaginação", in: *Novos Estudos CEBRAP* nº 12, junho, pp. 02-15.
- \_\_\_\_\_ (1990) "Os Protagonistas do Drama: Estado e Sociedade no Brasil", in: Sônia Larangeira (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.
- OLSON, Mancur (1978) *Logique de L'Action Collective*, Paris, Presses Universitaires de France (1ª ed. 1966).
- PECAUT, Daniel (1990) *Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação*, São Paulo, Ática.
- PEREIRA, Moacir (1984) *O Golpe do Silêncio. Imprensa, Censura e Medidas de Emergência*, São Paulo, Global editora.

- PIRES, Waldir (1984) "Colégio Eleitoral e Eleição Direta", in: *Revista do PMDB*, ano III, nº 7, maio-junho, pp. 37-44.
- PRZEWORSKI, Adam (1984) "Ama a Incerteza e Serás Democrático", in: *Novos Estudos CEBRAP* nº 09, julho, pp. 36-46.
- \_\_\_\_\_ (1988) "Marxismo e Escolha Racional", in: *RBCS* nº 06, vol. 03, fevereiro, pp. 05-25.
- REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo (orgs.) (1988) *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice.
- RIBEIRO, Ivan e NOGUEIRA, Marco Aurélio (1984) "Diretas com Consenso", in: *Presença* nº 02, fevereiro, pp. 05-08.
- RODRIGUES, Alberto Tosi (1990) "Ação Coletiva e Crises Políticas: uma Tentativa de Sistematização", IFCH-UNICAMP, julho, 35 pgs.
- \_\_\_\_\_ (1993) "Estudantes na Política, em Tempos de Mobilização e Crise", in *São Paulo em Perspectiva (Revista da Fundação SEADE)*, vol 07, nº 01, jan-mar.
- SADER, Eder (1983) "O Protesto sem Juízo (Os Saques de Abril)", in: *Desvios* nº 02, agosto, pp. 08-17.
- \_\_\_\_\_ (1984) "A Praça e o Colégio", in: *Desvios* nº 03, dezembro, pp. 29-40.
- \_\_\_\_\_ (1988) *Quando Novos Personagens Entraram em Cena. Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAES, Décio (1985) *Classe Média e Sistema Político no Brasil*, São Paulo T. A. Queiróz (em especial cap. V - "A Classe Média na Crise de 1968").
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1985) "A Pré-Revolução Brasileira", in: Hélio Jaguaribe (org.) *Brasil: Sociedade Democrática*, Rio de Janeiro, Jose Olympio Editora.
- SCHMITTER, Philippe C. (1982) "Reflexões sobre o Conceito de Política", in: *Curso de Introdução à Ciência Política Vol I*, Brasília, Ed. da UnB.
- \_\_\_\_\_ (1985) "The Consolidation of Political Democracy in Southern Europe and Latin America", datilo., Instituto Universitario Europeo, october, 73 pgs.
- SHIRAIISHI, Gilberto Yuji (1989) "O PT na Guerra da Sucessão: da Campanha das 'Diretas Já' à Eleição de Tancredo Neves",

datilo., IFCH - UNICAMP, 25 pgs..

SKIDMORE, Thomas E. (1988a) *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1988b) "A Lenta Via Brasileira para a Democratização: 1974-1985", in: Alfred Stepan (org.) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SOARES, Gláucio Ary Dillon (1984) *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*, Petrópolis, Ed. Vozes.

STARLING, Heloisa Maria Murgel (1988) "O Problema de Alice: As Noções de Virtú e Fortuna e seus Desdobramentos na Teoria Política", in: *Dados* vol. 31, nº 01, pp. 35-85.

STEPAN, Alfred (1986) *Os Militares: da Abertura à Nova República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (org.) (1988) *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SWIDLER, Ann (1986) "Culture in Action: Symbols and Strategies", in: *American Sociological Review*, vol 51, nº 02, pp. 273-286.

TARROW, Sidney (1989) *Struggle, Politics and Reform: Collective Action, Social Movements and Cycles of Protest*, Cornell University.

TILLY, Charles (1978) *From Mobilization to Revolution*, Addison-Wesley Publishing Co..

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos (1974) "Política de Distensão, Conflito Político", datilo., IUPERJ.

\_\_\_\_\_ (1983a) "Brésil 1983: L'Overture Politique et l'Opposition", Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, fev..

\_\_\_\_\_ (1983b) "Ambiguidades da Política Brasileira: Conjecturas Sobre a Sucessão", datilo., Paris, abril-maio, 26 pgs.

\_\_\_\_\_ (1986) "De Castelo a Figueiredo: uma Visão Histórica da 'Abertura'", in: Isidoro Cheresky e Jacques Chonchol (orgs.) *Crise e Transformação dos Regimes Autoritários*, São Paulo, Ícone/Ed. da UNICAMP.

\_\_\_\_\_ (1988) "Empresários, Economistas e Perspectivas da Democratização no Brasil", in: F. W. Reis e G. O'Donnell (orgs.) *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*, São Paulo, Vértice.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos e MARTINS, Carlos Estevam (1983)

- "De Castelo a Figueiredo: uma Incursão na Pré-História da 'Abertura'", in: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- VIANNA, Luís Werneck (1984a) "O Problema da Ruptura", in: *Presença* nº 03, maio, pp. 16-20.
- \_\_\_\_\_ (1984b) "O Candidato de Conciliação Nacional", in: *Presença* nº 04, agosto-outubro.
- \_\_\_\_\_ (1991) "Ator, Tempo e Processo de Longa Duração em Análises de Conjuntura", in: *De um Plano Collor a Outro*, Rio de Janeiro, Ed. Revan.
- VIGEVANI, Túlio (1989) "Movimentos Sociais na Transição Brasileira: a Dificuldade de Elaboração do Projeto", in: *Lua Nova* nº 17, pp. 93-109.
- VILELA, Teotônio (1983) *Projeto Emergência*, Rio de Janeiro, Editora Codecri, 3ª ed..
- WEBER, Max (1992) *Metodologia das Ciências Sociais*, 2 vols., São Paulo, Cortez/Ed. da Unicamp.
- WEFFORT, Francisco Corrêa (1984) *Por Que Democracia?*, São Paulo, Brasiliense.

## FONTES

- Revista Isto É, 1983-84.  
Revista Veja, 1983-84.  
Revista Visão, 1983-84.  
Revista Exame, 1983-84.  
Jornal Folha de São Paulo, 1983-84.  
Jornal O Estado de São Paulo, 1983-84.  
Jornal Em Tempo, nº 182 a 189, 1983-84.  
Jornal Alicerce, dez. 1983 a abr. 84.  
Jornal O Trabalho, dez 1983 a abr. 84.  
Jornal Voz da Unidade, dez 1983 a abr. 84.  
Boletim do DIEESE, dez. de 1983 a abr. de 1984  
Boletim de Conjuntura Econômica da Secretaria de Economia e  
Planejamento do Estado de São Paulo, nºs 05 a 09, dez. 1983  
a abr. de 84.  
Almanaque Abril 1985, Ed. Abril.